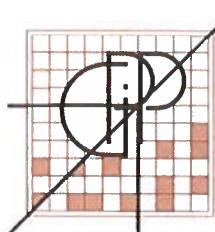


2020

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Macedo de Cavaleiros

MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO
CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS



junho de 2020



ÍNDICE

Índice de Figuras	3
Índice de Tabelas.....	3
Siglas e Abreviaturas	4
1 Enquadramento.....	5
2 Metodologia.....	6
3 Situação legislativa	8
4 Contexto geográfico	11
5 ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	13
5.1 População	14
5.1.1 População por unidade territorial em 2001 e 2011	15
5.1.2 População residente entre 2011 e 2018	16
5.1.3 Densidade populacional	17
5.1.4 Taxas e índices demográficos	18
5.1.5 Envelhecimento por unidade territorial.....	19
5.1.6 Analfabetismo	20
5.1.7 Níveis de escolaridade.....	21
5.1.8 Alunos matriculados.....	22
5.1.9 SÍNTESE.....	23
5.2 Economia.....	24
5.2.1 Emprego por setor de atividade económica	25
5.2.2 Desemprego e ganho médio mensal.....	26
5.2.3 Empresas	27
5.2.4 Contexto agrícola (explorações).....	28
5.2.5 Contexto agrícola (produção).....	29
5.2.6 Turismo (INE).....	30
5.2.7 Turismo (SIGTUR)	31
5.2.8 Balança comercial.....	32
5.2.9 Volume de negócios	34
5.2.10 SÍNTESE.....	35
5.3 Mobilidade e acessibilidade	36
5.3.1 Movimentos pendulares	37
5.3.2 Fluxo na infraestrutura rodoviária (A4).....	38
5.3.3 Transportes de passageiros.....	39
5.3.4 SÍNTESE.....	41
5.4 Equipamentos	42
5.4.1 Administrativos e de proteção civil.....	43
5.4.2 Ambiente	44
5.4.3 Saúde	45
5.4.4 Educativos	46
5.4.5 Desportivos	47
5.4.6 Sociais	49
5.4.7 SÍNTESE	50
5.5 Edificado e habitação	51
5.5.1 Edifícios e Alojamentos	52
5.5.2 Tipo de obra nos edifícios	53
5.5.3 Destino de obra nos edifícios	54
5.5.4 Edifícios licenciados.....	55



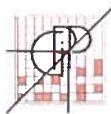
5.5.5	Valor médio do prédio transacionado	56
5.5.6	SÍNTESE.....	57
5.6	Património.....	58
5.6.1	Património cultural.....	59
5.6.2	Geológico.....	61
5.6.3	Imaterial	62
5.6.4	SÍNTESE.....	64
5.7	Ambiente.....	65
5.7.1	Clima.....	66
5.7.2	Temperatura.....	67
5.7.3	Precipitação.....	68
5.7.4	Incêndios rurais	69
5.7.5	Consumo de eletricidade	70
5.7.6	Resíduos	71
5.7.7	SÍNTESE.....	72
5.8	Ocupação do solo	73
5.8.1	Carta de Ocupação do Solo	74
5.8.2	Áreas artificializadas.....	75
5.8.3	Áreas agrícolas	76
5.8.4	Áreas florestais e de matos	80
5.8.5	Áreas de atividades económicas e de infraestruturas	81
5.8.6	SÍNTESE.....	82
5.9	Planeamento	83
5.9.1	Plano Nacional Rodoviário 2000	84
5.9.2	PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro	85
5.9.3	Plano Diretor Municipal (PDMMC).....	87
5.9.4	Carta Educativa.....	114
5.9.5	PMDFCI.....	115
5.9.6	SÍNTESE.....	121
6	Considerações Finais	122

Índice de Figuras

Figura 1: Unidades territoriais e freguesias	7
Figura 2: Contexto regional	11
Figura 3: População residente na região Norte (2018)	11
Figura 4: Variação populacional na região Norte (2011/2018)	12
Figura 5: Rede de transporte na região Norte (2018)	12
Figura 6: Fatores de mudança	122

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estruturação dos indicadores	6
Tabela 2: Quadro legislativo à data da publicação do PDMMC em vigor (2015) e situação atual	8
Tabela 3: Alterações legislativas	10



Siglas e Abreviaturas

% – Percentagem

art. – Artigo

CMMC – Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

DL – Decreto-lei

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBGPPSOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

n.º – Número

PDMMC – Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PPPT – Planos/políticas/programas territoriais

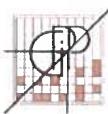
PROF – Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

TTM – Terras de Trás-os-Montes



1 Enquadramento

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) tem como objetivo principal avaliar as dinâmicas recentes do território do concelho de Macedo de Cavaleiros, através da análise de indicadores estatísticos e da monitorização dos instrumentos de gestão territorial (IGT) existentes.

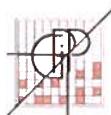
Simultaneamente, importa salientar que o presente relatório foi elaborado num contexto pré-COVID'19 – situação epidemiológica que teve repercussões profundas ao nível da dinâmica ambiental, económica e social do País e do Mundo – e que, por isso, condicionou/condicionará a evolução da maioria dos indicadores que serão desenvolvidos neste relatório.

Contudo, para o município de Macedo de Cavaleiros, o pós-COVID'19 poderá ser um marco na transição conjuntural, sendo apontado por vários estudos e reflexões sobre os cenários pós-pandemia que os territórios de baixa densidade serão os grandes beneficiados nestes tempos de incerteza, em domínios, como a demografia, a habitação e o turismo.

Deste modo, neste relatório será avaliada a necessidade de alteração/revisão dos IGT em vigor, em particular os de iniciativa municipal, com destaque para o Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC).

Desta forma, o REOT irá avaliar a adequação dos objetivos e estratégia dos diferentes IGT, tendo em atenção fatores socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e ordenamento do território e, ainda, questões ambientais e biofísicas.

Assim sendo, este documento será a primeira monitorização conjunta dos diferentes planos/programas/políticas territoriais (PPPT), efetuando o enquadramento e o balanço da gestão territorial com base na informação disponível, com o objetivo de preparar e coordenar de forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias que estão em desenvolvimento localmente.



2 Metodologia

A elaboração do REOT engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à seleção de indicadores capazes de avaliar e de informar a realidade do território.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o sistema real e o plano. No primeiro, os indicadores são as ferramentas privilegiadas para a caracterização do concelho (consultar tabela 1). No segundo analisa-se o conteúdo documental associado aos diferentes IGT.

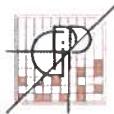
Tabela 1: Estruturação dos indicadores

Tema	Subtema
População	Habitantes
	Educação
	Emprego
Economia	Empresas
	Exportações e Importações
	Agricultura
Mobilidade e acessibilidade	Mobilidade
	Redes de Transportes
Edificado e habitação	Edificado
	Alojamentos
Equipamentos	Saúde
	Sociais
	Escolares
	Administrativos e Proteção Civil
	Consumo
	Incêndios
	Despesa com o ambiente
Património	Património
Ambiente	Clima
	Incêndios
	Resíduos
Ocupação do Solo	Carta de Ocupação do Solo (COS)
Planeamento	PRN2000
	PDMMC
	Outros

A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar, ou não, a estratégia definida;
- Percecionar a realidade do concelho;
- Orientar o estabelecimento de novas estratégias e objetivos;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios.

Desta forma, nesta abordagem utilizam-se diferentes fontes de informação que instruirão o procedimento avaliativo, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Pordata ou o Turismo de Portugal, como também a informação das diferentes subdivisões do município que terá um papel determinante no desenvolvimento deste processo de monitorização, segundo a Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais, publicada pelo Aviso n.º 1509-A/2018, 31 de janeiro.



O REOT, com as informações recolhidas junto de organismos de supervisão públicos, das bases de estatísticas e dos serviços municipais, fará a monitorização do estado de ordenamento do território do concelho, assente na seguinte estrutura:

1.1 Título – identificação do tema principal em análise (Exemplo: População)

1.1.1 Indicadores – gráfico ou tabela com o indicador alvo de monitorização e respetiva análise
(Exemplo: População Residente)

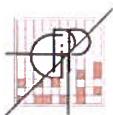
1.1.2 Síntese – seleção dos tópicos-chave positivos e negativos, que melhor sintetizam o tema-principal em análise.

Mediante esta estrutura, a análise dos dados será à escala do concelho de Macedo de Cavaleiros tendo por referência outros espaços territoriais, como a Terras de Trás-os-Montes (TTM), a Região Norte e o país, por forma a determinar a evolução do Concelho face ao contexto sub-regional, regional e nacional. Estes indicadores serão também observados à escala das unidades territoriais internas e das freguesias (resultantes da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), quando tal for possível.

Figura 1: Unidades territoriais e freguesias



Importa esclarecer que as duas escalas de análise – freguesias e unidades territoriais – estão interligadas, porque as unidades territoriais resultam da agregação de freguesias, sendo escalas geográficas de análise que servem para uma melhor avaliação de conjunto da realidade do concelho.

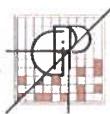


3 Situação legislativa

Na tabela seguinte é apresentado o quadro legal existente à data de publicação do PDMMC em vigor, distribuído pelas diferentes temáticas, bem como a situação atual dos diferentes diplomas.

Tabela 2: Quadro legislativo à data da publicação do PDMMC em vigor (2015) e situação atual

TEMA	Legislação à data do PDMMC	Âmbito	Situação atual
Ambiente	DL n.º 468/71, de 5 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico	Em vigor
	DL n.º 595/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Alterado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro	Regime Jurídico de pesquisa de massas minerais e pedreiras	Em vigor
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Medidas de Proteção ao Sobreiro e à Azinheira	Em vigor
	DL n.º 169/2005, de 26 de setembro	Aproveitamentos Hidroagrícolas	Em vigor
	DL n.º 54/2005, de 15 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos de Domínio Público	Alterado pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto
	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Lei da Água	Em vigor
	DL n.º 124/2006, de 28 de junho	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Alterado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e DL n.º 14/2019, de 21 de janeiro
	DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	Em vigor
	DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	Em vigor
	DL n.º 107/2009, de 15 de maio	Albufeiras	Em vigor
	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
	Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Regime Jurídico do Arvoredo de Interesse Público	Em vigor
	DL n.º 96/2013, de 29 de julho	Regime Jurídico de Arborização e Rearborização	Alterado pelo DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro
Equipamentos e serviços básicos	DL n.º 75/2013, de 12 de setembro	Atribuições e Competências para as Autarquias Locais	Em vigor
Mobilidade e Acessibilidade	Alterado pela Declaração de Retificação nº 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99, de 26 de julho e pelo DL 182/2003, de 16 de agosto	Piano Rodoviário Nacional	Em vigor
	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Lei n.º 34/2015, 27 de abril
Património	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
Planeamento	DL n.º 196/89, de 14 de junho	RAN	Revogado pelo DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro
	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto	LBGPPSOTU	Revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJIGT	Revogado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio



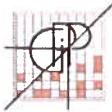
TEMA	Legislação à data do PDMMC	Âmbito	Situação atual
	RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Revogada pela RCM n.º 55/2018, de 7 de maio
	DR n.º 19/2001, de 10 de dezembro	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	Em vigor
	DR n.º 42/2007, de 10 de abril	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste	Revogado e substituído pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, como PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro
	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Revisto pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
	RCM n.º 187/2007, de 21 de dezembro	Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo	Em vigor
	RCM n.º 155-A/2008, de 21 de julho	Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	Regime Jurídico da Conservação da Natureza	Alterado pelo DL n.º 242/2015, de 15 de outubro
	DL n.º 166/2008, de 16 de agosto	REN	Alterado e republicado pelo DL n.º 124/2019, de 28 de agosto
	DL n.º 307/2009, de 23 de outubro	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana	Alterado pelo DL n.º 88/2017, de 27 de julho
	DL n.º 27/2014, de 18 de fevereiro	Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção Florestal	DL n.º 11/2019, de 21 de janeiro
	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Em vigor
	DL n.º 136/2014, de 09 de setembro	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação	Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro

Fonte: Diário da República e PDMMC

A análise da tabela revela a existência de alterações significativas no quadro legal, em particular no ordenamento do território (tema: Planeamento).

Salientam-se as alterações decorrentes da(o):

- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU);
- DL n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT);
- DR n.º 5/2019, de 27 de setembro (conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo);
- DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (Classificação e qualificação do solo);
- Lei n.º 34/2015, 27 de abril (novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional);
- Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto (Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios);
- Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro (PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro);
- Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território).



Na tabela seguinte identificam-se as principais alterações legislativas.

Tabela 3: Alterações legislativas

TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Alteração
Ambiente	DL n.º 90/90, de 16 de março	Lei n.º 54/2015, de 22 de junho	Criação do Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
	DL n.º 54/2005, de 15 de novembro	Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto	Estabelece a titularidade dos recursos hidricos.
	DL n.º 124/2006, de 28 de junho	Alterado: Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e DL n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Define novas responsabilidades, a agentes do SDFCI, nomeadamente o ICNF, GNR, como também estabelece e redefine os conceitos das definições da temática dos incêndios.
	DL n.º 96/2013, de 29 de julho	DL n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Altera o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais.
Mobilidade e Acessibilidade	Vários diplomas	Lei n.º 34/2015, de 27 de abril	Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.
Planeamento	DL n.º 196/89, de 14 de junho	DL n.º 199/2015, de 16 de outubro	Art. 10.º, n.º 1 – <i>Não integram a RAN as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.</i>
	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	A lei define como finalidade: (...) a) Valorizar as potencialidades do solo (...); b) Garantir o desenvolvimento sustentável (...); c) Reforçar a coesão nacional (...); d) Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos (...); e) Evitar a contaminação do solo (...); f) Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional (...); g) Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos (...); h) Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico; i) Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo (...); j) Prevenir riscos coletivos (...); k) Salvaguardar e valorizar a orla costeira, as margens dos rios e as albufeiras; l) Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris; m) Regenerar o território (...); n) Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva. Fim de citação do art. 2.º.
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	DL n.º 80/2015, de 14 de maio	Revê o RJGT.
	RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro	RCM n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.
	DR n.º 42/2007, de 10 de abril	Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro	Alarga o âmbito territorial do agora Programa de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro.
	Lei n.º 58/2007, 4 de setembro	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	Estrutura a estratégia de ordenamento do território enquadrada em 5 pontos, designadamente: a definição de compromissos; medidas de política; a operacionalização do modelo territorial; as diretrizes para os IGT; e, por fim, a definição de um modelo de governação do PNPT, tendo como orientação o enquadramento desta estratégia nas orientações definidas para o próximo quadro comunitário de 2030.
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	DL n.º 242/2015, de 15 de outubro	Altera o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
	DL n.º 166/2008, de 16 de agosto	DL n.º 124/2019, de 28 de agosto	Existe a clarificação conceitual dos sistemas a integrar em REN e a melhoria ao nível dos procedimentos, dos prazos e dos critérios de delimitação.
	DL n.º 307/2009, de 23 de outubro	DL n.º 88/2017, de 27 de julho	Altera o regime das sociedades de reabilitação urbana.
	DL n.º 27/2014, de 18 de fevereiro	DL n.º 11/2019, de 21 de janeiro	Altera o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.
	DL n.º 136/2014, de 09 de setembro	Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro	Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas.

Fonte: Diário da República e PDMMC

4 Contexto geográfico

O concelho de Macedo de Cavaleiros, em termos geográficos, localiza-se numa conjuntura sub-regional, denominada por Terras de Trás-os-Montes (TTM).

As suas relações de interdependência fixam-se com Bragança e Mirandela, os principais centros urbanos de TTM, inseridos num sistema urbano: Vila Real – Mirandela – Macedo de Cavaleiros – Bragança – Zamora – Benavente – León, que perfaz a alternativa ao Corredor Atlântico (Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Valladolid – Burgos) definido pela União Europeia, e que aposte, não só no relacionamento transfronteiriço, como também na cooperação intermunicipal no fomento de uma rede de complementaridades funcionais e compatíveis com o mundo rural.

Figura 2: Contexto regional

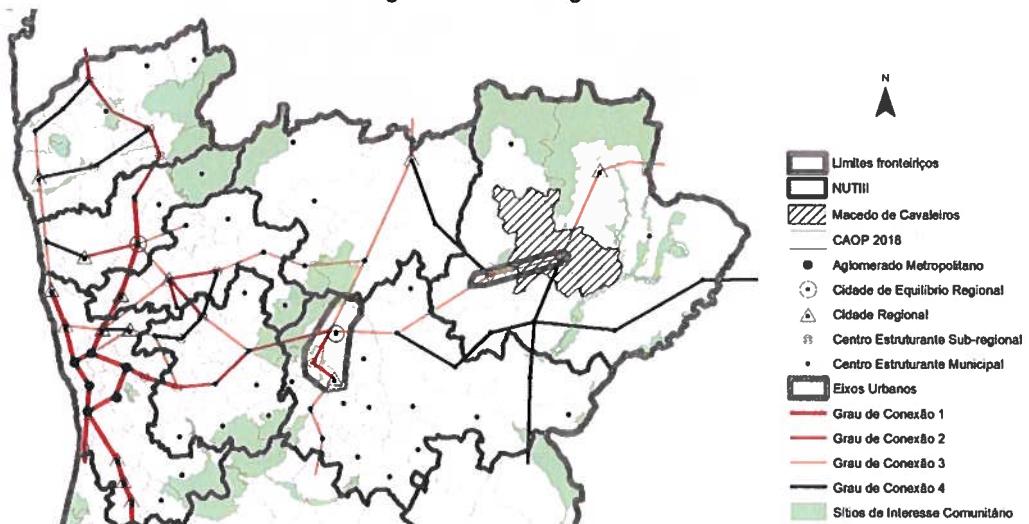
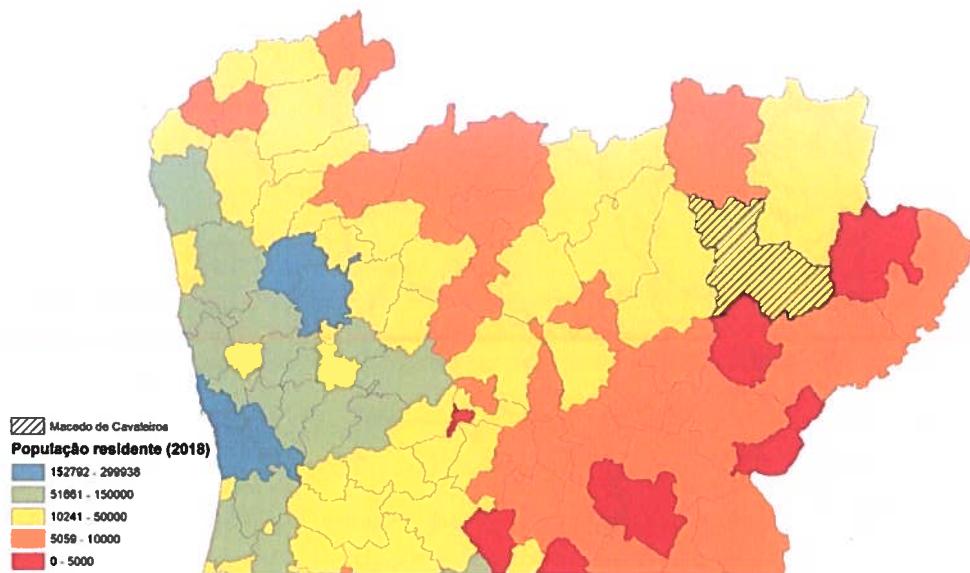
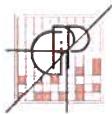
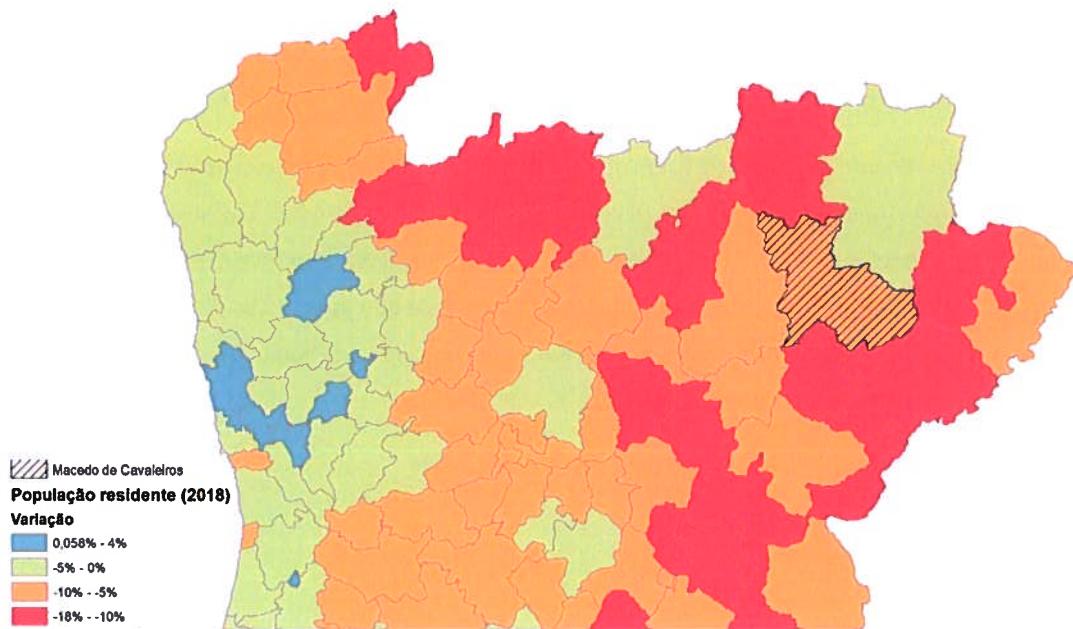
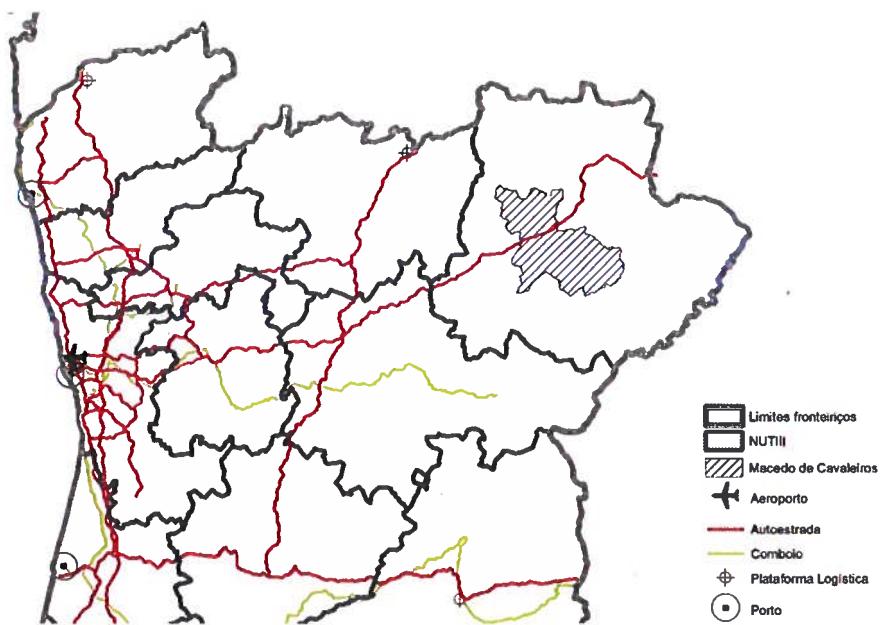


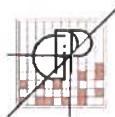
Figura 3: População residente na região Norte (2018)



**Figura 4: Variação populacional na região Norte (2011/2018)**

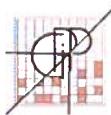
Relativamente às principais infraestruturas de transportes, Macedo de Cavaleiros situa-se no cruzamento de duas vias da rede nacional fundamental, a A4 e o IP2, que estabelecem relação com os principais centros funcionais do Norte, nomeadamente, a Área Metropolitana do Porto e os centros urbanos complementares da dinâmica sub-regional do Norte e Centro, respetivamente.

Figura 5: Rede de transporte na região Norte (2018)



5 ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- 5.1 População
- 5.2 Economia
- 5.3 Mobilidade e acessibilidade
- 5.4 Equipamentos
- 5.5 Edificado e habitação
- 5.6 Património
- 5.7 Ambiente
- 5.8 Ocupação do solo
- 5.9 Planeamento



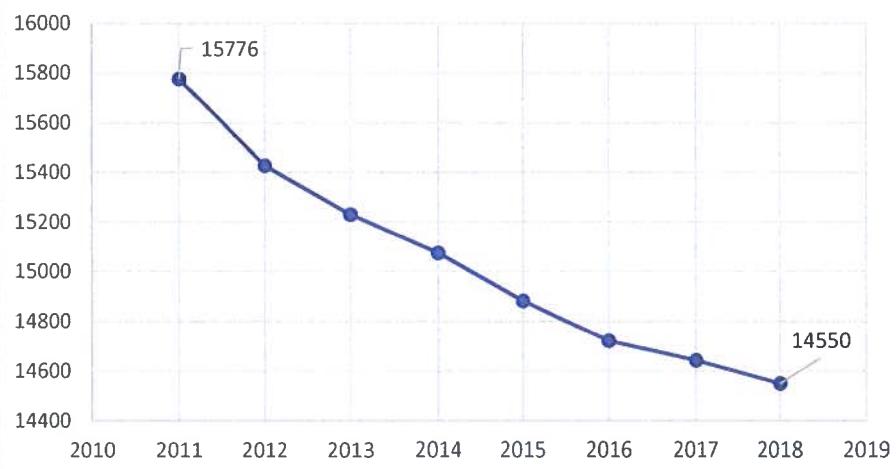
5.1 População



Jardim 1.º de Maio¹

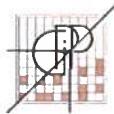
2

População residente em Macedo de Cavaleiros



¹ Fonte: CMMC

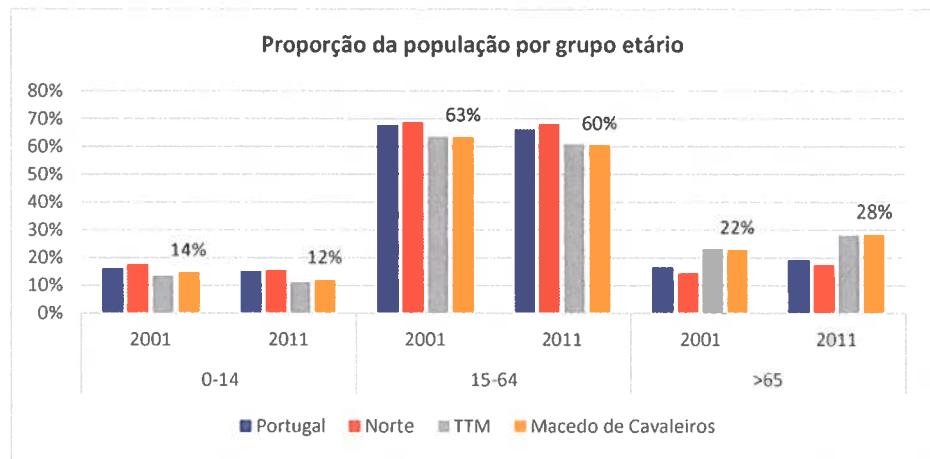
² Fonte: INE



5.1.1 População por unidade territorial em 2001 e 2011

Espaço geográfico	2001	2011	Variação
Portugal	10 356 117	10 562 178	2%
Norte	3 687 293	3 689 682	0%
TTM	127 138	117 527	-8%
Macedo de Cavaleiros	17 449	15 776	-10%
Arcas/Vilarinho de Agrochão	1 702	1 383	-19%
Nogueira	1 313	1 088	-17%
Macedo de Cavaleiros/Azibo	8 541	8 329	-2%
Morais/Sabor	3 320	2 678	-19%
Cortiços	826	756	-8%
Bornes	1 747	1 542	-12%

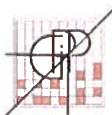
Fonte: Elaboração própria baseada no INE



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

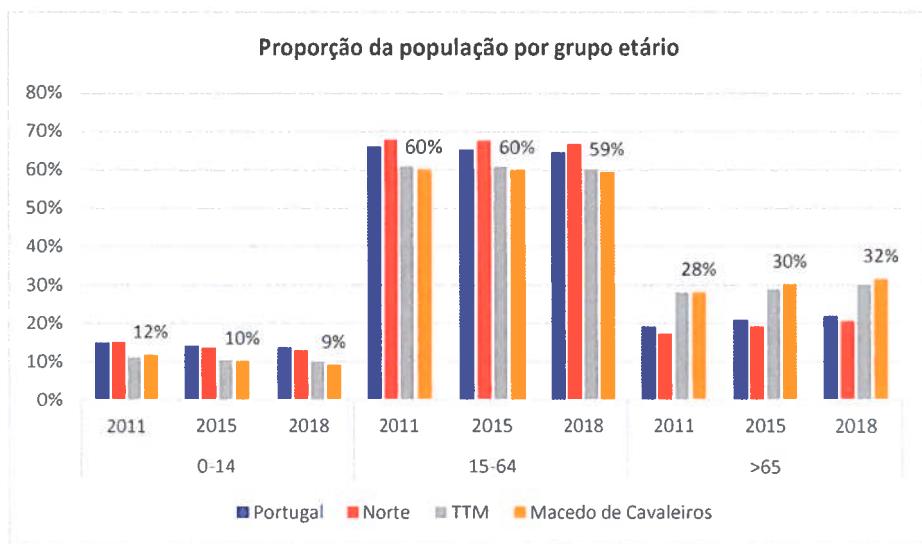
- O concelho de Macedo de Cavaleiros tem um crescimento demográfico negativo durante o período intercensitário;
- Todas as unidades territoriais perdem população, tendo em alguns casos registado perdas superiores a 15%, designadamente em Arcas/Vilarinho de Agrochão, Morais/Sabor e Nogueira;
- Apesar do cenário demográfico negativo, verifica-se que as freguesias envolventes à cidade de Macedo de Cavaleiros (localizada na freguesia com a mesma topónima) crescem em termos de demográficos – sinal da atratividade da sede do concelho;
- O concelho, no contexto sub-regional, regional e nacional apresenta um cenário populacional mais envelhecido, tendo o grupo etário com idades superiores a 65 anos aumentado 6%, em termos proporcionais.



5.1.2 População residente entre 2011 e 2018

Espaço geográfico	2011	2015	2018	Variação_15/18
Portugal	10 562 178	10 341 330	10 276 617	-1%
Norte	3 689 682	3 603 778	3 572 583	-1%
TTM	117 527	110 759	107 860	-3%
Macedo de Cavaleiros	15 776	14 882	14 550	-2%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

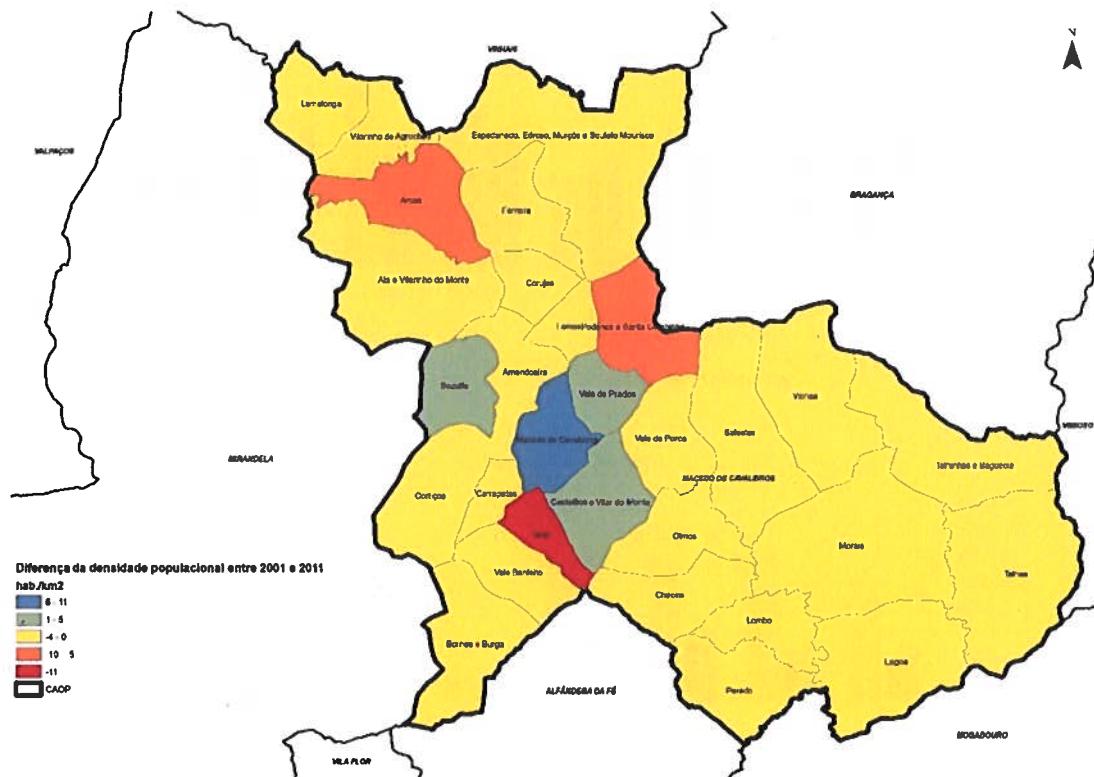
Tópicos de análise:

- O concelho de Macedo de Cavaleiros mantém um crescimento demográfico negativo, apresentando, entre 2011 e 2018, uma perda média de 175 hab./ano, aproximadamente;
- A dimensão da regressão demográfica é, na atualidade, inferior ao que ocorre na sub-região;
- Em 2018 verifica-se que a população com idade inferior a 14 anos já é inferior a 10% da população residente no concelho e, por sua vez, a população com idade superior a 65 já supera os 30%.



5.1.3 Densidade populacional

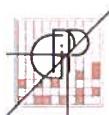
Diferença da densidade populacional no período intercensitário, por freguesia



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- O concelho de Macedo de Cavaleiros, devido à sua dimensão, tem das densidades populacionais mais baixas do país;
- Como é esperável, a área da Cidade é a que tem mais densidade, cerca de 420 habitantes por km². Além disso, verifica-se que, no período intercensitário, as freguesias da sua envolvente oriental aumentaram o número de habitantes por km²;
- Verifica-se o aumento da capacidade de polarização da cidade, atendendo ao fato das freguesias pertencentes à segunda coroa da cidade sofrerem um processo de regressão do número de habitantes por km²;
- O panorama global do concelho é de redução de densidade populacional.



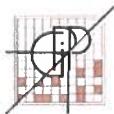
5.1.4 Taxas e índices demográficos



Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Tendência, no concelho, para a estabilização da taxa de natalidade nos 5%;
- Associado ao envelhecimento populacional, regista-se um aumento da taxa de mortalidade de 2001 para 2018, cifrando-se num valor ligeiramente superior ao verificado na sub-região (15%);
- O índice de envelhecimento duplicou, de 2001 para 2018, acompanhando a tendência da envolvente sub-regional;
- Os índices de dependência aumentam nos últimos anos, face ao progressivo envelhecimento populacional que se verifica em todos os espaços geográficos.



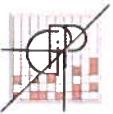
5.1.5 Envelhecimento por unidade territorial

Espaço geográfico	2001	2011	N.º de vezes de aumento
Portugal	102%	126%	1
Norte	79%	112%	1
TTM	211%	248%	1
Macedo de Cavaleiros	161%	244%	2
Arcas/Vilarinho de Agrochão	526%	620%	1
Nogueira	213%	406%	2
Macedo de Cavaleiros/Azibo	216%	418%	2
Morais/Sabor	275%	588%	2
Cortiços	271%	462%	2
Bornes	225%	405%	2

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- O processo de envelhecimento demográfico abrange todo o concelho;
- Arcas/Vilarinho de Agrochão é a unidade territorial mais envelhecida, existindo por cada 100 jovens, 620 idosos, e Morais/Sabor é a segunda mais envelhecida, com 588 idosos por cada 100 jovens. As restantes situam-se no intervalo dos 400 e os 500 idosos por cada 100 jovens;
- Existem freguesias em que o índice de envelhecimento supera os 700%, como é o caso de Arcas e Vilarinho de Agrochão e de Lagoa e Talhas, localizadas nas unidades territoriais supramencionadas, respetivamente. Fora deste enquadramento geográfico a freguesia que tem o maior índice de envelhecimento do concelho é Vinhas, localizada na unidade territorial de Macedo de Cavaleiros/Azibo.



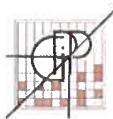
5.1.6 Analfabetismo

Espaço geográfico	2001	2011	Diferença
Portugal	9%	5%	-4%
Norte	8%	5%	-3%
TTM	17%	11%	-6%
Macedo de Cavaleiros	16%	10%	-6%
Arcas/Vilarinho de Agrochão	21%	17%	-4%
Nogueira	22%	15%	-7%
Macedo de Cavaleiros/Azibo	17%	11%	-6%
Morais/Sabor	22%	16%	-6%
Cortiços	17%	14%	-3%
Bornes	18%	11%	-7%

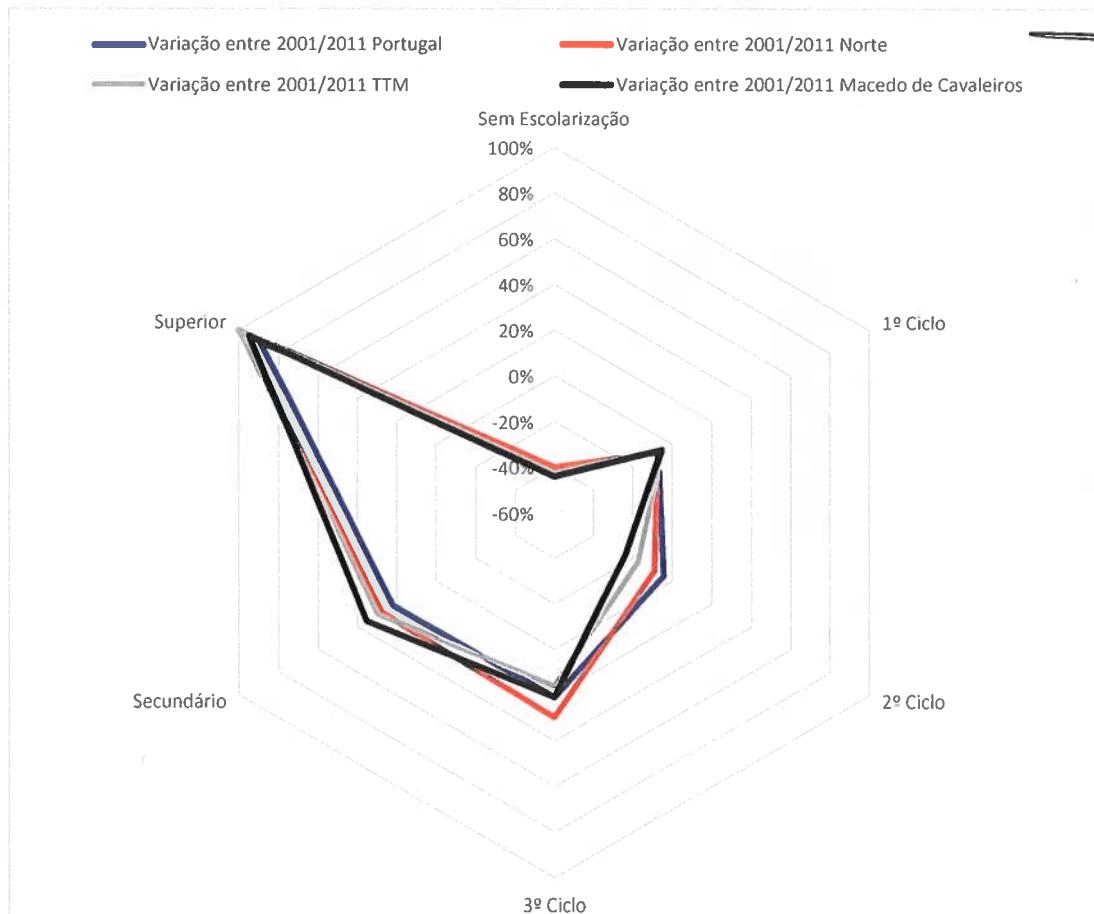
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Os níveis de analfabetismo baixaram em todos os espaços geográficos em análise;
- Em Macedo de Cavaleiros, as unidades territoriais apresentam decréscimos superiores aos verificados a nível regional e nacional, sendo exceção Cortiços;
- Entre de 2001 e 2011, a taxa média de analfabetismo nas freguesias reduz de 20% para 14%.



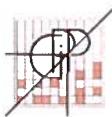
5.1.7 Níveis de escolaridade



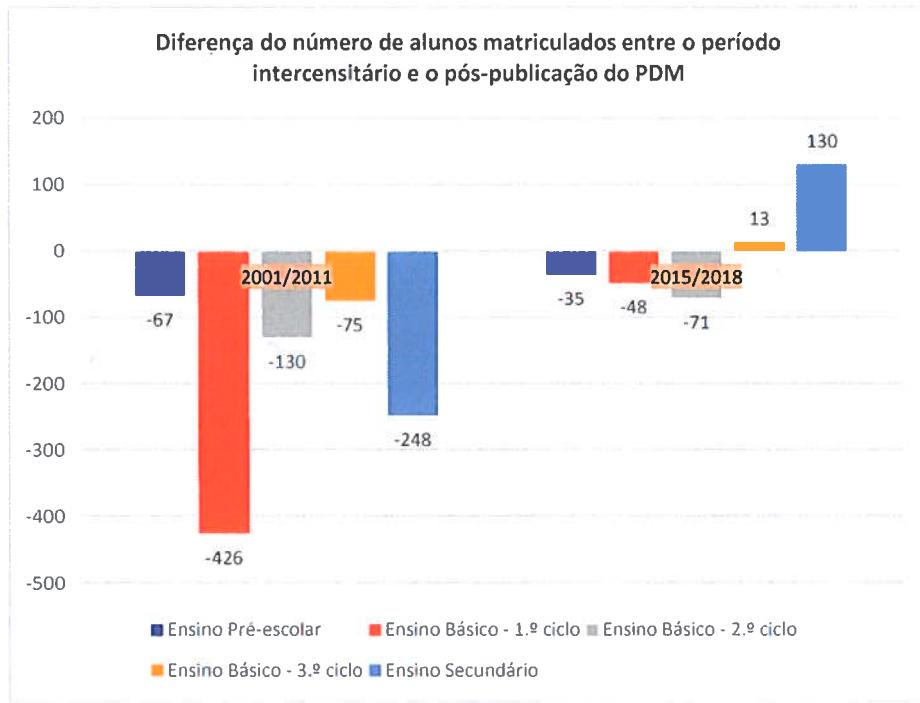
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Macedo de Cavaleiros acompanha a evolução dos níveis de escolaridade da população em todos os níveis;
- O concelho destaca-se face aos espaços geográficos com que se equipara, através do aumento da população com um nível de ensino associado ao 3.º ciclo e secundário;
- No nível de ensino superior o concelho apresenta uma variação superior à nacional.



5.1.8 Alunos matriculados

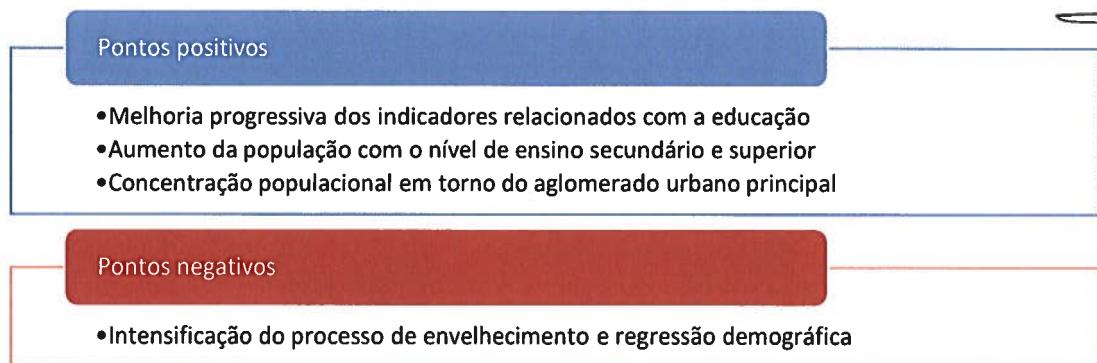


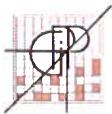
Tópicos de análise:

- Em todos os níveis de ensino existem perdas no número de alunos matriculados;
- No período pós-publicação do PDM verificam-se duas dinâmicas:
 - Nos níveis de ensino do pré-escolar ao 2.º ciclo mantêm-se as perdas, em média, de 51 alunos por nível de ensino, embora apresentem descidas menos acentuadas que as do período intercensitário;
 - No 3.º ciclo e secundário existem ganhos, tendo no caso do ensino secundário mais 130 alunos dos que os inscritos em 2015, cifrando-se nos 500 alunos aproximadamente – valor que é superior ao que se verificava em 2011.
- Simultaneamente, à semelhança do que acontece noutras espaços geográficos com dimensão populacional semelhante, Macedo de Cavaleiros (cidade) concentra a rede escolar no concelho, influenciando, em parte, os resultados francamente positivos nos níveis de ensino mais elevados do ensino obrigatório, ao abrigo da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto.

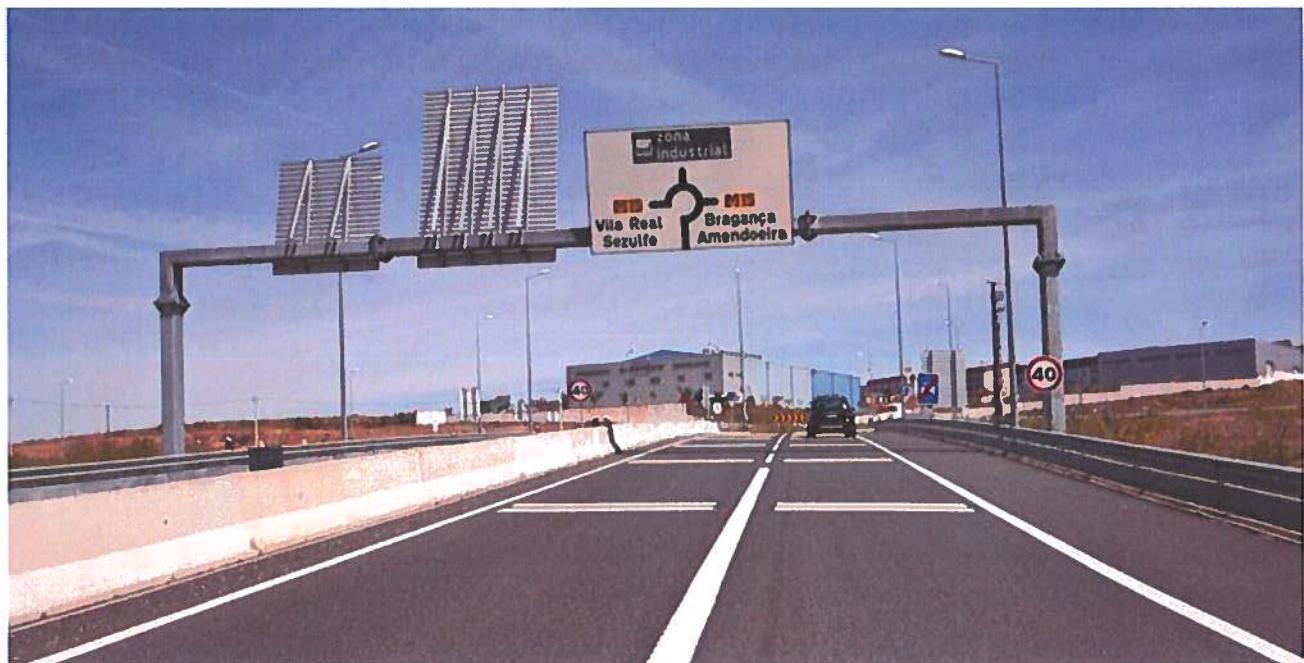


5.1.9 SÍNTSE

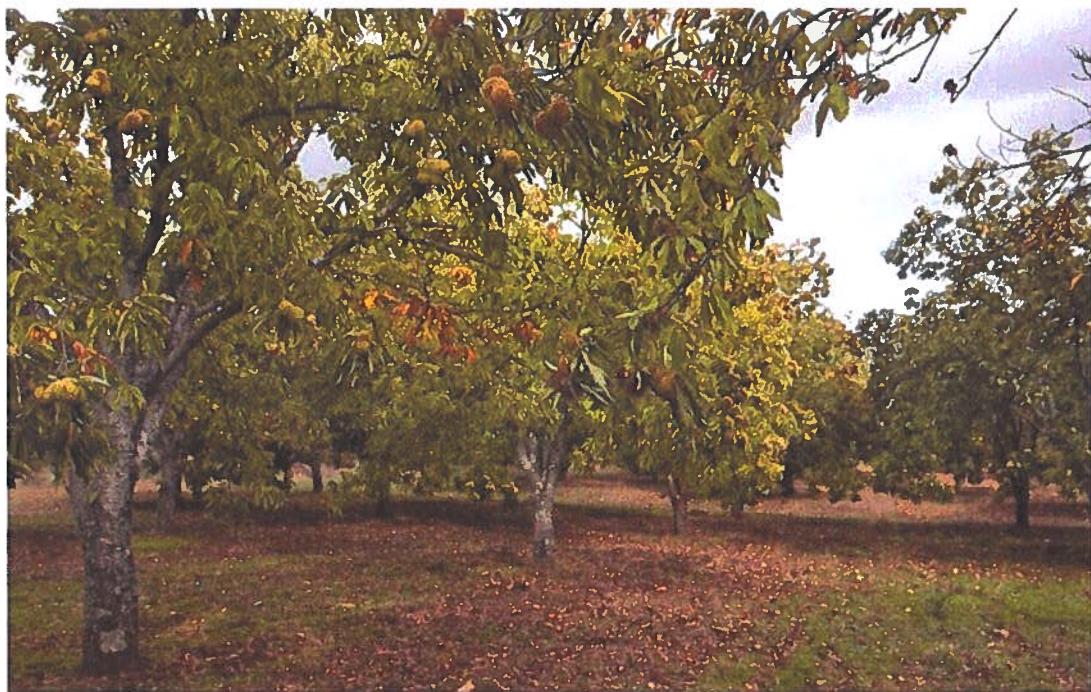




5.2 Economia



Área industrial da Amendoeira³

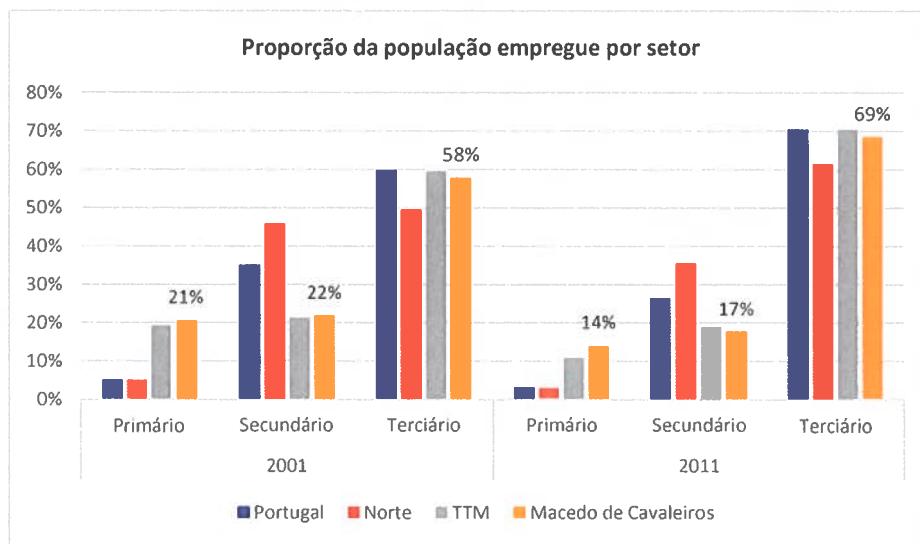


Souto

³ Fonte: As duas imagens apresentadas são propriedade da CMMC.



5.2.1 Emprego por setor de atividade económica



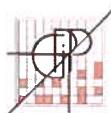
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Setor económico	Primário	Secundário	Terciário	Total
Diferença da população empregue entre 2001 e 2011	-443	-324	301	-466

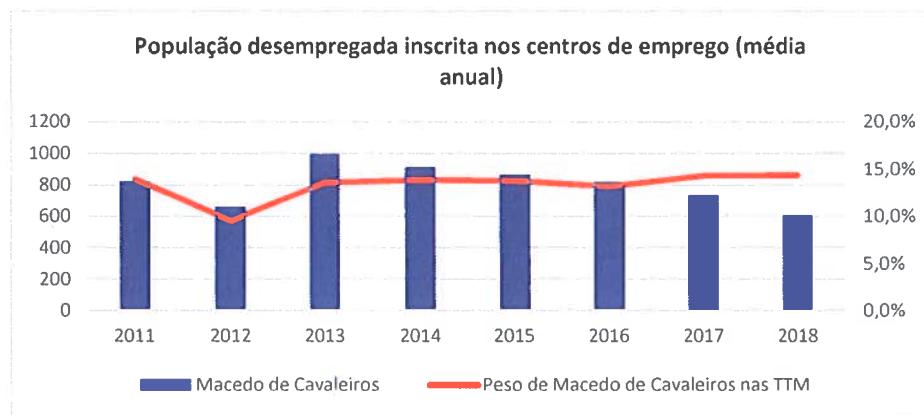
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

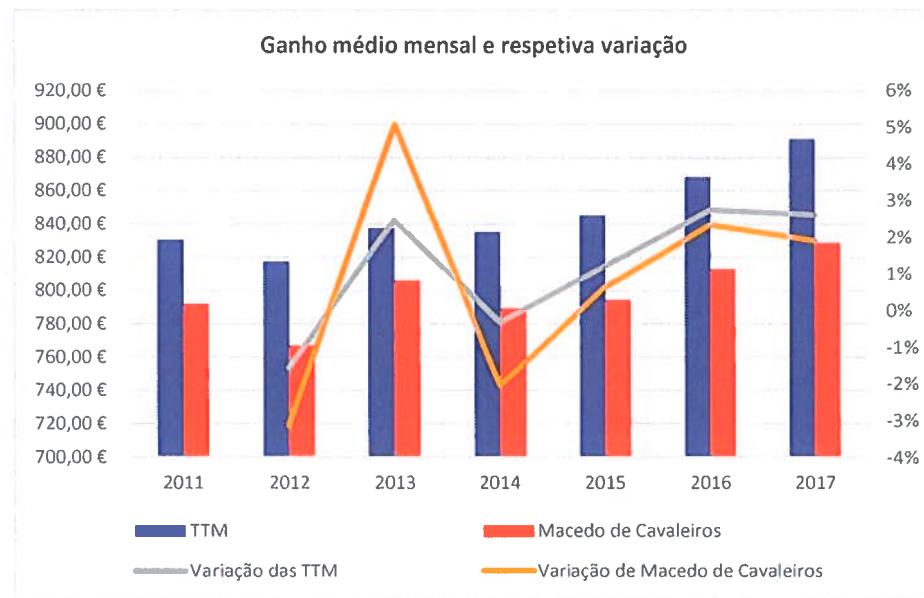
- Intensificação da terciarização da economia, tendo a proporção da população empregue neste setor crescido 11%, entre 2001 e 2011 – valor superior ao verificado no contexto das TTM;
- O valor económico do setor primário do concelho reflete-se na proporção da população empregue no setor em 2001 e 2011, apresentando, inclusive, valores francamente superiores ao de outros espaços geográficos;
- A população empregada regrediu 8%, entre 2001 e 2011 - indicador que à data da realização dos Censos de 2011 está influenciado pela crise económico-financeira de 2008, como também está associado ao processo de envelhecimento demográfico do concelho;
- Estima-se que a população empregada tenha aumentado pós-2011, atendendo ao cenário de crescimento económico verificado desde então (percetível pela análise dos indicadores apresentados seguidamente neste subcapítulo).



5.2.2 Desemprego e ganho médio mensal



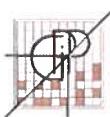
Fonte: Pordata



Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Regressão do número de desempregos a partir de 2013;
- Regressão média de 78 desempregados/ano, desde 2015;
- O número de desempregados inscritos já atingiu um valor inferior ao que se verificava no período da crise económico-financeira de 2008;
- O peso da população desempregada de Macedo de Cavaleiros nas TTM tem estabilizado desde 2013 nos 13%/14%;
- Aumento de 34.20€ no ganho médio mensal, em Macedo de Cavaleiros, entre 2015 e 2017. Ainda assim, esse valor é inferior ao aumento de 45.90€ verificado na sub-região (TTM), em igual período.



5.2.3 Empresas

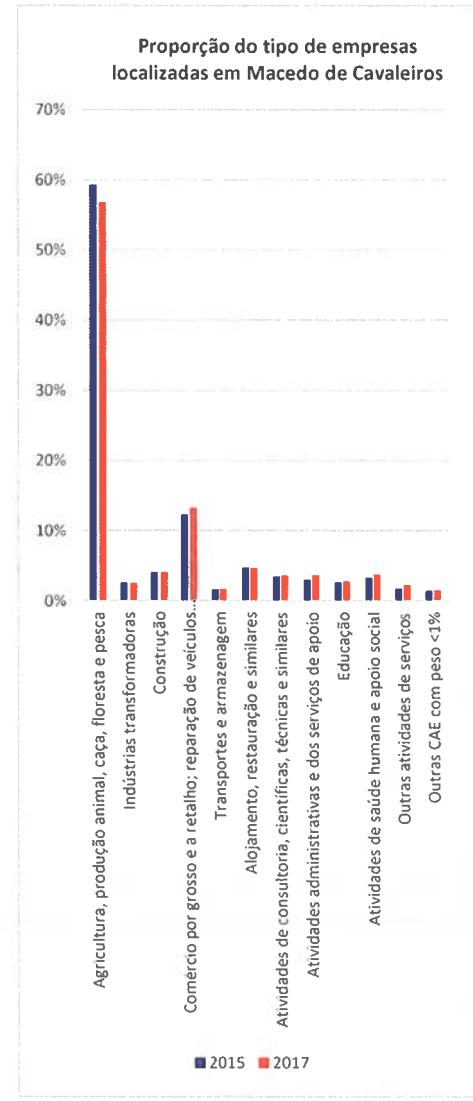


Fonte: INE

Tópicos de análise:

- É evidente na evolução do número de empresas os dois ciclos económicos. Havendo em 2018 um número de empresas já superior ao verificado nos anos subsequentes à crise económica;
- Simultaneamente, na amostra temporal, constata-se que Macedo de Cavaleiros nunca teve um peso tão importante na dinâmica empresarial das TTM como tem em 2018;
- Confirma-se o aumento da terciarização da economia, com o aumento da proporção de empresas ligadas ao setor, como é o caso do *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos ou dos transportes e armazenagem* ou de *outras atividades de serviços*. Além disso, também se verifica a diminuição da proporção de empresas ligadas ao setor primário e secundário, como é o caso da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e das *indústrias transformadoras*, respetivamente.

Fonte: Elaboração própria baseada no INE





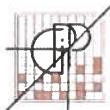
5.2.4 Contexto agrícola (explorações)

Espaço geográfico	Superfície Agrícola Utilizada em hectares			Explorações com máquinas agrícolas			Explorações agrícolas			Índice de mecanização das explorações agrícolas
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	
Portugal	3863094	3668145	-5%	184241	173880	-6%	415969	305266	-27%	0,57
Norte	673556	644027	-4%	50141	56154	12%	137552	110841	-19%	0,51
TTM	215298	190324	-12%	9071	11929	32%	22693	22198	-2%	0,54
Macedo de Cavaleiros	22586	20580	-9%	1107	1670	51%	3187	3316	4%	0,50
Arcas/Vilarinho de Agrochão	3642	2703	-26%	134	254	90%	496	586	18%	0,43
Nogueira	2980	2158	-28%	129	180	40%	435	369	-15%	0,49
Macedo de Cavaleiros/Azibo	4918	4760	-3%	291	416	43%	744	746	0%	0,56
Morais/Sabor	7417	7405	0%	334	488	46%	856	910	6%	0,54
Cortiços	1411	1724	22%	95	124	31%	227	241	6%	0,51
Bornes	2218	1830	-17%	124	208	68%	429	464	8%	0,45

Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Diminuição de 9% da Superfície Agrícola Utilizada, no município, entre 1999 e 2009. A exceção a essa regressão generalizada no concelho foi a estabilização na unidade territorial de Morais/Sabor e de aumento em Cortiços;
- O aumento da mecanização no município é uma realidade, sendo de destacar o crescimento verificado em Arcas/Vilarinho de Agrochão que quase dobra o número de explorações com máquinas agrícolas;
- Na unidade territorial de Nogueira verifica-se que o número de explorações regrediu e em Macedo de Cavaleiros/Azibo estabiliza. Ainda assim, na generalidade do território, a apetência agrícola mantém-se atendendo ao aumento do número de explorações;
- O índice de mecanização das explorações agrícolas mantém-se, na sua generalidade, ainda abaixo do verificado na sub-região, atendendo ao facto de também de ser uma atividade económica que está associada a uma mão de obra mais envelhecida.



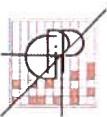
5.2.5 Contexto agrícola (produção)

Espaço geográfico	Ano de referência da informação agrícola: 2009		
	Culturas permanentes dominante	Culturas temporárias dominantes	1.ª e 2.ª espécie animal dominante
Portugal	Olival	Culturas forrageiras	Aves e ovinos
Norte	Vinha	Culturas forrageiras	Aves e coelhos
TTM	Olival	Culturas forrageiras	Aves e ovinos
Macedo de Cavaleiros	Olival	Culturas forrageiras	Aves e coelhos
Arcas/Vilarinho de Agrochão	Olival	Culturas forrageiras	Aves e ovinos
Nogueira	Frutos de casca rija	Culturas forrageiras	Aves e ovinos
Macedo de Cavaleiros/Azibo	Olival	Culturas forrageiras	Ovinos e caprinos
Morais/Sabor	Olival	Culturas forrageiras	Ovinos e bovinos
Cortiços	Olival	Culturas forrageiras	Ovinos e aves
Bornes	Olival	Culturas forrageiras	Aves e ovinos

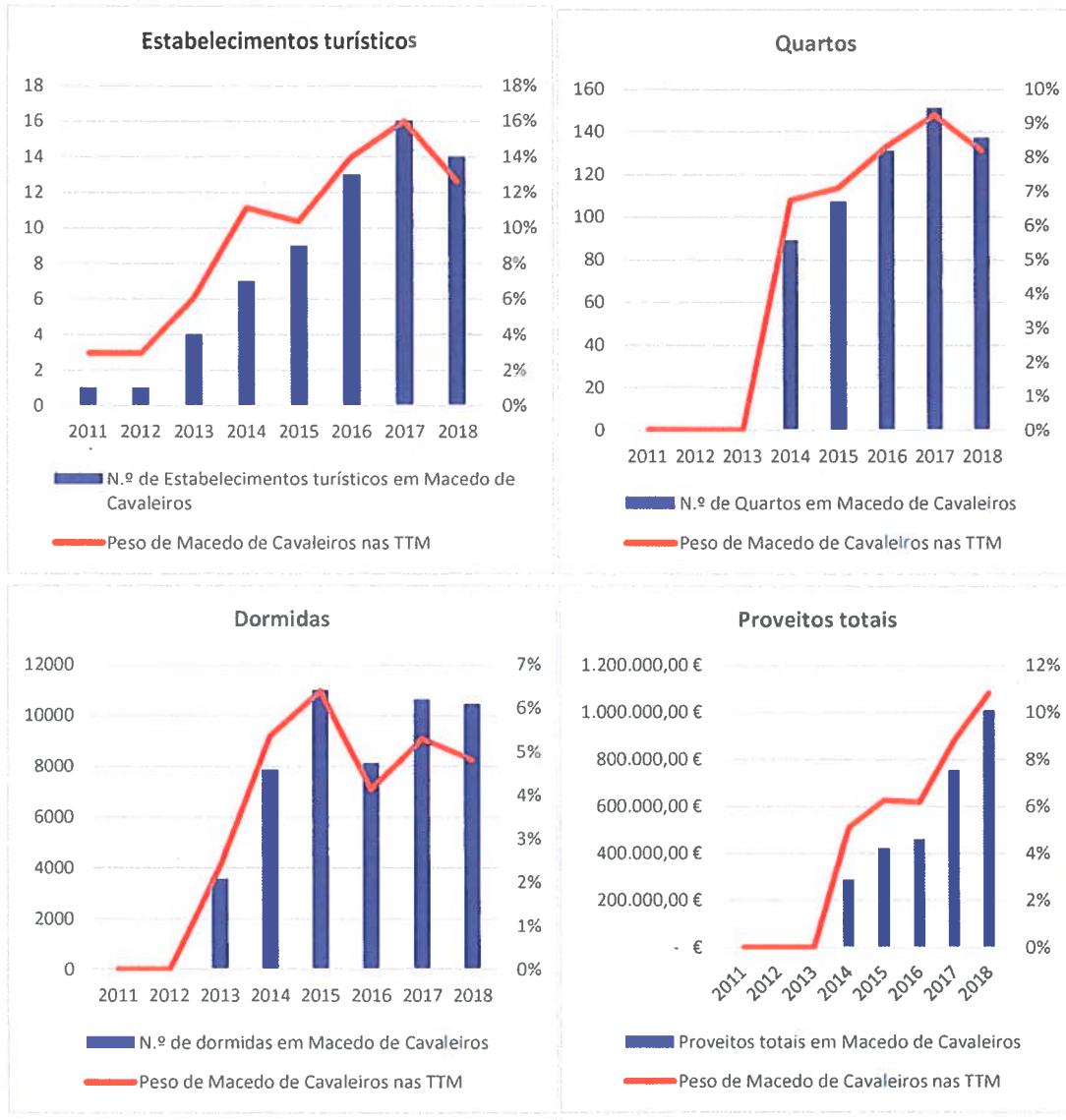
Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Macedo de Cavaleiros apresenta um contexto orográfico que lhe permite ter diferentes tipos de cenários agrícolas, uns mais arbóreos, onde os soutos dominam – cenário característico na unidade territorial de Nogueira; uns mais planos onde o olival ocupa a maioria do território – caso da maioria das unidades territoriais do concelho; e outros mais íngremes e xistosos onde a vinha ganha destaque – cultura dominante em alguns pontos a norte, leste e sul do concelho;
- O contexto agrícola de Macedo de Cavaleiros é também favorecido pela existência de solos com níveis de fertilidade interessantes, onde o sistema de regadio tem um importante papel para a sustentabilidade das culturas forrageiras;
- Simultaneamente, é verificada pelas espécies dominantes do efetivo animal concelhio, as espécies de pequeno porte e de produção caseira, como é o caso das aves e coelhos, mas também as espécies autóctones que fomentam e preservam o desenvolvimento da agropecuário. As espécies de ovinos existentes no município são: Churra Galega Bragançana Preta, Churra Galega Bragançana Branca, Churra da Terra Quente e Churra Badana. Ao nível dos bovinos, destaca-se a raça mirandesa, e, por fim, ao nível dos caprinos, a raça serrana;
- Segundo a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, existem os seguintes produtos em Regime de Qualidade registados no município:
 - **Indicação Geográfica Protegida:** Alheira de Vinhais, Batata de Trás-os-Montes, Butelo de Vinhais / Bucho de Vinhais / Chouriço de Ossos de Vinhais, Chouriça de Carne de Vinhais / Linguiça de Vinhais, Chouriça Doce de Vinhais, Chouriço Azedo de Vinhais / Azedo de Vinhais / Chouriço de Pão de Vinhais, Presunto de Vinhais IGP ou Presunto Bísaro de Vinhais e Salpicão de Vinhais
 - **Denominação de Origem Protegida:** Azeite de Trás-os-Montes, Azeitona de conserva negrinha de Freixo, Borrego Terrincho, Cabrito Transmontano, Carne Mirandesa, Carne de Bísaro Transmontano / Carne de Porco Transmontano, Castanha da Terra Fria, Mel da Terra Quente, Queijo de Cabra Transmontano e Queijo Terrincho



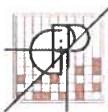
5.2.6 Turismo (INE)



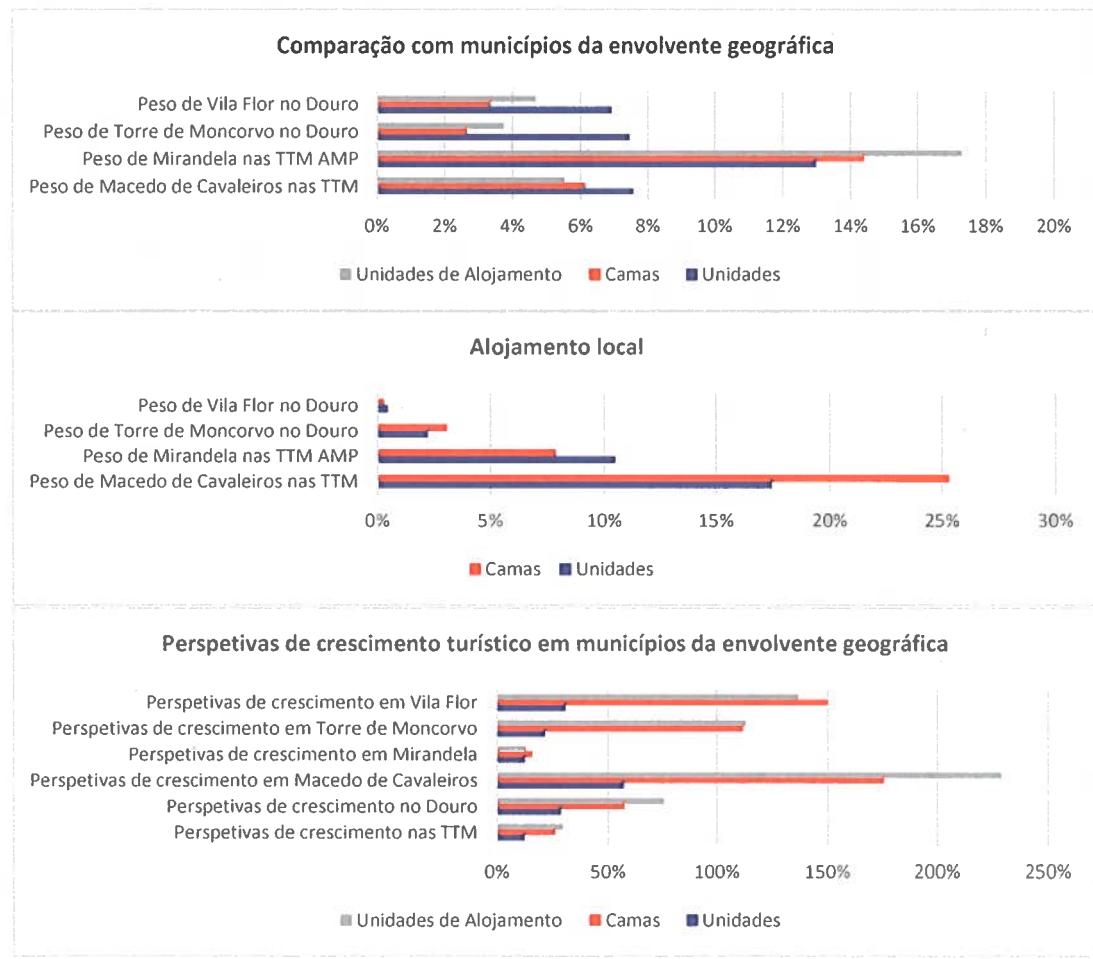
Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Em todos os indicadores apresentados relacionados com o turismo, Macedo de Cavaleiros em 2018 apresenta uma melhor conjuntura comparativamente a 2015;
- Verifica-se que a evolução dos indicadores tem permitido aumentar o peso do município em termos turísticos na dinâmica sub-regional;
- O indicador que mais cresce no período em análise é o dos proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros, que passa dos 287 mil € em 2014 para o 1 milhão de € em 2018;
- Simultaneamente verifica-se que o aumento da oferta turística em termos de estabelecimentos e de quartos, entre 2015 e 2018, teve um crescimento superior proporcionalmente ao da sub-região, região e do país.



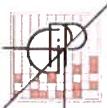
5.2.7 Turismo (SIGTUR)



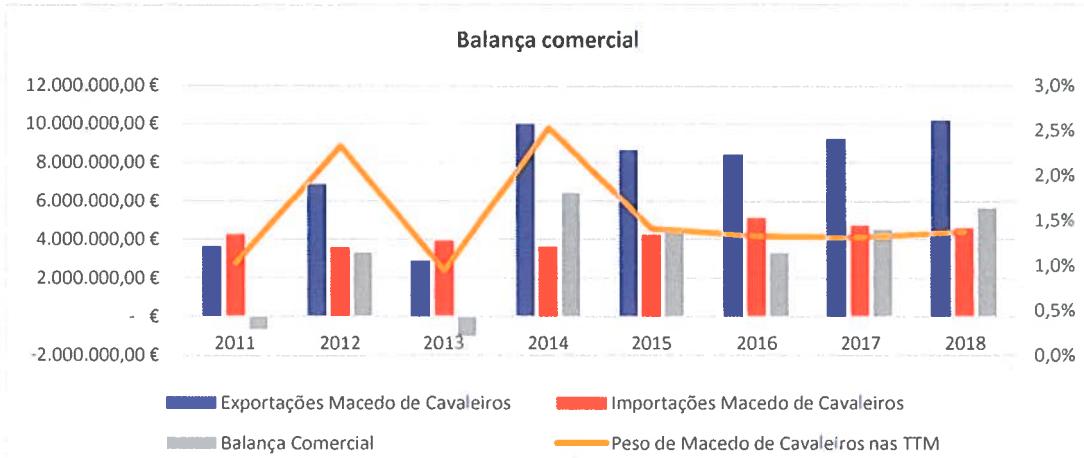
Fonte: SIGTUR

Tópicos de análise:

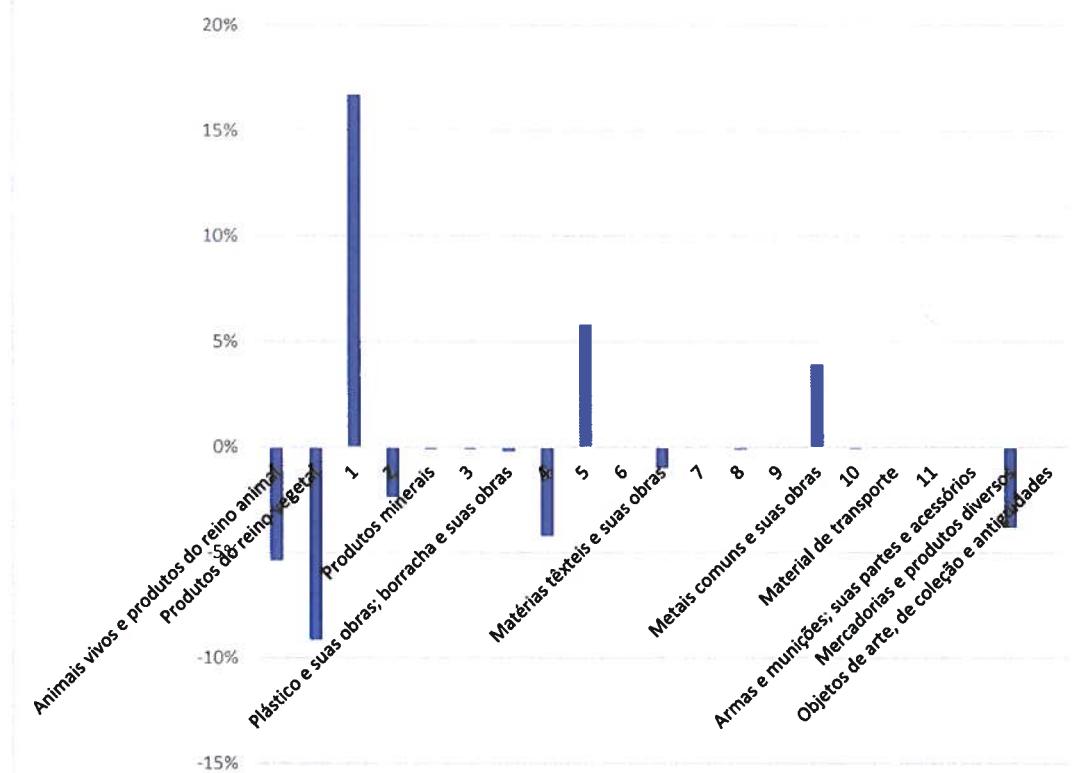
- Macedo de Cavaleiros na sua envolvente geográfica só é ultrapassado por Mirandela, que detém 1/6 da oferta turística das TTM, em termos de estabelecimentos turísticos convencionais (hotelaria e turismo de espaço rural e de habitação);
- No que se refere ao alojamento local, enquanto estabelecimento turístico recentemente criado juridicamente pelo DL n.º 128/2014, 29 de agosto, constata-se que Macedo de Cavaleiros detém ¼ das camas deste segmento turístico – valor que só é superado por Bragança (principal aglomerado urbano das TTM);
- Atendendo aos indicadores caracterizados na página anterior e os supra é possível concluir que: o alojamento local foi a grande alavancinha para dinamização do turismo em Macedo de Cavaleiros. Isto porque, o aumento do número de quartos e dos proveitos económicos só acontece a partir do ano de 2014, o ano da regularização. Além de que, o peso que o município tem nesta tipologia permite explicar o porquê desta dinâmica. No conjunto de Bragança e Macedo de Cavaleiros encontra-se 64% da oferta turística neste segmento das TTM.



5.2.8 Balança comercial



Diferença da proporção das exportações por tipo de atividade económica, em Macedo de Cavaleiros, entre 2015 e 2018



1- Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal/ 2- Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados/ 3- Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas/ 4- Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa/ 5- Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria/ 6- Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras/ 7- Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas,

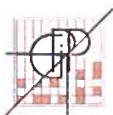


guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo/ 8- Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras/ 9- Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas/ 10- Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios/ 11- Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; aparelhos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios.

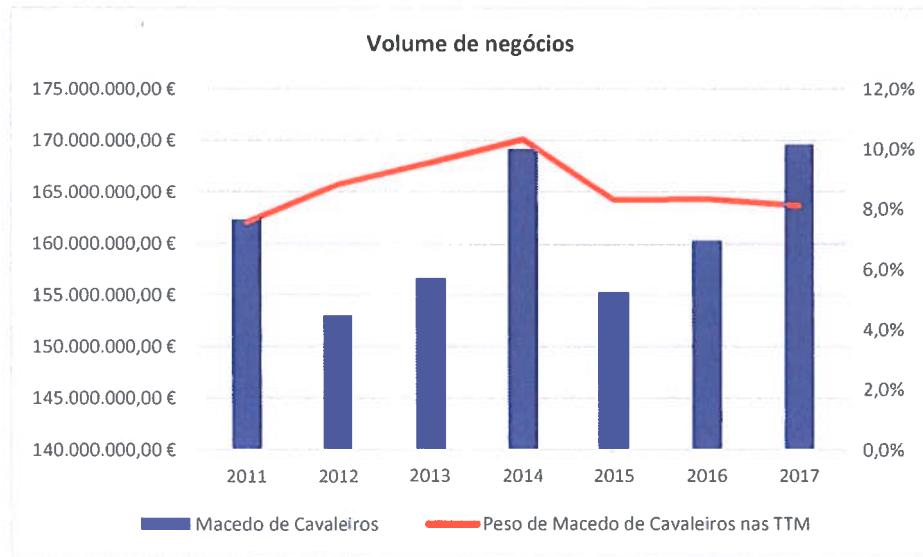
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Os anos de 2014 e 2018 são os melhores anos deste indicador no período na amostra, tendo atingido no ano de 2018, os 5.6 milhões de euros, aproximadamente;
- Não obstante a esse indicador, constata-se que Macedo de Cavaleiros estabiliza na influência na dinâmica exportadora das TTM. Contudo, este indicador é polarizado pelo município de Bragança que detém no ano de 2018, 95% das exportações das TTM;
- Os bens transformados da atividade agrícola, pecuária e da silvicultura detêm 83% das exportações do concelho, sendo estes os setores que, simultaneamente, mais crescem entre 2015 e 2018.



5.2.9 Volume de negócios



Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Em 2017 regista-se o volume de negócios mais alto do pós-crise, tendo nesse ano uma representatividade de 8% do volume de negócios gerado nas TTM;
- À semelhança do analisado na página anterior, este indicador é polarizado pelo município de Bragança que detém 58% do volume de negócios gerado pelas TTM;
- A terciarização já afirmada, é neste indicador também confirmada com o incremento do peso do setor no volume de negócios, designadamente no *comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* e no *alojamento, restauração e similares*. Sendo que, existe também, no caso das indústrias transformadoras, uma evolução também ela positiva do volume de negócios gerado – tal situação a ocorrer deve-se também a uma redução na generalidade de todos os setores económicos neste indicador.



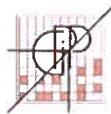
5.2.10 SÍNTESE

Pontos positivos

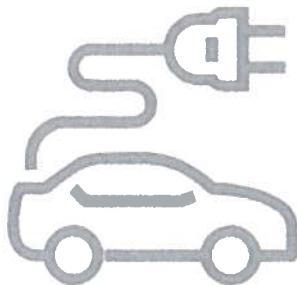
- Terciarização da economia
- Redução da população desempregada
- Aumento do ganho médio mensal
- Aumento do número de empresas
- Volume de negócios em crescendo
- Balança comercial positiva
- Existência de importantes ativos para a produtividade agro-industrial
- Aumento da dinâmica turística e perspetivas para a melhoria dos indicadores relacionados com o turismo

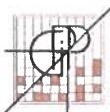
Pontos negativos

- Diminuição da população empregada derivada da redução demográfica dos últimos anos

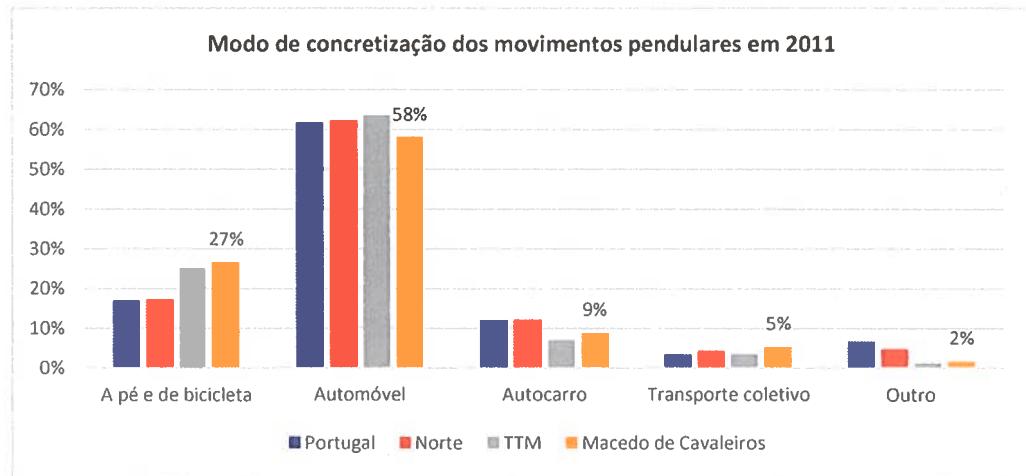


5.3 Mobilidade e acessibilidade





5.3.1 Movimentos pendulares

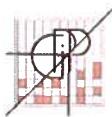


Espaço geográfico	2001	2011	Difer.
Portugal	28%	29%	1%
Norte	26%	28%	2%
TTM	9%	17%	8%
Macedo de Cavaleiros	9%	19%	10%
Arcas/Vilarinho de Agrochão	23%	42%	19%
Nogueira	9%	18%	9%
Macedo de Cavaleiros/Azibo	9%	20%	11%
Morais/Sabor	11%	22%	11%
Cortiços	9%	16%	7%
Bornes	7%	18%	11%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- O facto de não existir outra infraestrutura de transporte em atividade, além da rodoviária, motiva que o automóvel seja o principal modo de deslocação no concelho. Ainda assim, apresenta uma proporção de população que efetua os seus movimentos pendulares por esta via inferior ao que se verifica noutras espécies geográficas com que se equipara o município;
- Atendendo ao contexto orográfico na área central do concelho, onde se insere a cidade, determina que os movimentos efetuados a pé e de bicicleta, proporcionalmente, sejam superiores aos verificados nos restantes espaços geográficos superiores;
- As unidades territoriais junto ao IP4 são as que apresentam proporções iguais ou superiores a 20% da população que sai para trabalhar ou estudar noutro concelho. É de crer que esse valor aumente, atendendo à intervenção recente realizada nesta infraestrutura (ver página seguinte);
- Até ao ano de 1992 (ano de encerramento), a Linha do Tua era a única infraestrutura ferroviária.



5.3.2 Fluxo na infraestrutura rodoviária (A4)

Sublanço	Média anual mensal				Var. 15/18	Diferença 15/18
	2015	2016	2017	2018		
A4: Amendoeira – Lamas de Podence	4802	5244	5589	5861	22%	+1059
A4: Lamas de Podence – Azibo	5459	5893	6214	6457	18%	+998
A4: Azibo – Quintela de Lampáças	5224	5637	5977	6219	19%	+995

Fonte: Elaboração própria baseada no Instituto de Mobilidade e Transportes

Tópicos de análise:

- As infraestruturas rodoviárias que cruzam Macedo de Cavaleiros são geridas pelas seguintes entidades:
 - IP2: AE Transmontana e Douro Interior
 - A4/IP4: AE Transmontana
 - EN15, EN102, EN102-1, EN2016, EN316, EN317 e ER206: Infraestruturas de Portugal
- Quanto ao fluxo de tráfego existente nestas infraestruturas, só é possível obter informação relativamente às autoestradas, mediante a informação disponibilizada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes;
- Apesar da regressão demográfica, constata-se que o tráfego de veículos médio diário na A4/IP4 aumentou todos os anos;
- Em média, nos sublanços que atravessam o concelho, entre 2015 e 2018, verificou-se um acréscimo médio anual mensal de 1000 veículos, aproximadamente.



5.3.3 Transportes de passageiros

Transporte coletivo

Rede	Linhas	Operador
Internacional	Macedo de Cavaleiros-Paris (Place de Clichy/Gallieni/Porte de Charenton)	I/E
	Macedo de Cavaleiros-Bordeaux (Centre-Ville)	I/E
Nacional	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Porto-Fátima-Lisboa Sete Rios	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Viseu-Fátima-Lisboa Sete Rios	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Amarante-Penafiel-Coimbra-Fátima-Lisboa Oriente-Lisboa Sete Rios	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Amarante-Coimbra	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Penafiel-Porto-Famalicão-Braga	RE
Regional	Macedo de Cavaleiros-Pocinho-Vila Nova de Foz Côa-Trancoso-Celorico da Beira	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Porto Pólo Universitário-Porto	R
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Porto	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Vila Real-Penafiel-Porto	RE
	Macedo de Cavaleiros-Mirandela-Murça-Vila Real	R
Intermunicipal	Torre Dona Chama-Arcas-Macedo de Cavaleiros	A
	Macedo de Cavaleiros-Mogadouro	R
	Bragança-Freixo Espada à Cinta	R
	Veigas-Bragança (Escolas)	R
	Macedo de Cavaleiros-Bragança	R/RE
	Macedo de Cavaleiros-Izedo-Vimioso-Miranda do Douro	R
	Mouco-Mirandela	C
Municipal	Macedo de Cavaleiros-Parada	A
	Macedo de Cavaleiros-Talhas	A
	Macedo de Cavaleiros-Pontão do Mouco	A
	Arcas-Macedo de Cavaleiros	A
	Macedo de Cavaleiros-Bornes	R
	Macedo de Cavaleiros-Murcos	A
	Macedo de Cavaleiros-Meles	A
	Cernadela-Macedo de Cavaleiros	A
	Macedo de Cavaleiros (Escolas)-Lagoa	R
	Macedo de Cavaleiros-Parada	R

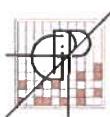
A-Alfandeguense/C-Transportes Carrazeda/E-Eurolines/I-Internorte/RE-Rede expressos/R-Rodonorte

Transporte individual

Número de táxis: 49 (<http://taxis.amt-autoridade.pt/#/nuts/terras-de-tras-os-montes/concelhos/macedo-de-cavaleiros#licencas>)

**Tópicos de análise:**

- A Estação Rodoviária da cidade de Macedo de Cavaleiros apoia principalmente a rede de transporte coletivo da rede nacional e regional. Apoia ainda os percursos internos garantidos por várias operadoras, nomeadamente: Santos, Rodonorte, Rede Expressos, Citi Express e Internorte;
- A dinâmica internacional prende-se, essencialmente, com a comunidade migrante, designadamente em Paris e Bordéus (França), como também na Suíça, tendo necessidade de efetuar o transbordo em Palencia (Espanha);
- Na dinâmica nacional, a principal relação estabelece-se com Lisboa, tendo também articulação com outras referências nacionais em diferentes domínios, como é o caso dos estudantes, em Coimbra, ou a devoção religiosa, em Fátima;
- Os principais destinos regionais são o principal centro funcional do Norte, nomeadamente a Área Metropolitana do Porto, tendo como principal interface, o Terminal do Campo 24 de Agosto e na Estação da Rodonorte na Rua do Ateneu Comercial do Porto; bem como as centralidades regionais, designadamente Braga, Bragança e Vila Real com várias conexões diárias, com maior reforço em dias úteis;
- Nas relações intermunicipais destacam-se três linhas, que estabelecem ligações com Torre Dona Chama, Bragança-Freixo Espada à Cinta e Bragança, apresentando dinâmicas diferentes. A primeira por uma questão de complementaridade na rede de serviços de proximidade; a segunda por estabelecer a relação do lado leste da macrorregião de Trás-os-Montes e, a terceira, por abravar a aldeia de Azibeiro na rede de transporte escolar do concelho de Bragança;
- Na dinâmica interna de transportes verifica-se que existe uma rede de transporte coletivo que serve todas as sedes de freguesias, tendo como foco principal a centralização de movimentos na cidade de Macedo de Cavaleiros e em especial junto ao complexo escolar;
- A rede de táxis em Macedo de Cavaleiros concentra-se também na cidade, havendo ainda licenças atribuídas nas sedes de freguesias, designadamente em Chacim, Talhas, Lamas, Podence e Bagueixe.



5.3.4 SÍNTSE

Pontos positivos

- Localização geoestratégica perante a rede de infraestruturas rodoviárias nacionais
- Rede de transporte coletivo diversa e com influência em todo o concelho
- Níveis baixos de utilização do automóvel, quando comparados com a realidade sub-regional, regional e nacional
- A orografia permite ter uma proporção de movimentos pendulares efetuados a pé e de bicicleta superior ao que se passa nas realidades nacionais e regionais
- Um dos maiores rácios de táxis por habitante das TTM

Pontos negativos

- Atendendo ao contexto de baixas densidades do concelho, não são considerados pontos negativos neste domínio, porque a estratégia de mobilidade e de acessibilidade nas TTM e os indicadores representados vão ao encontro de uma estratégia de concentração de serviços no principal aglomerado urbano; da intensificação da mobilidade suave; e de incentivo à utilização do transporte público coletivo.

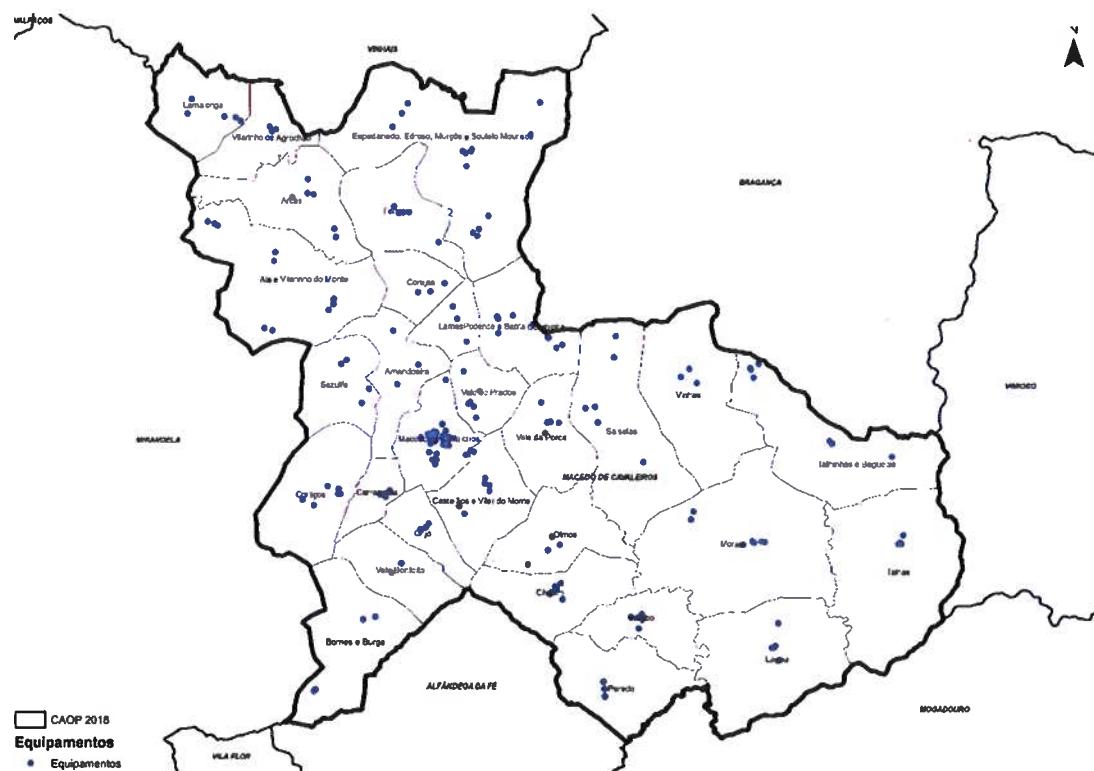


5.4 Equipamentos

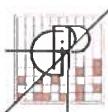
Centro Dom Abílio Vaz das Neves⁴



Rede de equipamentos do município



⁴ Fonte: Imagem retirada da página de Facebook da instituição.



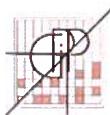
5.4.1 Administrativos e de proteção civil

Equipamentos administrativos e de proteção civil	N.º de equipamentos	Freguesias
Bombeiros	1	Macedo de Cavaleiros
Câmara Municipal	1	Macedo de Cavaleiros
Conservatória dos Registo Civil, Predial e Comercial	1	Macedo de Cavaleiros
Finanças	1	Macedo de Cavaleiros
Guarda Nacional Republicana	2	Macedo de Cavaleiros e Morais
Segurança Social	1	Macedo de Cavaleiros
Instituto do Emprego e da Formação Profissional	2	Macedo de Cavaleiros
Juntas de Freguesias	30	Todas as freguesias definidas ao abrigo da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro
Tribunal	1	Macedo de Cavaleiros
CTT	4	Chacim, Lagoa, Macedo de Cavaleiros e Peredo

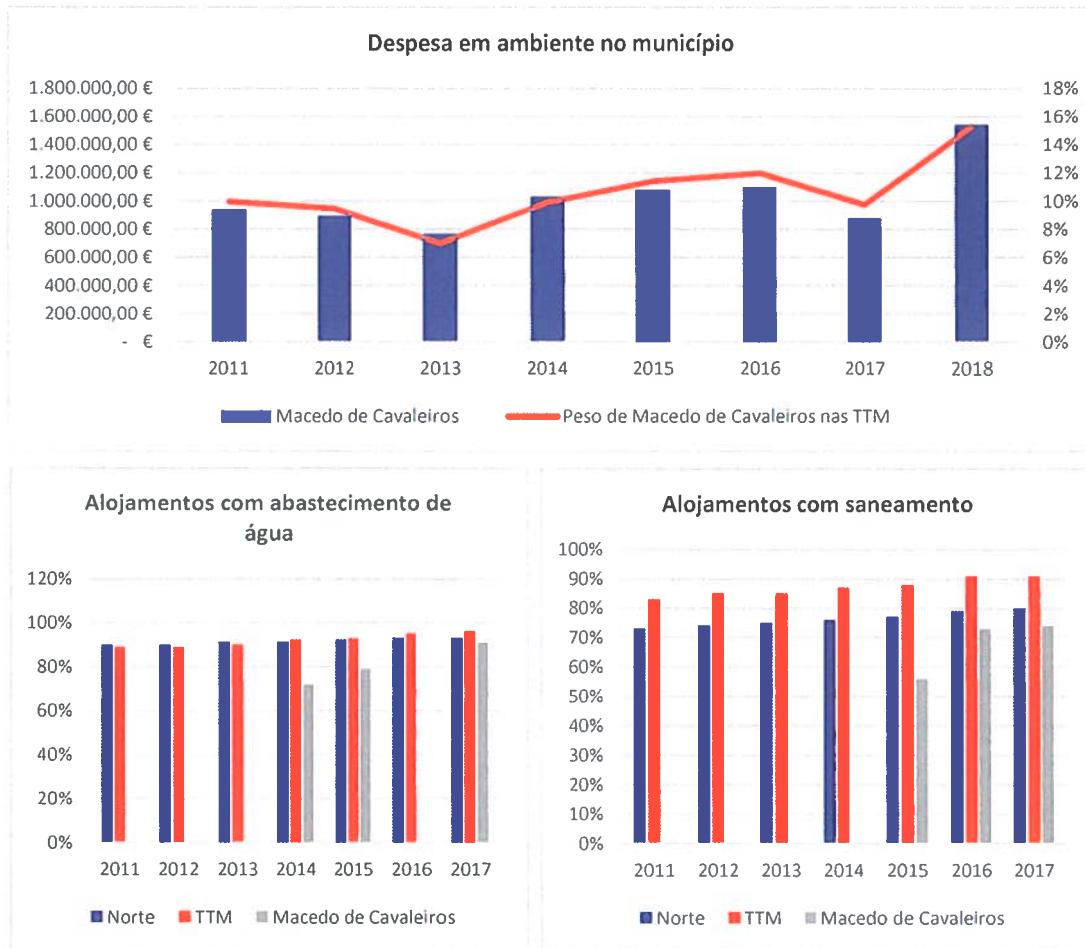
Fonte: Portal do Cidadão

Tópicos de análise:

- À exceção dos serviços da administração local, como é o caso das juntas de freguesia, os demais equipamentos estão todos localizados na freguesia da cidade de Macedo de Cavaleiros;
- A dimensão geográfica do concelho motiva a existência de um dispositivo de segurança que abrange a área ocidente e oriente do concelho, através de dois postos territoriais;
- O tribunal concentra também os serviços judiciais de municípios vizinhos, como é o caso de Alfandega da Fé.



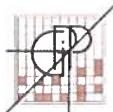
5.4.2 Ambiente



Fonte: INE

Tópicos de análise:

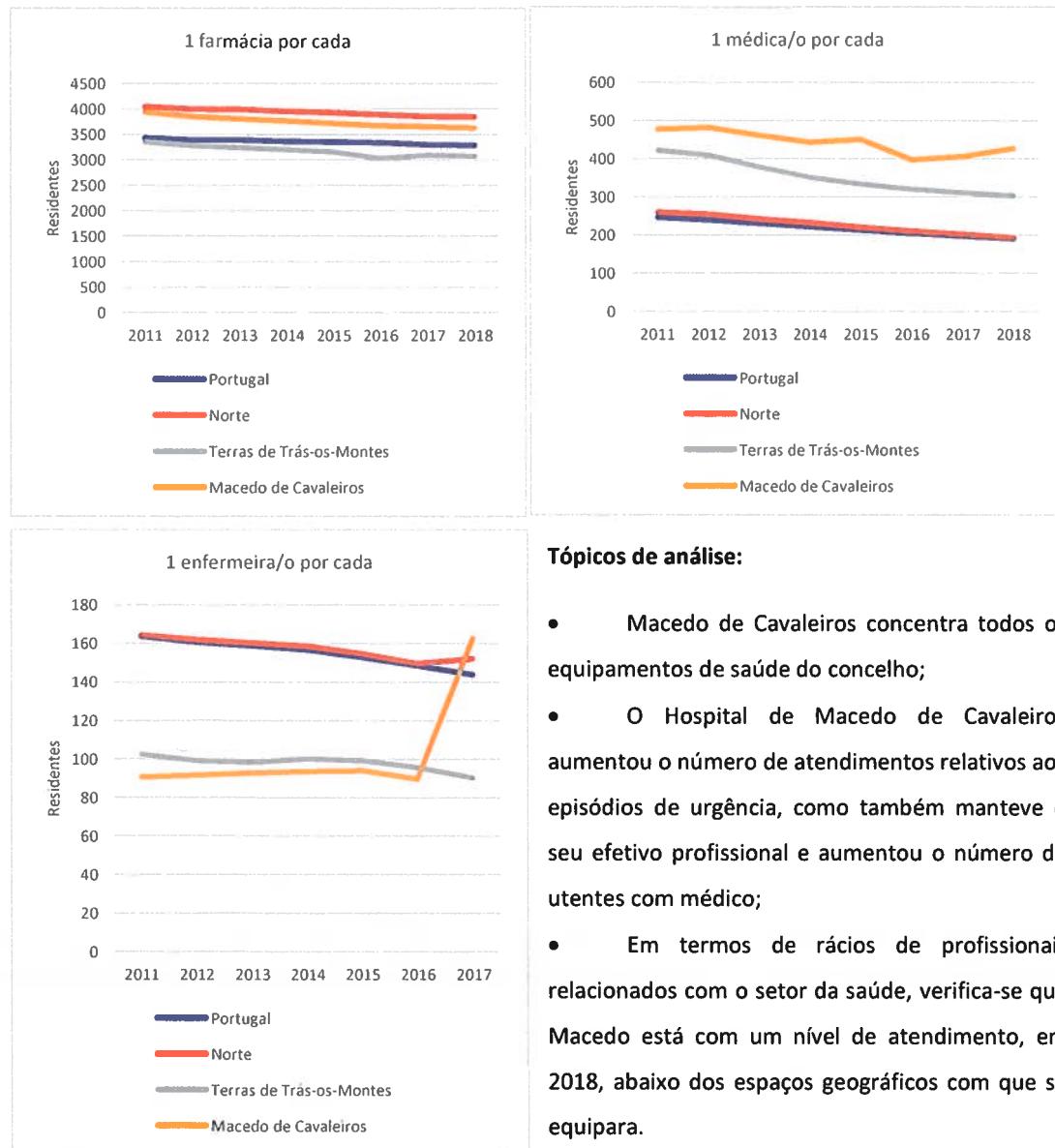
- A despesa em ambiente por parte do município de Macedo de Cavaleiros tem aumentado nos últimos anos. Consequentemente, a importância do concelho no contexto sub-regional ganha maior preponderância na adoção de políticas ambientais sustentáveis em tempos de alterações climáticas;
- Macedo de Cavaleiros, enquanto utilizador do sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento do Norte de Portugal, compra a água à empresa Águas do Norte, S.A e é responsável pela distribuição de água pelas localidades do concelho;
- Ainda quanto ao abastecimento de água, regista-se um aumento contínuo do grau de atendimento dos alojamentos;
- Contabilizam-se 52 captações de água potável no concelho, com uma rede de 557 km. Os esgotos são tratados em 53 Estações de Tratamento de Águas Residuais, encaminhados por uma rede de 228 km. No seu conjunto cobrem 71% da área artificializada do concelho.



5.4.3 Saúde

Equipamentos de saúde públicos	Tipologia		
Hospital de Macedo de Cavaleiros	Cuidados de saúde hospitalares		
Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros	Cuidados de saúde primários		
Prestação de serviços da ULSN			
N.º de profissionais	2017	2018	Var.
Total de consultas médicas	1858	1850	0%
Total de consultas externas	414484	410600	-1%
N.º de utentes inscritos com médico	100608	99076	-2%
N.º de utentes inscritos sem médico	128870	130079	1%
N.º de episódios de urgência (Hosp. Macedo de Cavaleiros)	2779	1534	-45%
N.º de episódios de urgência (ULSN)	20678	21553	4%
N.º de Reclamações no ULS	109308	112576	3%
N.º de Reclamações no ULS	282	304	8%

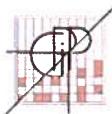
Fonte: Unidade Local de Saúde do Nordeste



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Macedo de Cavaleiros concentra todos os equipamentos de saúde do concelho;
- O Hospital de Macedo de Cavaleiros aumentou o número de atendimentos relativos aos episódios de urgência, como também manteve o seu efetivo profissional e aumentou o número de utentes com médico;
- Em termos de rációs de profissionais relacionados com o setor da saúde, verifica-se que Macedo está com um nível de atendimento, em 2018, abaixo dos espaços geográficos com que se equipara.



5.4.4 Educativos

Equipamentos educativos	Agrupamento	Nível de ensino	Natureza	Freguesia
Escola Profissional Jean Piaget de Macedo Cavaleiros	Sem agrupamento	Profissional	Privado	Macedo de Cavaleiros
Jardim Infantil Do Centro Social Nº Sra. De Fátima		Pré-escolar	Privado	Macedo de Cavaleiros
Nuclisol Jean Piaget - Udi Macedo De Cavaleiros		Pré-escolar	Privado	Macedo de Cavaleiros
Escola Básica de Chacim	Escolas de Macedo de Cavaleiros	Pré-escolar e 1.º ciclo	Público	Chacim
Escola Básica de Macedo de Cavaleiros		Pré-escolar e 1.º ciclo	Público	Macedo de Cavaleiros
Escola Básica de Moraís		Pré-escolar e 1.º ciclo	Público	Moraís
Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros		1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário	Público	Macedo de Cavaleiros
Jardim de Infância de Podence		Pré-escolar	Público	Podence e Santa Combinha
Jardim de Infância de Travanca		Pré-escolar	Público	Macedo de Cavaleiros
Jardim de Infância de Vale da Porca		Pré-escolar	Público	Vale da Porca

Fonte: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

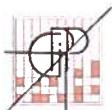
Tópicos de análise:

- A rede de equipamentos escolares concentra-se nas freguesias que perfazem a área urbana de Macedo de Cavaleiros;
- A reorganização de rede assente dos centros escolares, por força da diminuição populacional, conduziu à diminuição do número de estabelecimentos de ensino, que passou de 81 estabelecimentos, em 2001, para 11, em 2018;
- Até ao ano letivo de 2014/2015 existiam dois estabelecimentos de ensino superior no concelho, relacionados com o Instituto Jean Piaget que, entretanto, têm como nova valência o ensino profissionalizante, no domínio do turismo e da saúde;
- A rede de transportes escolares é decisiva no apoio da ação escolar do município, estando este serviço assegurado, quer por empresas de transporte de passageiros privadas, quer pela rede de táxis;
- A rede escolar tem como guia estratégico a Carta Educativa, elaborada em 2006. Contudo, este documento necessita de ser revisto, de forma a adequá-la à atual conjuntura socioeconómica e estratégia municipal no domínio da educação (recomenda-se a consulta do ponto de análise 4 do subcapítulo 5.9).



5.4.5 Desportivos

Freguesia	Equipamentos desportivos	Estado de conservação
Ala e Vilarinho do Monte	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Campo de futebol "pelado"	Mau
Amendoeira	Campo de futebol "pelado"	Mau
Arcas	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Bornes e Burga	Campo de futebol "pelado"	Mau
Carrapatas	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Castelãos e Vilar do Monte	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Chacim	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Cortiços	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Corujas	Campo de futebol "pelado"	Mau
Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Campo de futebol "pelado"	Bom
Ferreira	Campo de futebol "pelado"	Mau
Grijó	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Lagoa	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Mau
Lamalonga	Campo de futebol "pelado"	Razoável
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Lamas	Campo de futebol "pelado"	Bom
Lombo	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Macedo de Cavaleiros	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Estádio Municipal	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Pavilhão polidesportivo	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Pavilhão polidesportivo	Bom
	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Piscina coberta	Bom
	Piscina descoberta	Bom
	Grande Campo de Tiro	Bom
	Pista de atletismo	Bom
Morais	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Pavilhão polidesportivo	Bom
Olmos	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Polidesportivo "ringue"	Bom
	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Peredo	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Polidesportivo "ringue"	Bom
Podence e Santa Combinha	Campo de futebol "pelado"	Bom
	Campo de Volei	Bom
	Minicampo de Jogos	Bom
	Campo de Volei	Bom
	Pavilhão de apoio a atividades náuticas	Bom
Salselas	Campo de futebol "pelado"	Mau
	Campo de futebol "pelado"	Mau



Freguesia	Equipamentos desportivos	Estado de conservação
Talhas	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Talhinhas e Bagueixe	Campo de futebol de praia	Bom
Vale Benfeito	Campo de futebol "pelado"	Mau
Vale da Porca	Campo de futebol "pelado"	Razoável
Vale de Prados	Campo de futebol "pelado"	Mau
Vale de Prados	Polidesportivo "ringue"	Bom
Vilarinho de Agrochão	Campo de futebol "pelado"	Bom
Vinhas	Campo de futebol "pelado"	Razoável

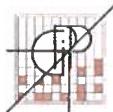
Fonte: PMDFCI de Macedo de Cavaleiros e revisão efetuada para o efeito do REOT

Espaço geográfico	N.º de equipamentos	N.º de habitantes por Equipamentos
Arcas/Vilarinho de Agrochão	8	139
Nogueira	9	108
Macedo de Cavaleiros/Azibo	27	148
Morais/Sabor	14	145
Cortiços	4	152
Bornes	7	164
Município	69	143



Tópicos de análise:

- Em Macedo de Cavaleiros, à semelhança do que acontece no resto do país, os equipamentos destinados ao futebol são dominantes;
- A concentração destes equipamentos ocorre essencialmente na unidade territorial de Macedo de Cavaleiros/Azibo. É nesta unidade territorial que existe não só o maior número de equipamentos, mas também maior diversidade tipológica dos mesmos, como é o caso do tiro, da natação ou do atletismo. Tal é justificado pelo número de residentes, como é o caso da Cidade, e pelo fluxo turístico, como é o caso do Azibo;
- Verifica-se que, em termos de rácio de habitante por equipamentos, nenhuma das unidades territoriais tem especial destaque, visto que acima dos 150 habitantes por equipamento só as unidades territoriais de Cortiços e Bornes é que apresentam essa realidade;
- Relativamente ao grau de conservação dos equipamentos, as unidades territoriais apresentam um estado de conservação razoável e bom, superior ou igual a 70%. A exceção é Arcas/Vilarinho de Agrochão, com 63% e Nogueira, com 56%.



5.4.6 Sociais

Espaços geográficos	Total	Equipamento per capita	Tipologia			
			MF	EEP	ERPI	LIJ
Macedo de Cavaleiros	22	661	11	6	4	1
Arcas/Vilarinho de Agrochão	Sem equipamentos					
Nogueira						
Macedo de Cavaleiros/Azibo	12	694	5	4	2	1
Morais/Sabor	6	446	3	2	1	0
Cortiços	2	378	1	0	1	0
Bornes	2	771	2	0	0	0

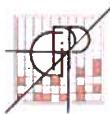
MF_Múltiplas funções/EEP_Estabelecimento de ensino pré-escolar/ERPI_ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas/LIJ_ Lar de

Infância e Juventude

Fonte: Carta Social

Tópicos de análise:

- Em Macedo de Cavaleiros existe um rácio de 1 equipamento por cada 661 habitantes, aproximadamente, e com uma taxa de ocupação de 78% - valor superior ao verificado nos concelhos da envolvente geográfica – só superado pelas grandes polaridades da sub-região: Bragança e Mirandela. Este indicador também é representativo da procura destes centros urbanos sub-regionais para dar resposta às necessidades dos diferentes grupos sociais;
- As unidades territoriais de Cortiços e Morais/Sabor são aquelas que apresentam o rácio mais baixo, inferior a 1 equipamento por cada 500 habitantes;
- As respostas sociais prendem-se, essencialmente, com a população mais idosa, sendo dominantes os equipamentos associados aos lares e serviços de apoio domiciliários;
- Salienta-se ainda a existência de um lar de infância e juventude, que dá resposta social à população mais jovem.



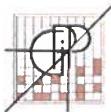
5.4.7 SÍNTES

Pontos positivos

- Concentração de serviços na cidade de Macedo de Cavaleiros, funcionando inclusivamente como prestadora de serviços a concelhos vizinhos, contribuindo para uma gestão mais equilibrada dos serviços públicos a nível sub-regional
- Aumento da despesa municipal com o ambiente
- Melhoria progressiva da percentagem de alojamentos servidos com abastecimento e saneamento de água
- Melhoria dos indicadores de prestação de serviços do Hospital de Macedo de Cavaleiros
- Diversidade de equipamentos educativos e de índole social
- A par de Bragança e Mirandela, Macedo de Cavaleiros é um dos municípios mais procurados na sub-região em termos de equipamentos sociais
- Existência de equipamentos polarizadores permite ter uma rede de equipamentos desportivos diversa e única no contexto sub-regional
- Bom estado de conservação dos equipamentos

Pontos negativos

- Níveis de infraestruturação ainda não estão ao nível do verificado a nível nacional, regional e sub-regional
- Rácios de efetivos de saúde por residente abaixo do que é verificado no país, região e sub-região
- Atendendo ao contexto de baixas densidades não são considerados mais pontos negativos neste domínio, porque o concelho tem equipamentos especializados que permitem ter um grau de polarização territorial que influencia toda a realidade sub-regional.



5.5 Edificado e habitação



Macedo de Cavaleiros (Cidade)⁵

⁵ Fonte: *Proposta de Delimitação da ARU da Cidade de Macedo de Cavaleiros*, Sociedade Portuguesa de Inovação



5.5.1 Edifícios e Alojamentos

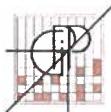
Alojamentos	2001	2011	Var.
Portugal	5054922	5878756	16%
Norte	1613781	1850890	15%
TTM	78842	84951	8%
Macedo de Cavaleiros	10222	11692	14%
Arcas/Vilarinho de Agrochão	995	1121	13%
Nogueira	910	981	8%
Macedo de Cavaleiros/Azibo	4620	5787	25%
Morais/Sabor	1961	2035	4%
Cortiços	576	616	7%
Bornes	1160	1152	-1%

Edifícios	2001	2011	Var.
Portugal	3160043	3544389	12%
Norte	1100329	1209911	10%
TTM	67364	69435	3%
Macedo de Cavaleiros	8906	9847	11%
Arcas/Vilarinho de Agrochão	986	1110	13%
Nogueira	905	975	8%
Macedo de Cavaleiros/Azibo	3331	3983	20%
Morais/Sabor	1955	2026	4%
Cortiços	572	606	6%
Bornes	1157	1147	-1%

Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Na globalidade das unidades territoriais aumentou o número de edifícios no período intercensitário. A exceção é Bornes que a par da regressão demográfica regista um processo de abandono de edifícios;
- Verifica-se que o processo construtivo se intensificou na unidade territorial referente à Cidade de Macedo de Cavaleiros/Azibo, acompanhando o crescimento demográfico, bem como o aumento de polarização da Cidade na sub-região e da valorização turística do Azibo a nível nacional;
- No número de alojamentos constata-se o mesmo processo evolutivo.



5.5.2 Tipo de obra nos edifícios

Edifícios Concluídos									
Espaço geográfico	Portugal		Norte		TTM		Macedo de Cavaleiros		
Tipo de obra	NC	AAR	NC	AAR	NC	AAR	NC	AAR	
2011	74%	26%	77%	23%	82%	18%	87%	13%	
2012	72%	28%	74%	26%	78%	22%	88%	12%	
2013	70%	30%	73%	27%	82%	18%	91%	9%	
2014	66%	34%	70%	30%	78%	22%	86%	14%	
2015	67%	33%	70%	30%	78%	22%	72%	28%	
2016	70%	30%	72%	28%	88%	12%	84%	16%	
2017	72%	28%	71%	29%	88%	12%	89%	11%	
2018	74%	26%	74%	26%	90%	10%	74%	26%	

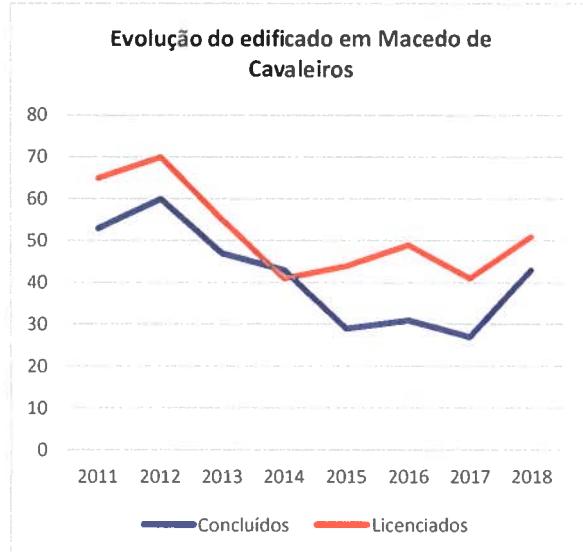
Edifícios Licenciados								
Espaço geográfico	Portugal		Norte		TTM		Macedo de Cavaleiros	
Tipo de obra	NC	AAR	NC	AAR	NC	AAR	NC	AAR
2011	69%	31%	72%	28%	79%	21%	88%	12%
2012	64%	36%	67%	33%	71%	29%	81%	19%
2013	64%	36%	67%	33%	85%	15%	87%	13%
2014	63%	37%	67%	33%	78%	22%	76%	24%
2015	69%	31%	72%	28%	88%	12%	86%	14%
2016	70%	30%	71%	29%	88%	12%	82%	18%
2017	74%	26%	74%	26%	93%	7%	85%	15%
2018	75%	25%	75%	25%	84%	16%	90%	10%

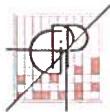
NC_Novas construções/AAR_Alterações, ampliações e reabilitações

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Desde 2011 tem-se verificado a estabilização da proporção de edifícios concluídos e licenciados para construção nova na ordem dos 80% e 90%. Situação ligeiramente superior ao verificado no país e da região, embora estes dois espaços geográficos estejam influenciados, pela dinâmica de reabilitação do edificado nas áreas metropolitanas;
- Em termos absolutos, constata-se que a evolução da dinâmica construtiva teve um período de recessão associado à crise económico-financeira de 2008, verificando-se na atualidade a recuperação da dinâmica construtiva.





5.5.3 Destino de obra nos edifícios

Edifícios concluídos								
Espaço geográfico	Portugal		Norte		TTM		Macedo de Cavaleiros	
Destino da Obra	HF	O	HF	O	HF	O	HF	O
2011	76%	24%	80%	20%	67%	33%	72%	28%
2012	74%	26%	78%	22%	64%	36%	65%	35%
2013	69%	31%	73%	27%	58%	42%	57%	43%
2014	61%	39%	67%	33%	48%	52%	44%	56%
2015	62%	38%	66%	34%	45%	55%	52%	48%
2016	65%	35%	68%	32%	59%	41%	55%	45%
2017	68%	32%	71%	29%	55%	45%	63%	37%
2018	72%	28%	74%	26%	67%	33%	53%	47%

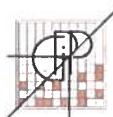
Edifícios licenciados								
Espaço geográfico	Portugal		Norte		TTM		Macedo de Cavaleiros	
Destino da Obra	HF	O	HF	O	HF	O	HF	O
2011	71%	29%	75%	25%	61%	39%	60%	40%
2012	66%	34%	70%	30%	55%	45%	59%	41%
2013	60%	40%	65%	35%	50%	50%	53%	47%
2014	58%	42%	62%	38%	40%	60%	39%	61%
2015	63%	37%	66%	34%	57%	43%	59%	41%
2016	67%	33%	69%	31%	52%	48%	43%	57%
2017	69%	31%	71%	29%	62%	38%	49%	51%
2018	73%	27%	74%	26%	65%	35%	59%	41%

HF_Habitação Familiar/O_Otros

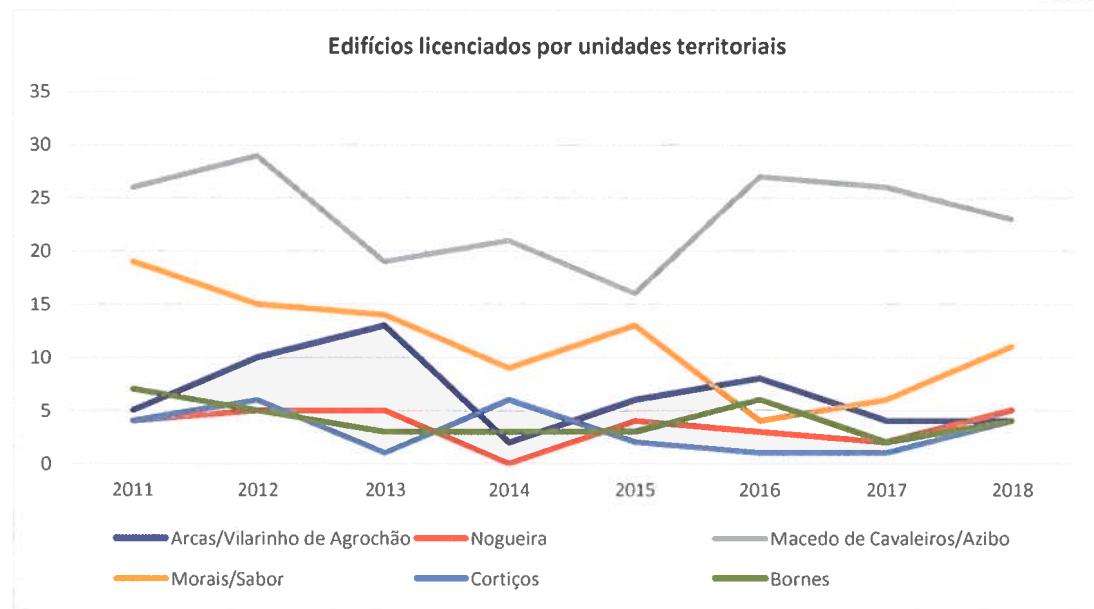
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Desde 2011 tem-se verificado a dominância da habitação familiar nos destinos de obra dos edifícios concluídos e licenciados, acompanhando a tendência sub-regional;
- Curiosamente, entre 2014 e 2017 assistiu-se a um fenómeno em que os edifícios licenciados são maioritariamente destinados a outros usos que não o habitacional, estando este fato também motivado pela procura na área industrial da Amendoeira e pelo ressurgir da atividade agrícola, enquanto atividade económica dinamizadora do imobiliário do concelho.



5.5.4 Edifícios licenciados



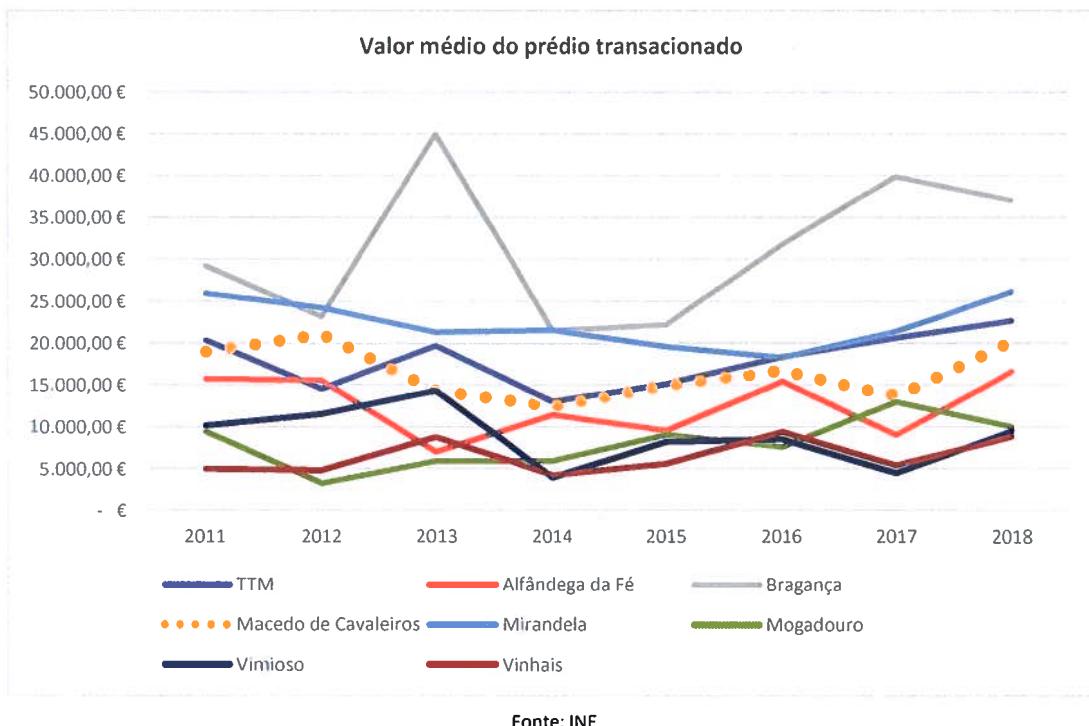
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Tópicos de análise:

- Verifica-se que até 2014 houve uma regressão da dinâmica de edifícios licenciados em todas as unidades territoriais;
- Em 2014 existiam unidades territoriais onde a dinâmica de licenciamento não ultrapassava as 5 licenças cada uma, designadamente, em Arcas/Vilarinho de Agrochão, Nogueira e Bornes;
- Em 2018 a dinâmica imobiliária retoma para valores de 2015, verificando-se uma recuperação na generalidade das unidades territoriais, sendo a exceção Moraes/Sabor e Arcas/Vilarinho de Agrochão – curiosamente as que perdem mais população no período intercensitário.



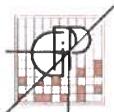
5.5.5 Valor médio do prédio transacionado



Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Com o pós-crise verifica-se o aumento do valor médio do prédio transacionado em todos os espaços geográficos em análise;
- Macedo de Cavaleiros acompanha esse crescimento, apresentando terceiro valor mais elevado dos concelhos da sua envolvente geográfica, a seguir a Bragança e Mirandela. Contudo, isto só se verifica a partir do ano de 2012 pois, até então, Macedo de Cavaleiros tinha o segundo valor mais elevado da sua envolvente geográfica;
- Curiosamente, em Macedo de Cavaleiros e em todos os concelhos envolventes, no ano de 2018 já tinham recuperado o valor médio do prédio transacionado que se verificava no ano de 2011 e 2015, tendo crescimentos acima dos 30% na generalidade dos municípios. A exceção a este comportamento foram Vimioso e Mogadouro, com crescimentos inferiores a 20%;
- Em termos de valorização pós-crise (ano de 2013), verifica-se que Macedo de Cavaleiros valorizou em 42%, mais 27% do que se verificava nas TTM e 19% e 59% do que se verificava em Mirandela e Bragança, respetivamente.



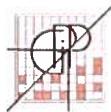
5.5.6 SÍNTSE

Pontos positivos

- Aumento da dinâmica imobiliária durante o período intercensitário
- Recuperação positiva do mercado imobiliário nos últimos anos
- Macedo de Cavaleiros/Azibo é a unidade territorial que alavanca a dinâmica construtiva
- Valorização predial

Pontos negativos

- Manutenção da dinâmica construtiva associada à construção nova e de habitação familiar, mesmo com um processo de diminuição e de envelhecimento populacional
- Algumas unidades territoriais apresentam sinais de estagnação da dinâmica construtiva



5.6 Património



Extratos do filme Geopark Terras de Cavaleiros (Lands of Knights Geopark) - Portugal⁶



⁶ Fonte: Filme produzido pela idenya, disponibilizado na plataforma Vimeo, no seguinte link: <https://vimeo.com/52229399>.



5.6.1 Património cultural

Tipo de património	Designação	Sítio	Cronologia
Património arqueológico	Castelinho de Balsamão	1926	Idade do Ferro
	São Gregório	1961	Indeterminado
	Perafita	1996	Romano e Idade Média
	Terronha	1998	Idade do Ferro
	Mogrão	2004	Idade do Ferro
	Cerca dos Mouros	2007	Idade do Ferro
	Bovinho	2011	Idade do Ferro e Romano
	Fraga do Castelo	2017	Idade do Ferro
	Pena Mourisca	2018	Idade do Ferro
	Sobreirinho	2022	Idade Média
	Fraga da Pegada	2023	idade do Ferro, Idade Média e Moderno
	Castelo dos Mouros	2034	Idade do Ferro
	Alto da Madorra	2055	Neo-Calcolítico
	Carrascal	2056	Idade do Ferro e Romano
	Bornes/Santa Marta	5495	Idade Média
	Monte Calvário/Portela	6118	Indeterminado
	Vale de Noveia	6195	Romano
	Estrada	6239	Idade do Ferro
	Terronha	6310	Indeterminado
	Cabeço da Anta	6505	Indeterminado
	Fraga dos Corvos	6650	Idade do Ferro, Idade Média e Idade do Bronze
	Igreja de Limões	6929	Indeterminado
	Fraga da Moura	6930	Indeterminado
	Real Filatório de Chacim	11375	Moderno
	Salselas/Barreiros	13218	Romano
	Cerquinha	17197	Indeterminado
	Santa Madelena	17201	Indeterminado
	Nozelos	17203	Romano
	Sampaio	17204	Moderno
	Carrapatas	17205	Idade do Bronze
	Castelo de São Marcos	17206	Idade do Ferro
	Capela de Sampaio	17207	Indeterminado
	Castrilhão	17237	Idade do Ferro e Romano
	Castelo de Balsamão	17241	Idade do Ferro, Romano e Idade Média
	Ponte de Paradinha	17242	Idade Média
	Ponte do Bairrinho	17244	Idade Média e Moderno
	Igreja Matriz de Edroso	17256	Idade Média
	Bouzende	17257	Indeterminado
	Vilar dos Mouros	17258	Romano
	Espondra	17259	Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro
	Senhora do Monte	17261	Medieval Cristão e Moderno
	Marra de Vale de Prados	17263	Moderno
	Mourel	17266	Indeterminado
	Fraga das Ferraduras	17268	Indeterminado
	Igreja de Malta	17270	Idade Média
	Fraga do Santo	17271	Indeterminado
	Marra 1 de Malta	17272	Idade Média
	Marra 2 de Malta	17273	Idade Média
	Urreta das Mós	17275	Indeterminado
	Madorra/Estaçao de Grijó	17276	Romano
	Grijó de Vale Benfeito	17277	Romano
	Mêda	17278	Romano
	Cabeço	17279	Romano
	Vale Grande	17280	Indeterminado
	Cabeço da Anta	17281	Indeterminado
	Cabeço do Fidalgo	17282	Romano e Indeterminado
	Forno dos Mouros	17283	Indeterminado

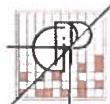


Tipo de património	Designação	Sítio	Cronologia
	Castelo de Gralhós	17284	Indeterminado
	Santo Ambrósio	17285	Neo-Calcolítico
	Lagares	17286	Indeterminado
	Benrezes	17287	Idade Média e Moderno
	Ponte de Benrezes	17288	Idade Média
	Ponte de Vale da Porca	17289	Idade Média
	Vale Benfeito (alabardas)	17290	Idade do Bronze
	Vale Benfeito	17291	Idade Média
	Calveiro	17292	Idade do Ferro
	Fonte do Prado	17293	Indeterminado
	Sepultura dos Mouros	17295	Indeterminado
	Forno dos Mouros	19297	Indeterminado
	Senhora do Campo	19843	Idade Média
	Fraga da Pegada 2	20955	Indeterminado
	Rasca	23346	Indeterminado
	Alto do Álvaro Maio	23347	Indeterminado
	Labor	23492	Neo-Calcolítico
	Fonte de Caravelas 1	23493	Neo-Calcolítico
	Fonte de Caravelas 2	23494	Indeterminado
	Fonte de Caravelas 3	23495	Indeterminado
	Sino dos Mouros	23774	Indeterminado
	Forno da Velha	23820	Indeterminado
	Xaires	31230	Calcolítico e Idade do Bronze
	Agregoeira 1	31231	Romano, Baixo Império e Medieval Cristão
	Terraço fluvial da Eirinha	34704	Indeterminado
	Alto da Serra	36018	Indeterminado
	Tapada	36023	Indeterminado
	Bornes	36056	Neo-Calcolítico
Identificação	Classificação	Cronologia	
Património classificado ou em vias de classificação	Solar das Arcas	Em vias de classificação	Séc. XVIII
	Igreja paroquial de Vilarinho de Agrochão, incluindo a sua decoração de talha	IIP	Séc. XVIII
	Pelourinho de Vale de Prados	IIP	Séc. XVII
	Pelourinho de Nozelos	IIP	Séc. XIII-XIV
	Pelourinho de Chacim	IIP	Séc. XVIII
	Pelourinho de Pinhovelo	IIP	Séc. XVIII
	Igreja de Nossa Senhora dos Reis, matriz de Lamalonga, incluindo o adro	MIP	Séc. XVIII
	Igreja de Nossa Senhora da Purificação, paroquial de Podence	MIP	Séc. XVII
	Terronha de Pinhovelo	SIP	Idade do Ferro

Fonte: Direção Geral do Património Cultural e Portal do Arqueólogo

Tópicos de análise:

- O acervo patrimonial do concelho é diversificado e percorre grande parte dos marcos históricos da civilização humana;
- Verifica-se que os diversos sítios/imóveis classificados e referenciados pelas autoridades competentes são associados ao início da civilização humana, desde os tempos pré-históricos, como também aos marcos decisivos para a valorização económica dos territórios, como foi o período da Revolução Industrial;
- A quantidade de pelourinhos num só concelho, dá a entender a riqueza e a identidade dos territórios que Macedo de Cavaleiros agregou.



5.6.2 Geológico

Mosaico litológico de Macedo de Cavaleiros – Carta Geológica (Folha 07-D)



Fonte: Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Logótipo do GEOPARK Terras de Macedo de Cavaleiros



Geossítios		
G1 - Vale do Rio Torto	G15 - Depressão de Salselas	G29 - Gabros de Xaires
G2 - Granito de Vila Nova da Rainha	G16 - Calcários de Salselas	G30 - Cabeço Berrão
G3 - Contacto Litológico em Vila Nova da Rainha	G17 - Carreamento de Limões	G31 - Gnaisses de Lagoa
G4 - Meandros do Rio Macedo	G18 - Sedimentos de Castro Roupal	G32 - Descontinuidades de Conrad e Moho
G5 - Minas de Murços	G19 - Águas de Escarledo	G33 - Carreamento da Foz do Azibo
G6 - Granito do Alto da Serra	G20 - Gabros da Sobreda	G34 - Termas da Abelheira
G7 - Falha da Vilariça em Podence	G21 - Cromite de Morais	G35 - Falha de Morais
G8 - Metavulcanitos da Fraga da Pegada	G22 - Granadas de Sobreda	G36 - Poço de Paus
G9 - Miradouro Sra. Do Campo	G23 - Diques anfibolíticos de Paradinha	G37 - Falha da Vilariça em Vale Benfeito
G10 - Miradouro da Serra do Cubo	G24 - Estruturas tectónicas da Sobreda	G38 - Panorâmica Bornes Norte
G11 - Talcos de Vale da Porca	G25 - Talcos e Asbestos de Morais	G39 - Escarpa da falha da Vilariça
G12 - Calcários do Alto da Carrasqueira	G26 - Micaxistos de Lagoa	G40 - Microgranito da Burga
G13 - Xistos anfibolíticos do Alto do Moinho	G27 - Carreamento do Castelo	G41 - Panorâmica Bornes Sul
G14 - Sedimentos Cenozoicos de Vale da Porca	G28 - Peridotitos do Castelo	G42 - Granito de Romeu em Cernadela

Fonte: CMMC

Tópicos de análise:

- O património geológico de Macedo de Cavaleiros é dos mais relevantes em Portugal;
- O desenvolvimento do GEOPARK Terras de Cavaleiros tem sido crucial para definir e estruturar a política de promoção do município em prol do turismo de natureza e desportivo;
- A relação entre valores naturais concelhios é evidente na promoção do território;
- Existem no território 42 geossítios, concentrados essencialmente na unidade territorial Morais/Sabor;
- O inventário destes recursos patrimoniais de cariz geológico salvaguarda áreas de antigas explorações mineiras; representações gráficas históricas, como gravuras rupestres; miradouros; e, por fim, mosaicos geológicos isolados, como é o caso da meseta ibérica.



5.6.3 Imaterial

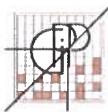
Caretos

Fonte: UNESCO

Tópicos de análise:

- O Carnaval de Inverno dos Caretos de Podence é a mais recente condecoração em Portugal, por parte da UNESCO, como património imaterial da Humanidade;
- Decorre entre Domingo-Gordo e a Terça-Feira de Carnaval, que antecede em 47 dias o Domingo de Páscoa, fixando-se a data das celebrações de Carnaval entre 3 de fevereiro e 9 de março;
- A ainda recente nomeação não permite aferir a dimensão do seu impacto. Ainda assim, é um evento que⁷:
 - É visitado por 40 mil espectadores;
 - Tem influência na dinâmica económica e turística dos concelhos vizinhos, como Bragança e Mirandela, mas também nos municípios da envolvente pertencentes ao Douro (NUT III);
 - Estima-se que movimente, em termos económicos, 3 milhões de euros;
 - Dinamiza o turismo alimentar nas 25 tabernas da aldeia e arredores, sendo este das principais atividades relacionadas com o setor terciário da aldeia.
- Atendendo ao facto de ser recente esta nomeação, achou-se pertinente transcrever a caracterização do evento, tendo esta transcrição um carácter pedagógico na estruturação de futuras políticas territoriais:

⁷ Conjunto de indicadores extraídos das seguintes notícias: <https://www.publico.pt/2020/02/22/sociedade/reportagem/caretos-festejam-entrudo-patrimonio-humanidade-novos-1905235> / <https://expresso.pt/sociedade/2020-02-22-40-mil-pessoas-esperadas-no-primeiro-Carnaval-dos-Caretos-de-Podence-com-o-selo-da-Unesco>



"Caracterização síntese:

A festa de Carnaval dos Caretos de Podence é um ritual que se caracteriza pelo comportamento específico dos seus protagonistas mascarados, os "caretos". Nas suas "sortidas à rua" (em regra, nos três dias de Carnaval), os caretos, percorrem a aldeia tendo como principal missão chocalhar as mulheres. Este ritual festivo que é também caracterizado pelo convívio entre vizinhos, amigos e familiares, foi num contexto passado, de que dá conta a memória dos residentes mais velhos na aldeia, protagonizado essencialmente pelos rapazes e homens solteiros, cujo alvo eram as jovens raparigas e mulheres solteiras, tendo, portanto, uma função propiciatória, de passagem e de comportamento erótico-sexual.

Fruto da alteração profunda do contexto socioeconómico dos meios rurais o perfil sóciodemográfico dos caretos de Podence sofreu adaptações que facilitaram a sobrevivência e a manutenção da festa. Os factos de careto são hoje vestidos por homens e rapazes de várias idades, independentemente do seu estado civil. Hoje também as crianças participam no ritual, mascaradas de "facanitos" que assumem o papel de aprendizes dos caretos, e, em função do "empoderamento" da mulher na sociedade portuguesa, há uma cada vez mais consentida participação das raparigas. Os protagonistas da festa, por imperativos demográficos, são também maioritariamente emigrantes e migrantes, sendo este um momento do ano que promove a reunião familiar e vicinal, gerando sentimentos de pertença cultural e territorial. A festa é neste sentido promotora de um diálogo intergeracional, que tem permitido a sua transmissão e fortalecido a sua continuidade.

Com o objetivo de preservar a manifestação e garantir a sua continuidade prática, forma-se em meados dos anos 80, um grupo de Caretos de Podence que é habitualmente convidado a apresentar-se, várias vezes durante o ano, noutras contextos festivos ou em eventos de natureza muito diversificada, como festas populares, cortejos, ou performances de palco, dentro e fora do país. Estas apresentações são uma forma de divulgação e promoção que antecipam a festa que acontece em Podence no Carnaval, ao mesmo tempo que têm promovido a identificação cada vez maior da festa como um símbolo da "cultura tradicional portuguesa" atraindo muitos visitantes.

Hoje a aldeia é visitada durante o Carnaval por vizinhos das aldeias e cidades próximas, amigos e familiares, curiosos e turistas nacionais de todo o país e até visitantes internacionais.

Ao longo dos três dias de celebração do Carnaval de Podence decorre um programa de atividades paralelas, como exposições que exploram a temática da festa, uma feira de produtos regionais e concertos de música tradicional, entre outras, voltadas quer para a comunidade, quer para a receção dos turistas e visitantes."

Fim de citação da Ficha de Património Cultural Imaterial, disponível no seguinte link:

<https://ich.unesco.org/doc/src/39821.pdf>



5.6.4 SÍNTES

Pontos positivos

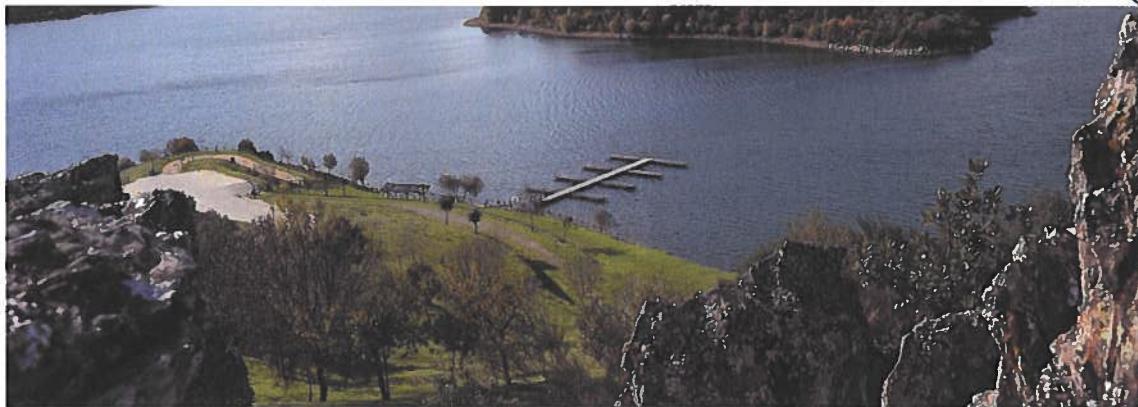
- Atendendo ao contexto litológico e natural do concelho e de todo o processo de divulgação/promoção do território em prol do turismo de natureza e desportivo, não são considerados pontos positivos neste domínio, porque a estratégia de *marketing territorial* nas TTM e os indicadores/organismos existentes vão ao encontro de uma estratégia centrada na valorização dos recursos autótones, tal como se pretende nos diversos IGT e nas estratégias definidas para os territórios de baixa densidade.

Pontos negativos

- Atendendo ao exposto nos pontos positivos, não são considerados pontos negativos neste domínio.



5.7 Ambiente

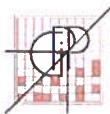


Albufeira do Azibo⁸

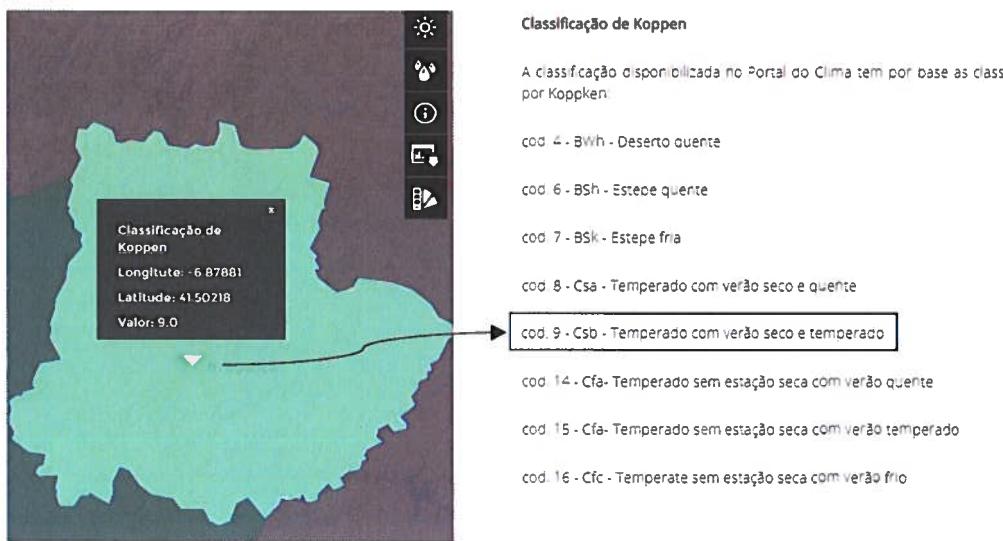


Miradouro de Sra. do Campo, tendo como cenário de fundo a albufeira do Azibo

⁸ Fonte: CMMC.



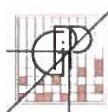
5.7.1 Clima



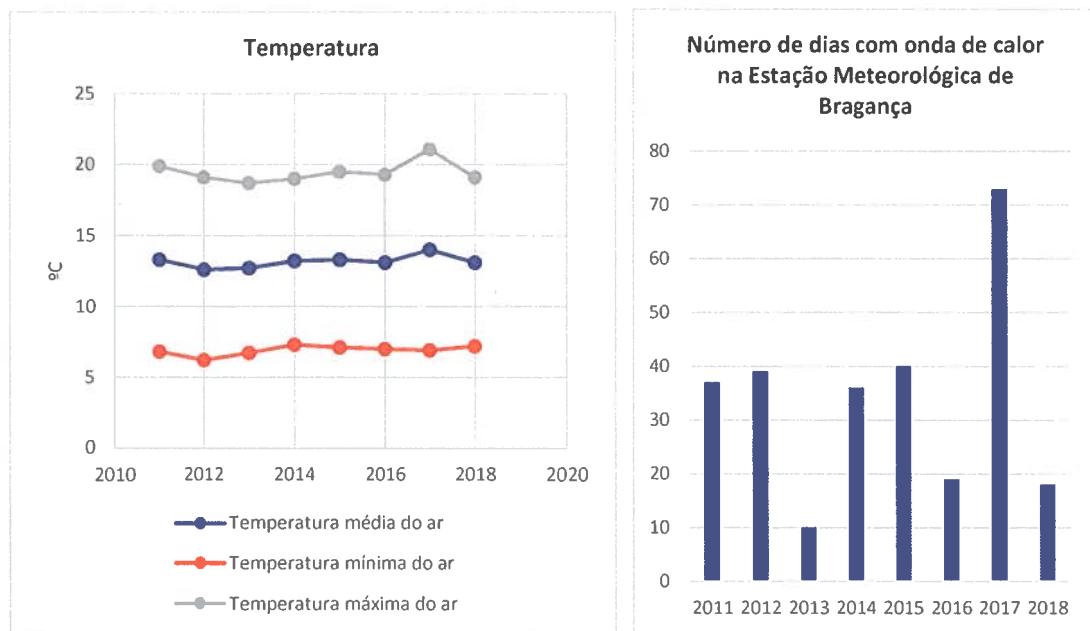
Fonte: Portal do Clima

Tópicos de análise:

- Classificação Climática de Koppen no município de Macedo de Cavaleiros é Csb – Temperado com verão seco e temperado;
- Temperatura Média: 11.1°C;
- Precipitação Média Acumulada: 1 111.3 mm;
- Amplitude Média: Norte: 9.4°C; Sul: 9.8°C;
- Risco de Incêndio: Extremo: 6 dias/ Elevado: 38 dias/ Moderado: 28 dias/ Baixo: 280 dias (sem informação em 8 dias).



5.7.2 Temperatura



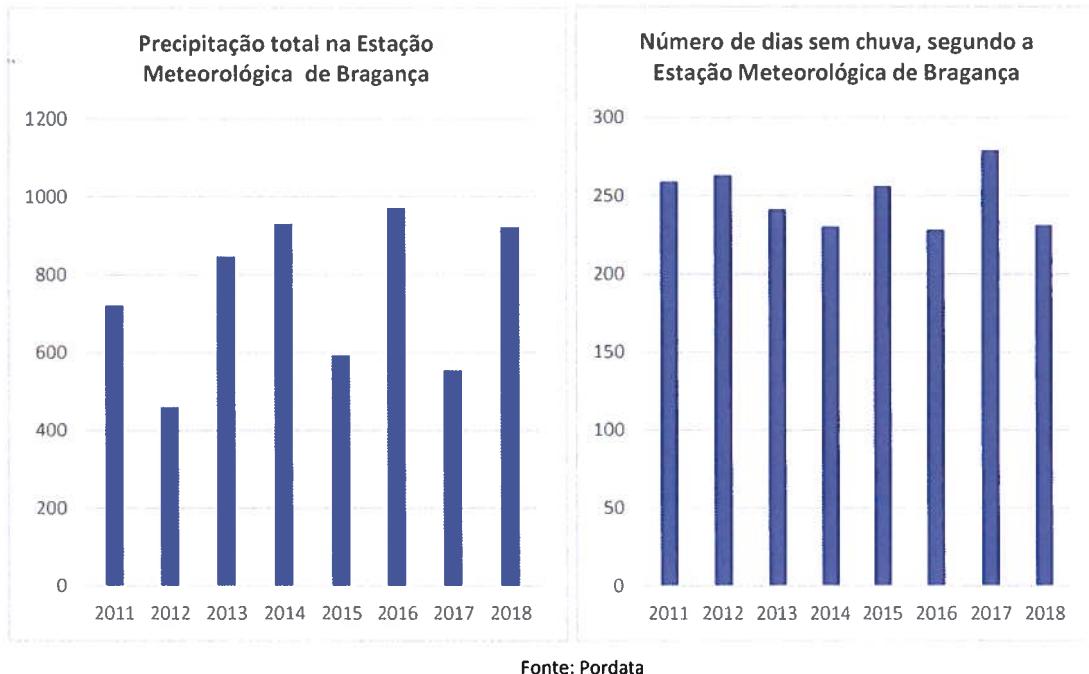
Fonte: Pordata

Tópicos de análise:

- No período da amostra verifica-se a estabilização dos indicadores referentes à temperatura;
- Curiosamente, no agregado dos anos em análise, verifica-se que existe um balanço negativo dos indicadores da temperatura média e máxima do ar – contrariando os pressupostos referentes às alterações climáticas de aumento da temperatura;
- A temperatura mínima do ar é o único indicador que aumenta, no conjunto dos anos em análise;
- Tem-se constatado que os dias com onda de calor têm um comportamento cíclico, em que no final dos três anos existe uma quebra no número de dias com onda de calor. Contudo, existe a exceção dos dois últimos anos, sendo que no ano de 2017 há um crescimento exponencial do indicador e o ano de 2018 corresponde à moda de quebra de ciclo existente no período em análise.



5.7.3 Precipitação



Fonte: Pordata

Tópicos de análise:

- A precipitação total observada na estação meteorológica de referência para Macedo de Cavaleiros permite identificar que está associada a uma zona de transição climática, entre o clima mediterrâneo e o atlântico – este indicador também se reflete no tipo de prática agrícola existente no concelho e já analisado no ponto 5 e 6 do subcapítulo 5.2;
- Existe a tendência para a irregularidade da ocorrência de precipitação, como também para o aumento do volume de precipitação;
- Em média, no período da amostra, existem 248 dias sem chuva;
- Curiosamente, o número de dias sem chuva analisado por períodos, apresenta um comportamento interessante. Isto é, entre 2011 e 2014 e de 2015 e 2018 verifica-se que o número médio de dias sem chuva idêntico;
- Este indicador, comparado com o volume de precipitação permite também concluir que existe maior precipitação, sendo esta, contudo, mais irregular e intensa em determinados anos, como se verifica em 2013, 2014, 2016 e 2018.



5.7.4 Incêndios rurais

Número de incêndios rurais			
Espaço geográfico	Macedo de Cavaleiros	TTM	Peso de Macedo de Cavaleiros nas TTM
2011	71	808	9%
2012	109	852	13%
2013	60	390	15%
2014	38	285	13%
2015	61	479	13%
2016	19	304	6%
2017	63	657	10%
2018	31	403	8%

Área ardida em hectares			
Espaço geográfico	Macedo de Cavaleiros	TTM	Peso de Macedo de Cavaleiros nas TTM
2011	122	6453	2%
2012	1953	11513	17%
2013	117	22778	1%
2014	215	1353	16%
2015	795	3582	22%
2016	7	920	1%
2017	2069	8489	24%
2018	135	1830	7%

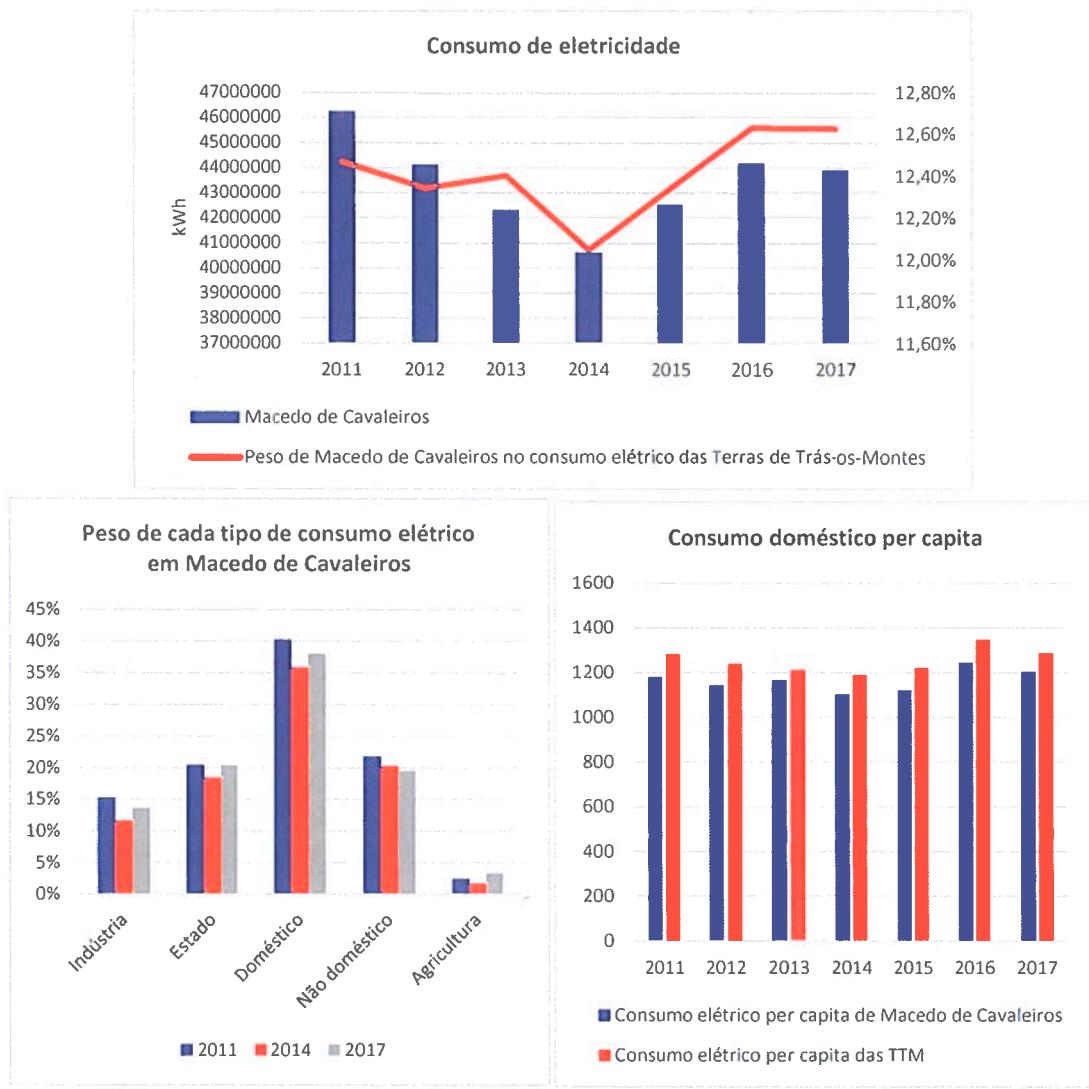
Fonte: INE

Tópicos de análise:

- O número de incêndios rurais tem vindo a diminuir e, simultaneamente, a área ardida tem vindo a aumentar durante o período de análise;
- Entre 2011 e 2014 verifica-se um número médio de ignições de 70 e, entre 2015 e 2018, um número médio de 44 ignições – valor que reduziu 37% no conjunto dos dois períodos;
- Apesar da diminuição do número de incêndios rurais, a área ardida aumentou, apresentando no período de 2011 e 2014 uma área ardida média de 602 hectares e, no período de 2015 e 2018, de 752 hectares, o correspondente a um aumento de 25% de área ardida no conjunto dos dois períodos;
- É possível concluir que existe um agravamento da perigosidade dos incêndios rurais, visto que diminui o número de ignições, mas aumenta a área ardida e os riscos humanos e naturais que daí advêm.



5.7.5 Consumo de eletricidade



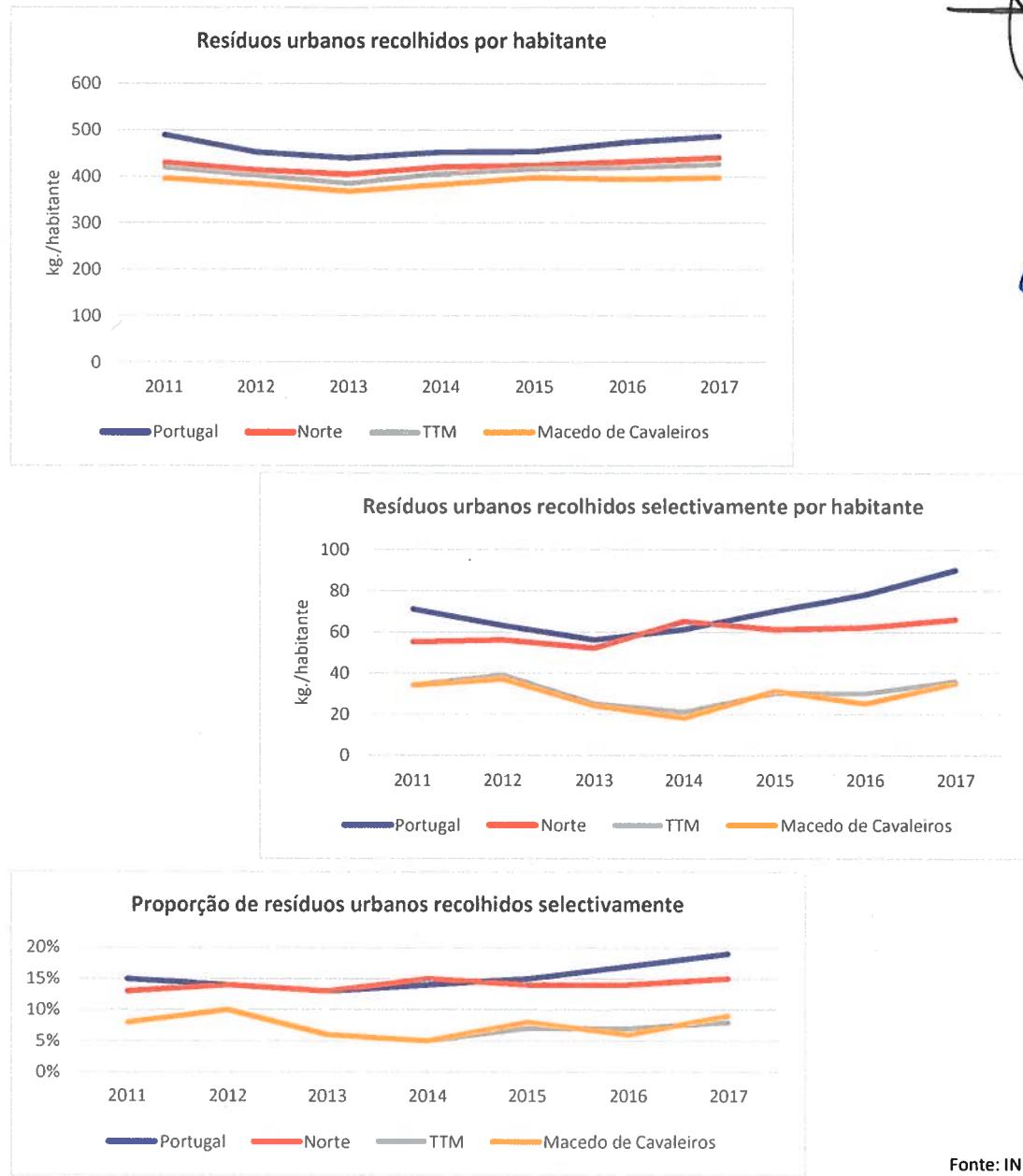
Fonte: INE

Tópicos de análise:

- Recuperação do consumo elétrico nos anos pós-crise. Contudo, em 2017, verifica-se que o consumo ainda não recuperou para valores idênticos ao período da crise;
- O peso de Macedo de Cavaleiros no consumo elétrico da sua realidade sub-regional, nunca foi tão elevado como é à data de 2017;
- O consumo *per capita* aumenta nos últimos anos para níveis, ainda assim, inferiores ao verificado nas TTM;
- O peso do consumo elétrico para fins agrícolas nunca foi tão alto como no ano de 2017. Nos restantes tipos de consumo, verifica-se que estão em recuperação no pós-2014.

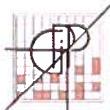


5.7.6 Resíduos



Tópicos de análise:

- Aumento progressivo da recolha de resíduos a partir de 2013, permitindo atingir no ano de 2017 o melhor resultado da recolha de resíduos urbanos no período em análise;
- Aumento a partir de 2014 da recolha seletiva de resíduos tendo, em 2017, atingido a melhor marca deste indicador. Contudo, verifica-se que comparativamente aos outros espaços geográficos com que se equipara o concelho, ainda tem margem para progressão;
- Simultaneamente, ao processo de recolha seletiva de resíduos verifica-se que a proporção dos mesmos evolui de forma favorável em igual período.



5.7.7 SÍNTES

Pontos positivos

- Enquadramento climatológico favorecendo diferentes cenários paisagísticos
- Estabilização dos indicadores relacionados com a temperatura
- Aumento de volume de precipitação nos últimos anos
- Diminuição do número de incêndios rurais
- Aumento do consumo elétrico na agricultura, inferindo o retomar do dinamismo do setor
- Aumento do serviço prestado pela recolha de resíduos, desde o período pós-crise

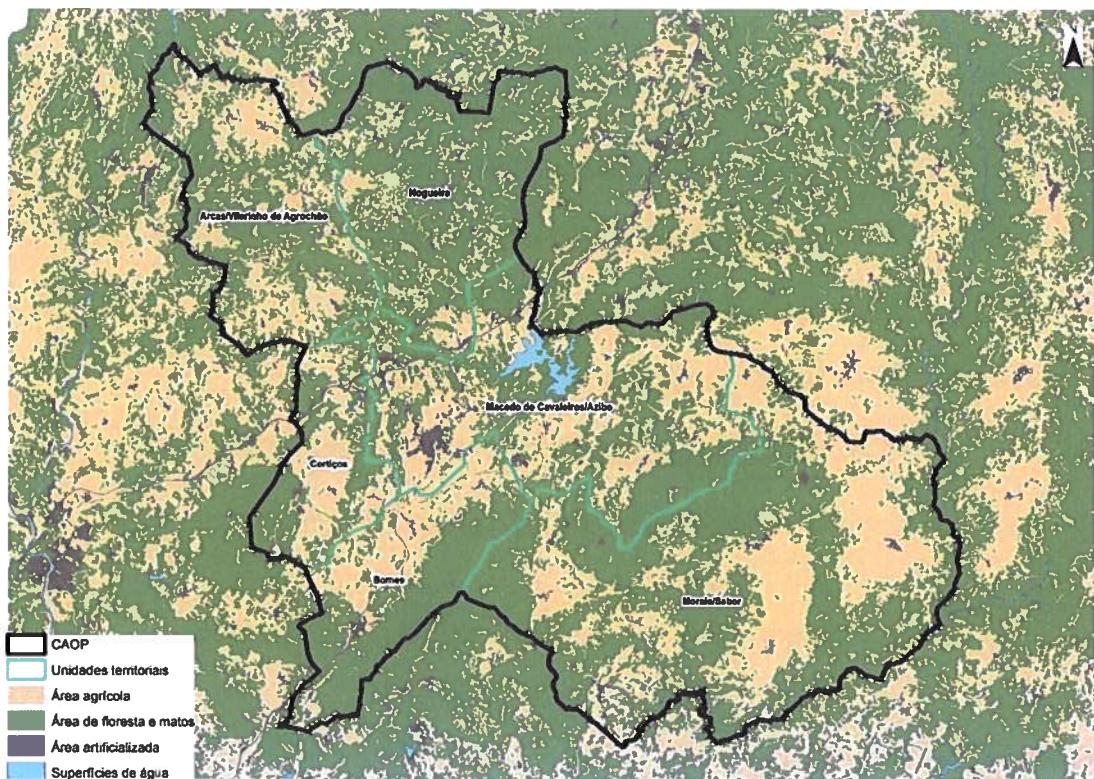
Pontos negativos

- Fenómeno da precipitação mais intenso e mais irregular
- Aumento da perigosidade e da área percorrida pelos incêndios
- Níveis de recolha de resíduos ainda abaixo do verificado nos espaços geográficos com que se compara o concelho de Macedo de Cavaleiros

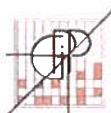


5.8 Ocupação do solo

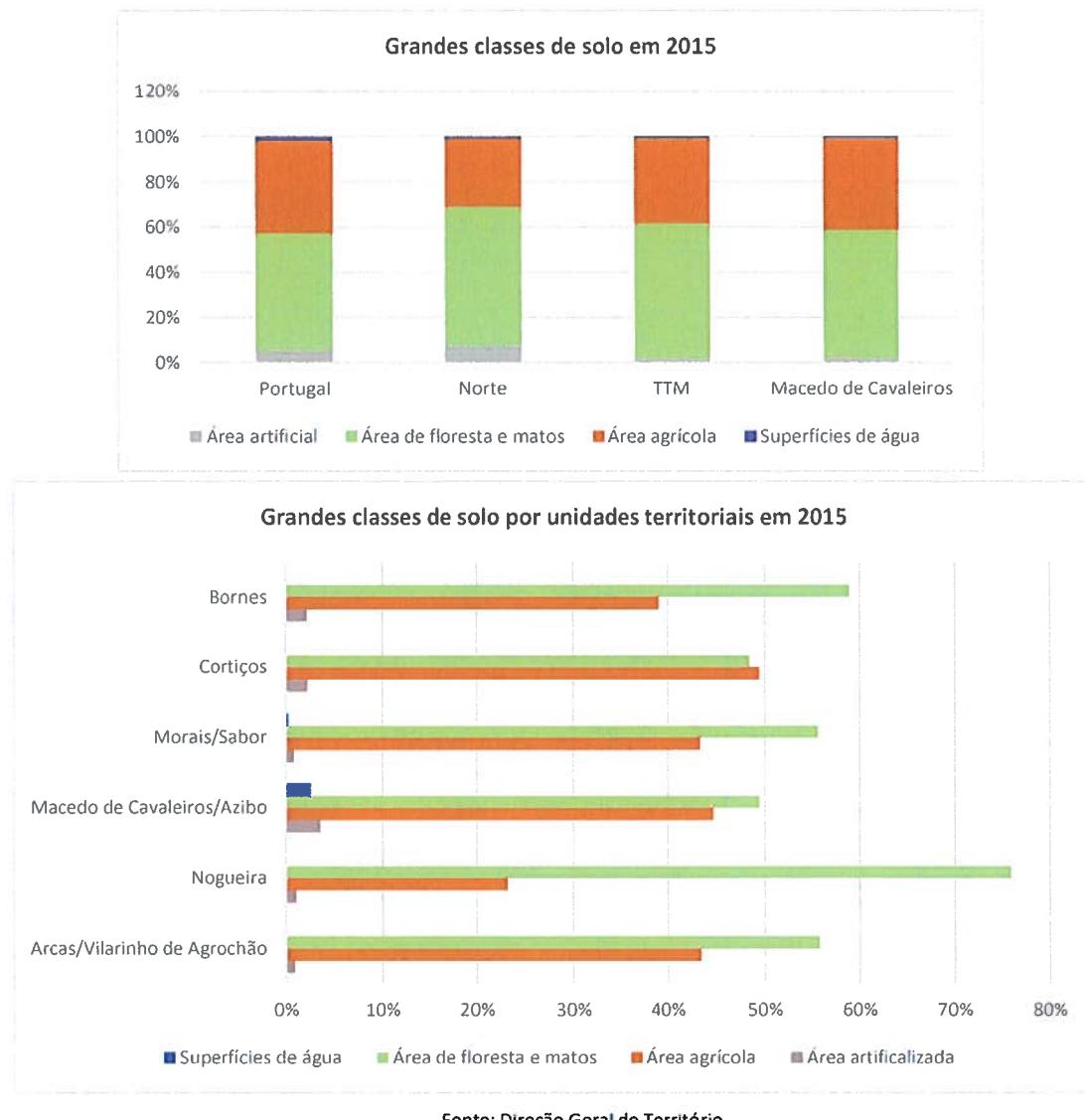
Carta de Ocupação do Solo de Macedo de Cavaleiros em 2015⁹



⁹ Fonte: Direção Geral do Território



5.8.1 Carta de Ocupação do Solo



Tópicos de análise:

- Macedo de Cavaleiros destaca-se por ser marcadamente rural, apresentando homogeneidade na forma como o solo é ocupado, visto que a diferença entre a área agrícola e a florestal não é muito diferente entre unidades territoriais;
- A unidade territorial de Nogueira destaca-se pela grande mancha florestal que tem, divergindo substancialmente do que é o padrão médio de ocupação de solo desta classe, que se cifra nos 57%;
- Macedo de Cavaleiros/Azibo destaca-se em termos da representatividade das superfícies de água, bem como da área artificializada, atendendo à localização da Albufeira do Azibo e da Cidade, respetivamente.

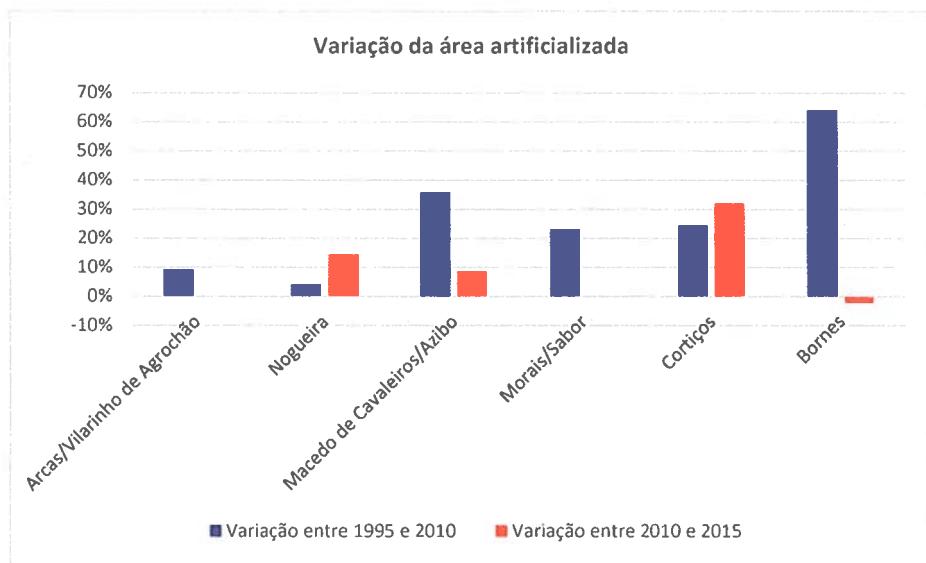


5.8.2 Áreas artificializadas

Em que é que consiste, o conceito de área artificializada?

São superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.

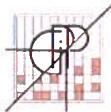
Fonte: Direção Geral do Território



Fonte: Direção Geral do Território

Tópicos de análise:

- Acompanhando o processo de urbanização do território português desde 1970 até à atualidade, verifica-se que o período de maior crescimento da área artificial coincide com a amostra de ocupação de solo entre 1995 e 2010 – onde todas as unidades territoriais registaram aumento;
- Simultaneamente, neste período, de 1995 e 2010, existem importantes transformações no território concelhio, com destaque para o crescimento da área industrial da Amendoeira e da expansão urbana da Cidade;
- No período pós 2010, existe também crescimento, embora com uma dinâmica substancialmente inferior comparativamente à verificada no período anterior. A dinâmica evolutiva deste indicador se manteve, muito por conta da construção da autoestrada n.º 4, bem como da expansão da área industrial da Amendoeira;
- Em simultâneo, no período pós 2010, verifica-se a estabilização deste indicador em certas unidades territoriais, como Arcas/Vilarinho de Agrochão e Morais/Sabor – as duas unidades territoriais que perdem mais população no período intercensitário.

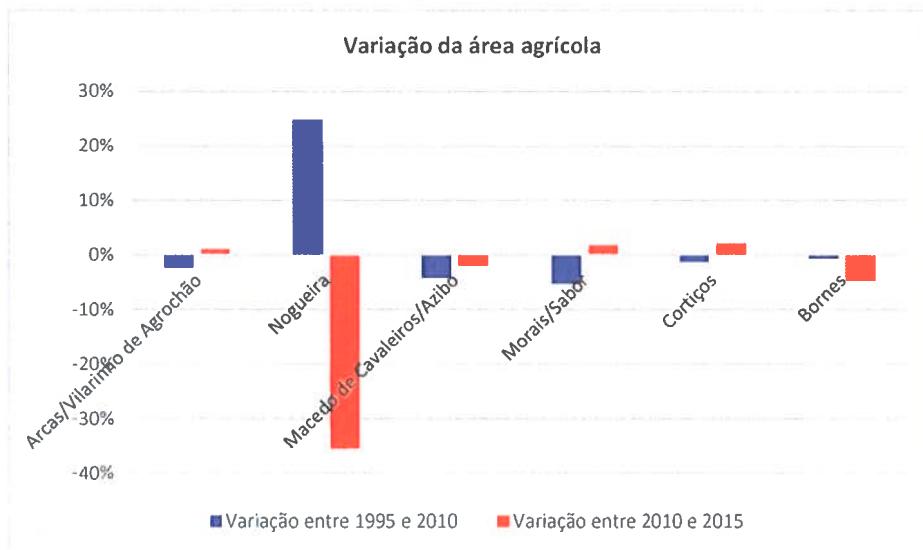


5.8.3 Áreas agrícolas

Em que é que consiste, o conceito de área agrícola?

São áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agroflorestais.

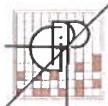
Fonte: Direção Geral do Território



Fonte: Direção Geral do Território

Tópicos de análise:

- Em consequência da expansão urbana referida anteriormente, os outros tipos de ocupação do solo perderam a dimensão de outrora;
- Curiosamente verifica-se, de 2010 a 2015, a recuperação das áreas agricultadas, confirmado um processo de recuperação da atividade agrícola, em fileiras economicamente sustentáveis – como se constatou no subcapítulo 5.2;
- O tecido agrícola no município está em constante equilíbrio e em cadeia, havendo culturas e dinâmicas agrícolas que estão dependentes, tendo como exemplo a produção de fruto da castanha, da madeira e dos cogumelos;
- Na unidade territorial de Nogueira, segundo a COS de 2015, existe uma alteração significativa, em termos de perda de área agricultada, havendo uma quebra de 1 000 hectares da área de castanheiro. Contudo, face à necessidade de identificar a razão desta variação, motivou a consulta dos agentes locais. A partir da informação obtida essa situação não é real, havendo, inclusivamente, o aumento da área de castanheiro, tendo sido já implementadas 4 ações de controlo de declínio de povoamentos de castanheiro, ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Rural 2020. Embora esta situação ocorra, reconhece-se que um dos maiores



perigos para a sobrevivência do setor são as pragas a que o castanheiro está sujeito e, por isso, importa com um carácter pedagógico instruir futuras políticas territoriais dos perigos que associados esta espécie:

"1. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO – AÇÕES A IMPLEMENTAR - DESCRIÇÃO E OBJETIVOS"

Através da implementação desta candidatura pretende realizar-se o controlo dos agentes bióticos nocivos que afetam o castanheiro, nomeadamente as doenças do cancro, que nesta região, ao longo dos últimos anos, muito têm contribuído para o seu declínio e mais recentemente, a não menos severa, praga da vespa das galhas do castanheiro, que se generalizou à totalidade da área do concelho de Macedo de Cavaleiros e muito prejudicará a produção de castanha.

(...)

A referida candidatura vai incidir sobre o **cancro do castanheiro**, *Cryphonectria parasitica*, associado ao fungo do género *Cryphonectria*, que é uma doença do lenho, penetrando nas árvores através de lesões ou cortes expostos. A doença manifesta-se pela presença de necroses (feridas) que não cicatrizam sobre os ramos e troncos, tendo como consequência a morte dos tecidos e o estrangulamento da seiva, secando os ramos acima da zona afetada. Caso "os cancros" não sejam convenientemente tratados, podem levar ao declínio e morte dos castanheiros.

O aparecimento da praga mais recente que já está presente em todo o concelho, de forma severa: a **vespa das galhas do castanheiro**, *Dryocosmus kuriphilus Yasumatsu*, a qual se trata de um inseto que ataca vegetais do género *Castanea*, induzindo a formação de galhas nos gomos e folhas, provocando a redução do crescimento dos ramos e a frutificação, diminuindo drasticamente a produção e a qualidade da castanha e conduzir ao declínio dos castanheiros.

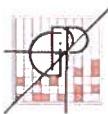
Esta candidatura incidirá sobre a maioria da área de castanheiros presente no concelho que representa uma área de 5.549,535 hectare.

Tratamentos a implementar

Cancro do Castanheiro *Cryphonectria* parasítica:

Os povoamentos de castanheiro dominantes no concelho caraterizam-se por ter uma idade média entre os 20 e os 30 anos e uma densidade média de 100 árvores por ha. Com base em estudos do IPB para a Terra Quente, e no conhecimento prático adquirido no terreno, podemos afirmar que existe uma percentagem de 6% de árvores afetadas com cancro, o que quer dizer que estaremos na presença de 6 árvores infetadas por hectare.

Para o tratamento do cancro do castanheiro será utilizado o bioproduto "Dictis", desenvolvido pelo IPB, já que não existem substâncias químicas eficazes que consigam travar o desenvolvimento desta



doença. A luta biológica por Hipovirulência, associada à presença de Hypovirus (vírus dsRNA) no fungo fitoparasita, promove a cicatrização dos cancros e a total recuperação dos castanheiros doentes. Para aplicação da luta biológica por hipovirulência é necessário conhecer a estrutura genética da população do fungo parasita, pelo que o IPB caracterizou as estirpes hipovirulentas do fungo C. parasitica, através da recolha de amostras de tecidos de castanheiros infetados com cancro na região da Terra Quente Transmontana (Macedo de Cavaleiros, Alfandega da Fé, etc), permitindo assim o desenvolvimento do bioproduto de acordo com as estirpes predominantes e a sua aplicação de forma segura.

(...)

A vespa da galha Dryocosmus kuriphilus Yasumatsu:

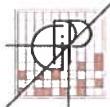
Através da comissão local de acompanhamento da vespa das galhas do castanheiro, têm vindo a ser identificados, quantificados e georreferenciados os vários locais com presença de vespa, no concelho de Macedo de Cavaleiros. Deste modo e com base na prospeção já realizada, é proposto um plano de luta biológica com largadas do parasitoide Torymus sinensis para os próximos três anos, tendo por base a presença da vespa no terreno, o grau de intensidade de ataque e as normas definidas em orientação técnica. Tendo em conta as orientações mencionadas, e considerando que o nível atual de infestação é considerado grave (3 a 4 árvores com 51-80% de gomos atacados), prevê-se a realização de uma largada por cada 25 ha.

Deste modo, no concelho de Macedo de Cavaleiros, para os próximos três anos, considerando a área de souto de 3.260,17 ha e as limitações impostas pelos critérios de definição da área de abrangência de cada largada (pelo menos 40% de área de castanheiro), são passíveis de serem propostas 133 largadas.

(...)

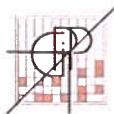
2. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO – AÇÕES A IMPLEMENTAR – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O plano de gestão aplicável a esta candidatura é o PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro, compreendendo as seguintes sub-regiões homogéneas ao nível do concelho: Azibo-Sabor, Bornes e Nogueira-Bragança. Estas sub-regiões homogéneas caraterizam-se pela predominância de matos e pastagens e logo a seguir pela ocupação florestal, que é dominada pela presença do castanheiro. Para todas estas sub-regiões, as funções de conservação de habitats e de espécies da flora e de produção fazem parte das funções gerais a priorizar. O castanheiro consta também como espécie florestal a privilegiar (grupo I). As áreas de intervenção constantes na candidatura estão inseridas na TMAD, RNAP, ZPE, SIC e REN.



Resumindo as referências constantes nos vários documentos, o castanheiro aparece como espécie florestal autóctone com representatividade considerável e cuja área total tem vindo a aumentar, com importantes funções no ecossistema, não só "do ponto de vista do potencial produtivo e da rentabilidade económica", mas também pela produção de habitat, com aparecimento de espécies de flora e fauna associadas com interesse para a conservação. Quanto ao seu estado fitossanitário, "tanto a doença-da-tinta como o cancro-do-castanheiro existem na área do PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro e têm sido identificados em praticamente todos os concelhos onde o castanheiro está presente. (...) Face à atual dispersão do inseto Dryocosmus kuriphilus (recentemente detetado em vários locais das regiões Norte e Centro) e ao elevado potencial biótico associado a esta espécie, caracterizado por uma rápida dispersão, as áreas de risco para este agente biótico nocivo correspondem às do cancro e da tinta-do-castanheiro" (PROF TMAD – Documento Estratégico). Estes factos acentuam o carácter urgente e essencial do controlo de pragas e doenças desta árvore."

Fim de citação da Memória Descritiva da MEDIDA 8.1.3 PREVENÇÃO DA FLORESTA CONTRA AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS, elaborada pela CMMC para a Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020

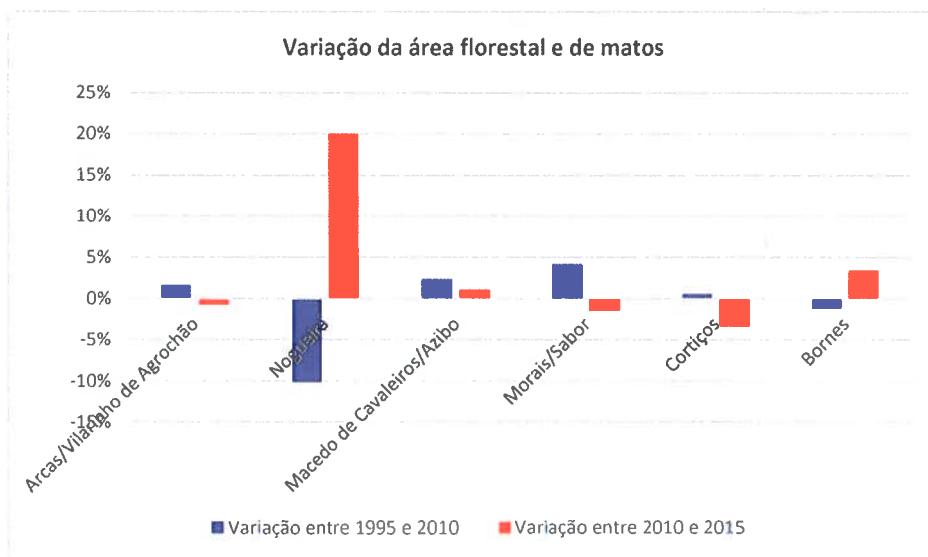


5.8.4 Áreas florestais e de matos

Em que é que consiste, o conceito de área florestal e de matos?

São áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.

Fonte: Direção Geral do Território



Fonte: Direção Geral do Território

Tópicos de análise:

- Segundo a COS, a forma de ocupação de solo não sofreu grandes alterações durante os períodos da amostra, à exceção do que acontece na unidade territorial de Nogueira, onde o processo associado à perda de área florestal para o plantio de castanheiro no período de 1995 e 2010 foi uma realidade, e a diminuição da área de pomares de castanheiro provocou a transferência dessa forma de ocupação para a área florestal. Contudo, é de ressalvar o referido no subcapítulo anterior, onde se explica o porquê desta variação na ocupação do solo da área florestal e de matos;
- Recentemente os ganhos das áreas florestais não são tão evidentes, face ao aumento da área agrícola verificada no ponto de análise anterior.

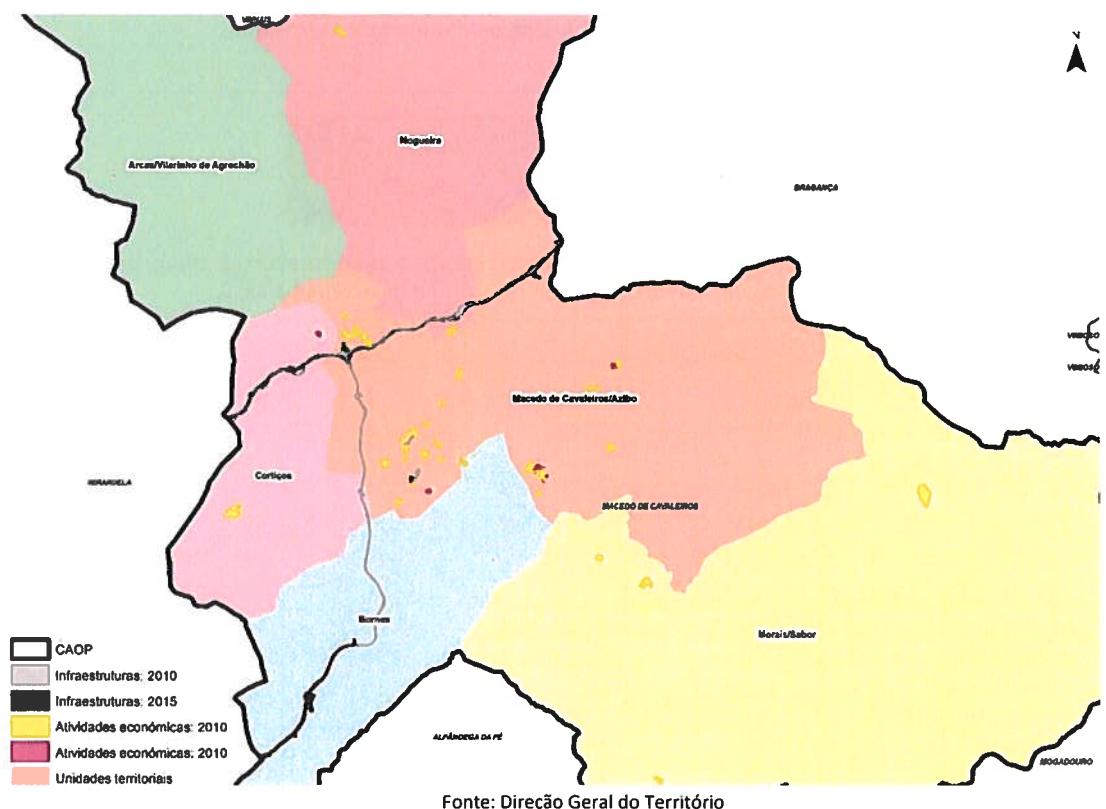


5.8.5 Áreas de atividades económicas e de infraestruturas

Área ocupada por atividades económicas e infraestruturas em hectares			
Áreas	2010	2015	Variação
Atividades económicas	145,94	155,2	6%
Infraestruturas	83,68	190,33	127%

Fonte: Direção Geral do Território

Evolução das áreas de atividades económicas e das infraestruturas no concelho



Fonte: Direção Geral do Território

Tópicos de análise:

- A evolução da artificialização do território concelhio decorre, em grande medida, da proliferação de infraestruturas relacionadas com as rodovias, em especial a construção da A4;
- Acompanhando os indicadores analisados no subcapítulo 5.2., constata-se que existe um aumento da área ocupada pelas atividades económicas, sendo expectável que esse indicador mantenha o crescimento, atendendo à evolução positiva dos indicadores de procura de espaços para atividades económicas nos últimos anos.



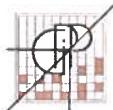
5.8.6 SÍNTES

Pontos positivos

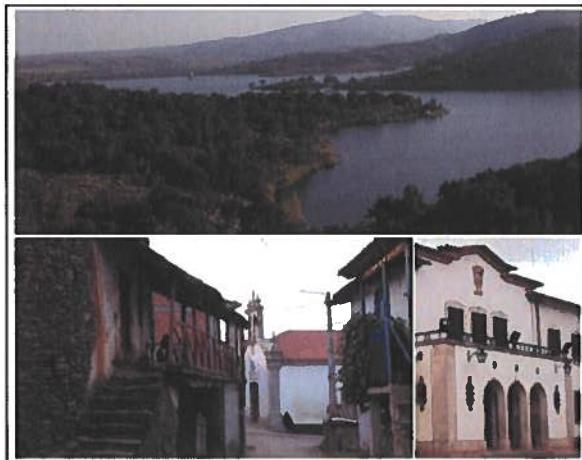
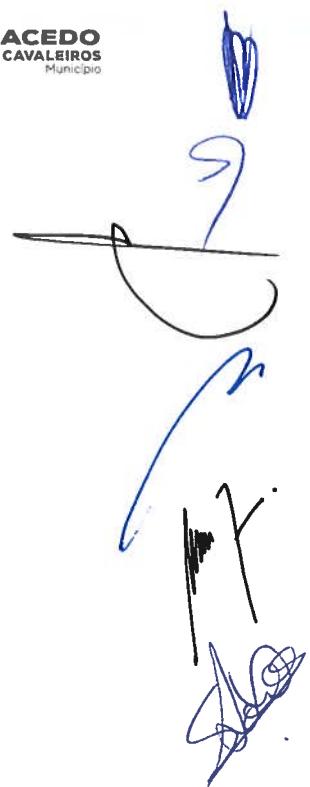
- Aumento das áreas artificiais para fins económicos e infraestruturais aumentando a resiliência e vitalidade do concelho, como é o caso da área industrial e da A4
- Áreas dispersas estão num processo de estabilização, atendendo à diminuição e envelhecimento populacional
- Recuperação da dinâmica agrícola na generalidade das unidades territoriais
- Estabilização da área florestal

Pontos negativos

- Risco de doenças associadas ao castanheiro, põe em risco um dos recursos endógenos mais importantes em termos de ocupação do território e de economia local



5.9 Planeamento

*Plano Diretor Municipal*

1.ª REVISÃO DO
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE MACEDO DE CAVALEIROS

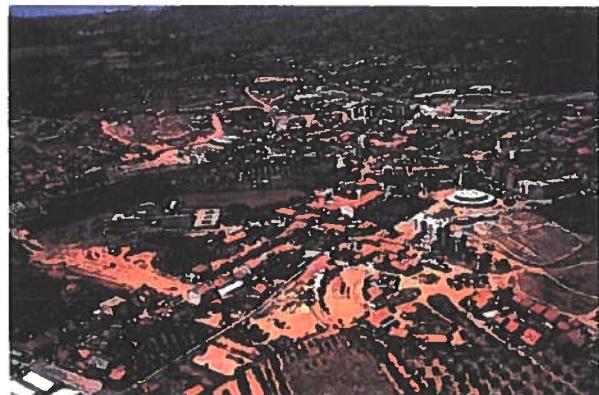
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

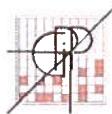
PLANO DE URBANIZAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
ELEMENTOS COMPLEMENTARES

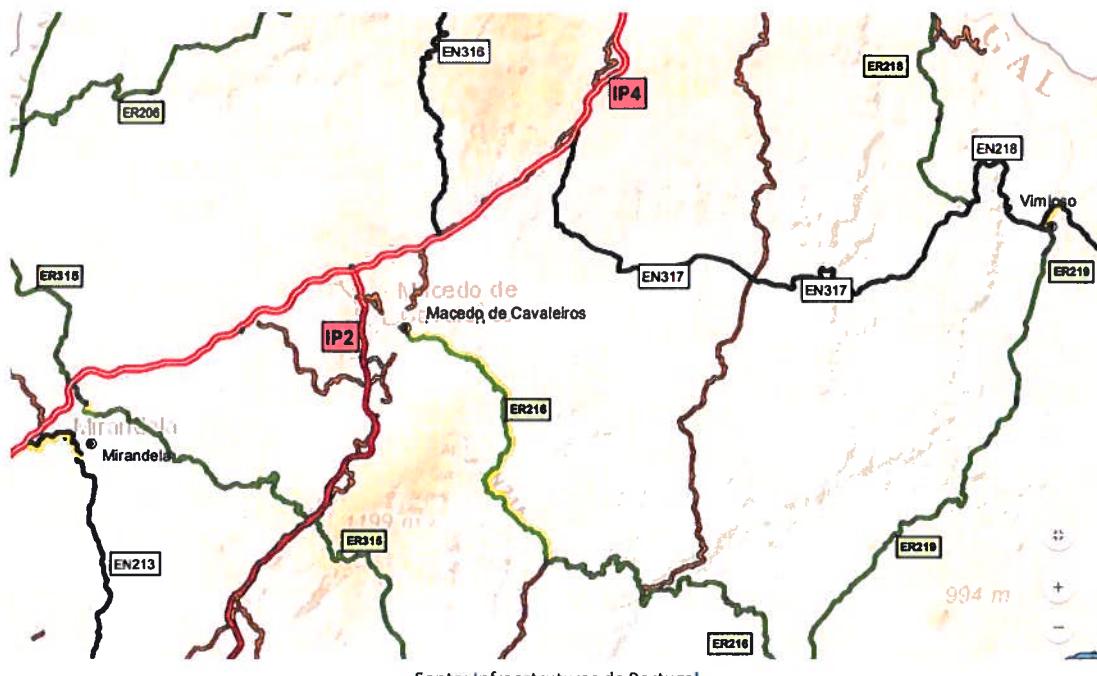
PEÇAS ESCRITAS

*Plano de Urbanização*



5.9.1 Plano Nacional Rodoviário 2000

Extrato do Plano Rodoviário Nacional na envolvente de Macedo de Cavaleiros



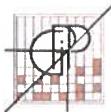
Fonte: Infraestruturas de Portugal

O DL n.º 22/98, 17 de julho, tendo como última alteração o DL n.º 182/2003, 16 de agosto, estabelece a organização da rede nacional de estradas, traduzida no Plano Rodoviário Nacional, constituindo o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular (Infraestruturas de Portugal, 2017).

Em Macedo de Cavaleiros, o Plano Rodoviário Nacional 2000 integra as seguintes vias de comunicação:

- Autoestrada n.º 4
- Itinerário Principal n.º 2
- Estrada Nacional 316
- Estrada Nacional 317
- Estrada Regional 206
- Estrada Regional 216
- Estrada Regional 315.

Por concretizar está o procedimento de transferência para o município das vias desclassificadas, designadamente a EN102 e EN217.



5.9.2 PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro

O PROF substitui o anterior Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste.

Este, agora Programa, foi publicado em Diário da República pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, e apresenta para Macedo de Cavaleiros uma situação idêntica ao anterior plano, tendo efetuado uma atualização relativa à ocupação florestal do território, com base nos resultados do 6.º Inventário Florestal Nacional, e ainda:

- Alteração do enquadramento fitossanitário, com o surgimento ou forte expansão de pragas e doenças, entre as quais o nemátodo da madeira do pinheiro e o gorgulho do eucalipto, que justificam a introdução ou modificação de medidas específicas de silvicultura preventiva;
- Alteração do enquadramento silvo-industrial e dos mercados de biomassa para energia, com a instalação em Portugal de novas unidades industriais de base florestal;
- Necessidade de adaptar as metas estabelecidas para as espécies produtoras de lenho e fruto de crescimento lento, em função do ritmo anual de arborização destas espécies verificado no âmbito da execução do IV Quadro Comunitário de Apoio;
- integração do sector florestal no esforço nacional de equilíbrio económico-financeiro, com o enquadramento dado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.
- Reestruturação dos serviços públicos responsáveis pelo ordenamento e gestão florestal, com a criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). Além disso, também desenvolve a nível regional, as opções e os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, cuja atualização foi aprovada através da RCM n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, e definiu as respetivas normas de execução.

Face à recente publicação deste IGT não é possível fazer, nesta altura, qualquer avaliação, recaindo esta sobre a anterior versão do PROF.

Assim, passa-se a traduzir o que até agora foi concretizado, apresentando o objetivo específico estabelecido pelo PROF e as *Medidas Implementadas*.

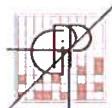
Objetivos específicos comuns do PROF do Nordeste

Recomendações/ Medidas implementadas

a) Diminuir o número de ignições de incêndios florestais

Medidas Implementadas:

- Realização de ações de sensibilização e Spot's de rádio para a população geral;
- Realização de ações de sensibilização nas escolas do Concelho;
- Realização de ações de sensibilização e entrega de panfletos a pastores e agricultores.

**b) Diminuir a área queimada:***Medidas Implementadas:*

- Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir a lei. Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel (GNR, GIPS, SEPNA, Autarquia e OPF);
- Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas (GNR, GIPS, SEPNA e Autarquia);
- Realização de Faixas de Interrupção de Combustível associadas à Rede Primária (Autarquia e ICNF);
- Realização de Faixas de Gestão de Combustível associadas à Rede Secundária pelas entidades responsáveis pelas infraestruturas.

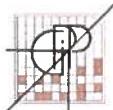
c) Reabilitação de ecossistemas florestais*Medidas Implementadas:*

- Execução de projeto de reabilitação e requalificação dos ecossistemas Ribeirinhos da ribeira de Chacim e da ribeira de Malta.

Ação de reabilitação e requalificação dos ecossistemas ribeirinhos de Chacim e Malta

Fonte: CMMC

Na globalidade, as medidas sugeridas pelo PROF Nordeste foram desenvolvidas, beneficiando de um quadro político-estratégico que procurou incentivar ações em prol da boa gestão florestal



5.9.3 Plano Diretor Municipal (PDMMC)

O PDMMC, publicado em 2015, tem como orientação a aposta na afirmação económica do concelho, na política de contenção urbana, na melhoria do espaço urbano e do património concelhio e no reforço da qualidade ambiental e paisagística do território.

O programa de execução e o regulamento do PDM são elementos fundamentais de apoio à gestão territorial e de implementação dos pressupostos definidos.

A avaliação do PDMMC, que se segue, organiza-se em quatro momentos: as **alterações legislativas**; o **programa de execução**; a **gestão territorial**; e os **objetivos dos PDM**.

- **Alterações legislativas**

O PDMMC, publicado em 2015, foi elaborado no enquadramento do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, integrando o conteúdo material e documental exigido por este.

O quadro legal a que a elaboração do PDMMC estava submisso é o constante na tabela seguinte.

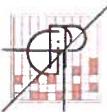
Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 380/99, de 22 de setembro
Legislativos	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto DL n.º 794/76, de 5 de novembro DL n.º 181/70, de 28 de abril DL n.º 152/82, de 3 de maio
Regulamentares	DR n.º 9, 10 e 11/2009, de 29 de maio

Como referido no capítulo 3 verificou-se uma alteração profunda no contexto legislativo relacionado com os IGT, salientando-se os seguintes:

Elementos	Atos legislativos
Jurídicos	DL n.º 80/2015, de 14 de maio
Legislativos	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
Regulamentares	DR n.º 15/2015, de 19 de agosto

O atual quadro legal tem como principais determinações e conteúdos:

- **Uma nova classificação do solo**, dividida em solo urbano e solo rústico (anteriormente solo urbano, com categorias operacionais de urbanizado e urbanizável, e solo rural);
- **Possibilidade de reclassificação do solo rústico em solo urbano** (sustentada na elaboração de planos de pormenor com efeitos registais);
- **Fundamentação da sustentabilidade económica e financeira** do programa de execução/integração no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal (com a intenção de criar mecanismos de financiamento para a execução dos IGT tendo, como sugestão, a criação do fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística);
- **Reserva de solo** (com a definição de um período de concretização das propostas do Plano);



- **Regime económico e financeiro** (com a adoção do princípio da economia e eficiência, assegurando a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e culturais, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira das opções adotadas pelos programas e planos territoriais);
- **Avaliação permanente e dinâmica** (com a monitorização e a realização do REOT para a supervisão da execução dos IGT).

Complementarmente, o novo quadro regulamentar, entre outros aspetos, define:

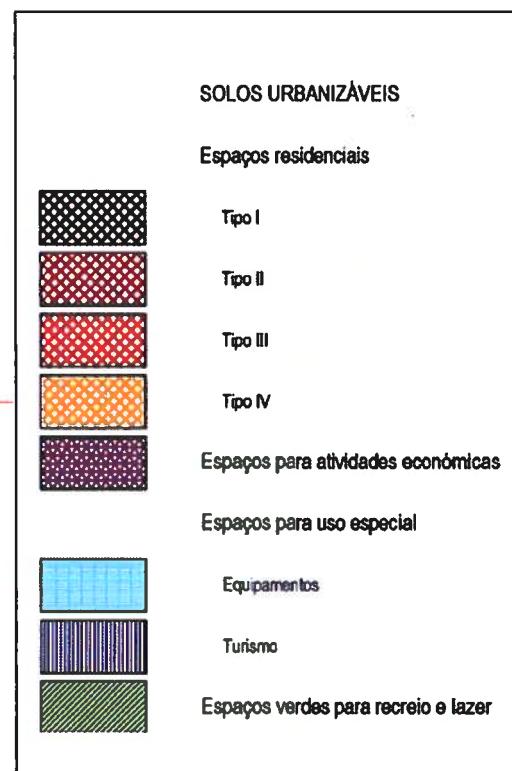
- **Solo urbano**, como o solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado;
- **Solo rústico**, como o solo que, pela sua aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e aquele que não seja classificado como urbano.

Assim sendo, o PDM de 2015 face a estas alterações legislativas não cumpre com estas novas orientações, em particular no que respeita às regras de classificação e qualificação do solo.

Exemplos disso, são os extratos que se passam a reproduzir, quer da legenda da Planta de Classificação e Qualificação do Solo, quer do Regulamento.

Planta de Classificação e Qualificação do Solo

Qualificações a alterar





Regulamento

SECÇÃO III

Solos urbanizáveis

SUBSECÇÃO I

Espaços residenciais

Artigo 55.º

Identificação

1 — Os Espaços residenciais em solo urbanizável são constituídos pelas áreas destinadas predominantemente a funções habitacionais que, não possuindo ainda as características de espaço urbanizado, se prevê que as venham a adquirir.

2 — Os Espaços residenciais urbanizáveis dividem-se em:

a) Espaços residenciais urbanizáveis de tipo I que se localizam no perímetro urbano da cidade de Macedo de Cavaleiros e correspondem a áreas onde se pretende a maior densidade e volumetria de edificação.

b) Espaços residenciais urbanizáveis de tipo II que se localizam no perímetro urbano da cidade de Macedo de Cavaleiros e correspondem a áreas onde se pretende uma densidade e volumetria semelhantes à dos Espaços residenciais urbanizados de tipo I;

c) Espaços residenciais urbanizáveis de tipo III que se localizam nos perímetros urbanos de Amendoeira, Bornes, Castelões, Chacim, Grijó, Lagoa, Morais, Peredo, Podence, Talhas, Vale da Porca e Vale de Prados, correspondem a áreas onde se pretende uma densidade e volumetria semelhantes à dos Espaços residenciais urbanizados de tipo II;

d) Espaços residenciais urbanizáveis de tipo IV que se localizam nos restantes perímetros urbanos delimitados na Planta de Ordenamento e correspondem a áreas onde se pretende uma densidade e volumetria semelhantes à dos Espaços residenciais urbanizados de tipo III.

Artigo 56.º

Ocupações e utilizações

I — São objetivos genéricos para estes espaços uma ocupação urbana baseada e planeada por forma a garantir um aproveitamento eficiente e sustentável das infraestruturas urbanas, a dotação de espaços públicos de qualidade e a criação de redes de circulação pedonal e viária corretamente dimensionadas.

2 — Estes espaços destinam-se, preferencialmente, à habitação, sendo ainda permitidos usos como comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes de utilização coletiva, turismo, estabelecimentos industriais e outras atividades compatíveis com o uso habitacional.

3 — A ocupação destes espaços processa-se mediante a aprovação de planos de pormenor ou unidades de execução.

4 — Exceptua-se do número anterior, a construção isolada em parcelas existentes quando dotadas de arruamento pavimentado e infraestruturas urbanas, sem que sejam postos em causa os objetivos para as UOPG.

5 — Os Espaços residenciais urbanizáveis de tipo IV deverão cumprir o estipulado no POAA, relativamente ao perímetro urbano de Santa Combinha.

Artigo 57.º

Regime de edificabilidade

1 — O regime de edificabilidade máximo dos Espaços residenciais urbanizáveis é determinado, em função da sua subcategoria, em planos de pormenor ou unidades de execução, de acordo com os parâmetros constantes no Quadro 6.

QUADRO 6

Regime de edificabilidade nos Espaços residenciais urbanizáveis, por subcategoria de espaço, a aplicar a planos de pormenor e unidades de execução (valores máximos)

Subcategoria	N.º de pisos e altura da fachada (¹)	Índice de impermeabilização (%)	Índice de ocupação (%)	Índice de utilização
Espaços residenciais urbanizáveis de tipo I.....	4 pisos e 16 m	90	60	1,5
Espaços residenciais urbanizáveis de tipo II.....	4 pisos e 16 m	70	60	1
Espaços residenciais urbanizáveis de tipo III.....	3 pisos e 12 m	60	50	0,8
Espaços residenciais urbanizáveis de tipo IV.....	2 pisos e 8 m(²)(²)	60	40	0,6

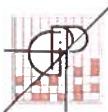
(¹) Com exceção para anexos e telhados cujo número máximo de pisos é 1 e 2,5 m de altura máxima da fachada.

(²) Com exceção para edifícios cuja natureza funcional e técnica exijam uma altura de fachada superior.

(³) Com exceção para estabelecimentos hoteleiros e equipamentos coletivos cujo número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada é 12 m.

2 — Na ausência de plano de pormenor ou de unidades de execução, os parâmetros constantes do Quadro 6 são de aplicação direta às parcelas existentes, tendo em consideração a subcategoria abrangida, quer se trate de construção nova ou de ampliação de edifícios existentes, desde que sejam cumpridos os requisitos previstos no n.º 4 do Artigo anterior.

3 — A alteração e ou ampliação de estabelecimentos industriais existentes é permitida desde que vise a melhoria das condições ambientais e não crie situações de incompatibilidade de usos.

**SUBSECÇÃO II****Espaços para atividades económicas****Artigo 58.^o****Identificação**

Os Espaços para atividades económicas são as áreas que se destinam preferencialmente à instalação de atividades industriais e empresariais bem como outras funções complementares.

Artigo 59.^o**Ocupações e utilizações**

Nestes espaços são admitidos estabelecimentos industriais, atividades empresariais, de armazenagem e logísticas, unidades de valorização de resíduos, bem como comércio, serviços, equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva.

Artigo 60.^o**Regime de edificabilidade**

Estes espaços têm que ser objeto de plano de pormenor ou integrar uma unidade de execução, e cumprir as seguintes disposições:

a) Tem de ser assegurada uma correcta integração paisagística e atender-se às condições morfológicas do terreno, sendo obrigatório proceder ao tratamento dos espaços exteriores;

b) A criação obrigatória de uma zona de proteção envolvente da área industrial, com a largura mínima de 50 m entre os limites dos lotes e o limite exterior da zona industrial, ocupada no mínimo em 60 % da sua extensão por cortina arbórea e arbustiva, que deve dar prioridade à manutenção da vegetação original;

c) O tratamento das áreas não impermeabilizadas como espaços verdes, preferencialmente, arborizados;

d) O índice máximo de utilização ao lote de 0,6;

e) O índice máximo de impermeabilização ao lote de 70 %;

f) A altura da fachada do volume edificado não deve exceder os 15 m, exceto nos casos tecnicamente justificados;

g) O recuo mínimo da edificação face ao limite frontal do lote é de 7,5 m e o afastamento mínimo face ao limite lateral e fundo é de 5 m, com exceção para as fachadas das construções geminadas ou em banda coincidentes com a extremidade do lote ou parcela;

h) A frente de lote não pode ser inferior a 20 m, exceto nos casos de lotes para construções geminadas, em que esse valor não pode ser inferior a 15 m;

i) O tratamento de resíduos sólidos e de efluentes tem de ser efectuado em instalações próprias;

j) A obrigatoriedade de prever áreas de carga e descarga de veículos pesados

SUBSECÇÃO III**Espaços para uso especial****Artigo 61.^o****Identificação**

Os Espaços para uso especial são áreas destinadas a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou outros usos específicos, nomeadamente recreio, lazer e turismo, e dividem-se em:

a) Espaços para uso especial de equipamentos, correspondem a espaços onde devem ser prestados serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, nomeadamente no âmbito da saúde, da educação, da segurança social, e da segurança pública e da proteção civil, e onde devem ser facultadas as condições para a prática de atividades desportivas e de recreio e lazer, bem como de atividades culturais, podendo ainda contemplar estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como locais de entretenimento complementares;

b) Espaços para uso especial de turismo, correspondem a espaços que são importantes para o desenvolvimento turístico do concelho, e compreendem áreas destinadas ao turismo, recreio e lazer, bem como atividades complementares que se encontram delimitadas nos aglomerados de Santa Combinha e Lamas (Pontão de Lamas).

Artigo 62.^o**Espaços para uso especial de equipamentos — Regime específico**

1 — Nestes espaços é admitida a edificação de equipamentos de utilização coletiva, bem como a implementação de zonas verdes, de comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas e de outras infraestruturas de apoio aos equipamentos.

2 — Os projetos para equipamentos têm que ser desenvolvidos atendendo às condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracterizam o território onde se localizam e integrar-se na envolvente edificada.

3 — Nestes espaços aplicam-se a todas as operações urbanísticas os seguintes indicadores:

a) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 70 %;

b) O índice máximo de utilização do solo é de 0,7;

Continua na página seguinte.



c) O número máximo de pisos é 3 e a altura máxima da fachada são 12 m, com exceção para as partes dos edifícios cuja natureza funcional e técnica exija alturas de fachada superiores.

Artigo 63.º

Espaços para uso especial de turismo — Regime específico

1 — Estes espaços destinam-se, fundamentalmente, à instalação de empreendimentos turísticos, podendo acolher usos complementares como comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas, espaços verdes e equipamentos.

2 — Nos Espaços para uso especial de turismo em Lamas (Pontão de Lamas) pretende-se a instalação de um estabelecimento hoteleiro, sendo admitida a ampliação ou alteração dos edifícios existentes, bem como a construção nova desde que cumpridos os seguintes parâmetros:

- a) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 50 %;
- b) O índice máximo de utilização do solo é de 0,5;
- c) O número máximo de pisos é 4.

3 — Nos Espaços para uso especial de turismo em Santa Combinha pretende-se a instalação de um parque de campismo, sendo admitida a ampliação ou alteração dos edifícios existentes, bem como a construção nova desde que cumpridos os seguintes parâmetros:

- a) O índice máximo de impermeabilização do solo é de 30 %;
- b) O índice máximo de utilização do solo é de 0,15;
- c) O número máximo de pisos é 1.

4 — Em caso de ampliação é permitido um acréscimo de 30 % da área de implantação existente desde que não sejam ultrapassados os indicadores referidos no número anterior, salvo para obras de ampliação que se destinem à dotação de condições básicas de funcionalidade e salubridade ou à melhoria das condições da altitude.

5 — Os Espaços para uso especial de turismo deverão cumprir o estipulado no POAA, relativamente ao perímetro urbano de Santa Combinha.

SUBSECÇÃO IV

Espaços verdes para recreio e lazer

Artigo 64.º

Identificação

Os Espaços verdes para recreio e lazer, correspondem a espaços públicos a equipar, de forma a contribuirem para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações.

Artigo 65.º

Ocupações e utilizações

1 — Nestes espaços são apenas permitidas atividades socioculturais, de recreio, lazer e desporto compatíveis com a preservação e manutenção do funcionamento dos sistemas ecológicos, e com as condicionantes legais aplicáveis, nos termos dos números seguintes.

2 — O índice máximo de impermeabilização é de 10 %.

3 — Nos Espaços verdes para recreio e lazer, nos termos do n.º 1, e sem prejuízo do disposto no n.º 2, apenas são permitidas construções novas cuja finalidade se integre nos programas de zonas de recreio e lazer constituídas ou a constituir nestes espaços, nomeadamente:

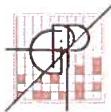
- a) Quiosques/ esplanadas;
- b) Estabelecimentos de restauração e bebidas, com 1 piso e uma área máxima de construção de 200 m²;
- c) Equipamentos de lazer ao ar livre, ou equipamentos de apoio a atividades de lazer, com 1 piso e uma área máxima de construção de 250 m² e com pavimentos exteriores em materiais permeáveis ou semipermeáveis;
- d) Elementos escultóricos e elementos relacionados com água, designadamente tanques, fontes, repuxos, etc..

4 — Sem prejuízo da legislação em vigor, nestes espaços são admitidas obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes até um máximo de 30 % da área de implantação existente, à data da entrada em vigor do Plano, com manutenção do uso ou alteração de uso desde que compatível com as ocupações e utilizações definidas para os espaços verdes.

5 — Nos casos previstos no número anterior tem que ser demonstrada a necessidade funcional e social e ainda a garantia que não é posta em causa nenhuma função ecológica fundamental.

Fonte: Diário da República, 2.ª série — N.º 190 — 29 de setembro de 2015

Constata-se a necessidade de alteração da Planta de Ordenamento e do Regulamento para integração das novas regras de classificação do solo.



• Programa de execução

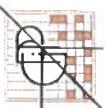
No presente ponto avalia-se o grau de execução do PDMMC, em particular as ações previstas no seu Programa de Execução.

Nas tabelas que se seguem, divididas por temas, o objetivo passa por auxiliar/simplificar a interpretação da execução do Plano, registando no final o desenvolvimento de tópicos-chave associados a cada tema, bem como à globalidade deste tópico de monitorização do Plano.

Os temas em análise são os seguintes:

- Equipamentos coletivos
- Espaços Verdes e Espaços de Utilização Pública
- Turismo
- Indústria/ Economia
- Rede Viária/Infraestruturas
- Requalificação urbana e urbanismo/ Modernização administrativa/ Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos
- Fundos comunitários.

Apesar desta abordagem, importa dar nota de que o PDMMC é um instrumento recente (2015), prevendo-se que parte das suas propostas esteja ainda em fase de elaboração ou de concretização.



Equipamentos coletivos

PROPOSTA	Grau de concretização		Concretização financeira		Definido	Ano de execução	Responsabilidade da execução
	Executado	Não executado	Valor definido	Valor real			
Centro Escolar 2 Obras de Reabilitação da Escola Sede do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros	X	X	1.850.000,00 €	---	2020	Até ao ano de 2019	DREN
Campo de treinos em relvado sintético - Complexo desportivo de Macedo de Cavaleiros	X	1.500.000,00 €	---	Valor de 635.000,00€	2020	Durante o ano de 2020	DREN
Reabilitação do pavilhão desportivo de Macedo de Cavaleiros, com vista à melhoria da eficiência energética	X	270.000,00 €	---	---	2018	Previsão para 2021	MMC
Obras de conservação da Igreja Matriz de Podence	X	600.000,00 €	1.100.000,00€	---	2020	Terminou em 2019	MMC
Obras de conservação da Igreja de Vilariño de Agrochão	X	100.000,00 €	---	Valor de 520.000,00€	2019	Início em 2020	MMC/DRC Norte
Arranjos exteriores da Igreja de Santa Maria mãe da Igreja – Macedo de Cavaleiros	X	500.000,00 €	---	Sem fundos comunitários e orçamento do Município	2021	---	MMC
Unidade móvel de Saúde	X	150.000,00 €	---	Em funcionamento	2025	---	MMC/SCMM
Instalação de um lar/residencial para a juventude	X	3.000.000,00 €	---	Previsto para o próximo quadro comunitário	2025	---	MMC
Resqualificação da antiga escola primária de Talhas, para instalação de um lar de apoio à 3.ª idade	X	100.000,00 €	---	Valor de 1.000.000,00€	2021	---	JF de Talhas
Centro cívico do Vale da Porca	X	100.000,00 €	---	---	2023	---	MMC/JF de Vale da Porca
Centro cívico de Fornos de Ledra	X	100.000,00 €	---	---	2023	---	MMC/JF de Lamalonga
Base de Apoio Logístico (BAL)	---	1.200.000,00 €	---	---	2019	---	MMC/MAI
Pista de Condução Defensiva	---	250.000,00 €	---	---	2018	---	MMC/MAI
No âmbito do PMDFCI – Construção e beneficiação de caminhos e aceiros/chafariz e manutenção de redes de faxes de gestão de combustível	X	150.000,00 €	---	É efectuada todos os anos	2025	---	MMC
No âmbito do PMDFCI – Construção e beneficiação de diversos pontos de água	X	15.000,00 €	---	---	2025	---	MMC
Reabilitação do quartel da GNR de Macedo de Cavaleiros	---	1.000.000,00 €	---	Valor de 672.000,00€	2022	Encontra-se em execução, e prevê-se a sua conclusão em 2021	MMC/MAI
Reabilitação do edifício dos Paços do Conselho, com vista à melhoria da eficiência energética	---	1.500.000,00 €	---	Valor de 500.000,00€	2022	Os trabalhos vão iniciar-se durante o ano de 2020	MMC

Tópicos de análise:

- Até ao ano de 2019 só foi realizada a reabilitação do pavilhão desportivo de Macedo de Cavaleiros, com vista à melhoria da eficiência energética;
- Para o biénio de 2020/2021 estima-se que 5 das 18 propostas definidas pelo Plano estejam já concretizadas e 8 ações só serão executadas pós 2021;
- As ações já executadas e em progresso centram-se essencialmente na cidade de Macedo de Cavaleiros, sendo a exceção as Obras de conservação da Igreja Matriz de Podence, na freguesia com a mesma topónima;
- Das ações já realizadas a execução financeira é muito variável, tendo na generalidade dos casos ultrapassado os valores previstos pelo Plano.

- Espaços Verdes e Espaços de Utilização Pública

PROPOSTA	Grau de concretização		Concretização financeira		Ano de execução	Responsabilidade da execução
	Executado	Não executado	Valor definido	Valor real		
Praça dos Combatentes	X		240.000,00 €	...	2017	Até ao ano de 2019
Arranjo urbanístico dos espaços envolventes do centro cultural de Macedo de Cavaleiros, com criação de Skate parque	X		250.000,00 €	...	2018	...
Renovação Urbanística da Praça do Município	X		1.000.000,00 €	...	2024	...
Renovação do jardim da casa faião	X		400.000,00 €	...	2024	...
Revitalização e renaturalização de alguns troços das linhas de água, por processos naturais	X		25.000,00 €	...	2022	...
Parque Urbano e de Lazer da cidade de Macedo de Cavaleiros	---		3.500.000,00 €	Valor de 1.500.000,00 €	2025	Os trabalhos vão iniciar-se durante o ano de 2020
Recuperação e renaturalização da linha de água e margens	X		1.835.000,00 €	...	2024	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Pinhóvelo	X		150.000,00 €	...	2025	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Travanca	X		50.000,00 €	...	2025	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Amendoeira	X		52.000,00 €	...	2025	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Gradiâsimo	X		82.000,00 €	...	2025	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Nogueirinha	X		70.000,00 €	...	2025	...
Arranjo urbanístico do espaço público de Vale de Prados	X		90.000,00 €	...	2020	...
Recuperação paisagística e criação de um espaço de lazer na barragem da canhaheira	X		60.000,00 €	...	2024	...
Reabilitação e arranjo dos lavadouros na ribeira de Travanca e área envolvente	X		20.000,00 €	...	2023	...
Reabilitação e arranjo do parque de merendas na margem do ribeiro de Travanca	X		21.000,00 €	...	2024	...

Tópicos de análise:

- Até ao ano de 2019 só foi concretizada a ação referente à Praça dos Combatentes;
- Desta forma, pelo horizonte temporal definido no Plano, as ações propostas na sua generalidade só serão executadas no pós-2022;
- Em termos de execução, deveria estar concretizado o arranjo urbanístico dos espaços envolventes do centro cultural de Macedo de Cavaleiros;
- Constatava-se também a antecipação da execução do Parque Urbano e de Lazer da cidade de Macedo de Cavaleiros, sendo esta ação executada com um valor abaixo do definido pelo Plano.



Inauguração da Praça dos Combatentes

Fonte: CMMC

Turismo

PROPOSTA	Grau de concretização		Concretização financeira		Definido	Até ao ano de 2019	Responsabilidade da execução
	Executado	Não executado	Valor definido	Valor real			
Construção das infraestruturas de apoio à Praia Fluvial do Vale de Prados Ecopark do Azibo – Estabelecimento de alojamento turístico, espaço de bem-estar; bar- restaurante e centro de apoio ao BTT	X	X	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €	2024	...	MMC
Ecopark do Azibo – Ponto de ancoragem na Albufeira do Azibo	X	X	210.000,00 €	210.000,00 €	2020	...	PRIV
Ecopark do Azibo – Empreendimento Turístico			320.000,00 €	320.000,00 €	2019	...	PRIV
Resiliabilização de edifício existente, para instalação da sede do GeoParque Terras de Cavaleiros		X	3.000.000,00 €	3.000.000,00 €	2022	...	PRIV
Parque de Merendas de Vale de Prados (Azibo)	X	X	250.000,00 €	250.000,00 €	2022	...	MMC
Campo de Golfe do Azibo	X	X	450.000,00 €	450.000,00 €	2025	...	MMC
Construção de unidade hoteleira, em Vale da Porca, (60 Quartos) 4 ***	X	X	3.500.000,00 €	3.500.000,00 €	2025	...	MMC/PRIV
Sinalização turística dos geossítios GeoParque Terras de Cavaleiros	X	X	3.000.000,00 €	3.000.000,00 €	2020	...	PRIV
Création de uma Ecópoca no espaço canal da antiga linha do caminho-de-ferro			2.500.000,00 €	2.500.000,00 €	2019	...	MMC
Adaptação da antiga estação de caminho-de-ferro de vale da Porca, para instalação de um hostel	X	X	1.500.000,00 €	1.500.000,00 €	2024	...	MMC/PRIV
Centro Interpretativo da Fraga dos Corvos	X	X	300.000,00 €	300.000,00 €	2022	...	MMC
Parque de autocaravanas junto à Barragem da Carvalheira	X	X	30.000,00 €	30.000,00 €	2020	...	MMC
Centro Interpretativo da Terrinha de Pinhavelo	X	X	300.000,00 €	300.000,00 €	2025	...	MMC/DRC Norte
Parque de campismo de Santa Combinha	X	X	1.500.000,00 €	1.500.000,00 €	2025	...	MMC/PRIV
Reconversão da residencial Panorama, para instalação de unidade hoteleira de 3 ***	X	X	1.287.433,00 €	1.287.433,00 €	2022	...	PRIV
Reconversão da residencial Azibo, para instalação de unidade hoteleira de 4 *** (80 quartos)	X	X	5.000.000,00 €	5.000.000,00 €	2022	...	PRIV
Alojamento turístico em Podence (25 quartos)			2.500.000,00 €	2.500.000,00 €	2021	Em execução	PRIV
Projeto de sinalização turística do concelho	X	X	350.000,00 €	350.000,00 €	2019	...	MMC
GeoParque Terras de Cavaleiros – Projeto de musealização – Sala dos Minérios	X	X	41.000,00 €	41.000,00 €	2017	...	MMC
Resiliabilização de edifício existente, para acolhimento das sedes de diversas associações do concelho	X	X	250.000,00 €	250.000,00 €	2021	...	MMC
Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do banco sabor - Sabor Lake Resort	X	X	1.150.000,00 €	1.150.000,00 €	2021	...	PRIV

Tópicos de análise:

- Atendendo ao cenário macroeconómico verifica-se que o Turismo tem sido das atividades económicas que mais tem crescido no concelho. O Plano, à data, foi utilizado como um instrumento decisivo para dar resposta a essa realidade, e isso é evidente através da dotação de equipamentos de suporte ao Ecopark do Azibo e ao Geopark;
- É dos temas que tem o horizonte temporal de execução mais curto, por constituirem ações que procuram satisfazer a procura no imediato, através do reforço da oferta e da capacidade de atratividade turística do concelho. Apostando nos polos atrativos à captura desses investimentos e fluxos, como é o caso do Geopark, da Albufeira do Azibo e a cidade de Macedo de Cavaleiros;
- Ao encontro da satisfação desta procura regista-se a execução um alojamento turístico em Podence, que se prevê ser concluído no horizonte temporal definido;
- No presente tema não é possível retirar conclusões em termos de execução financeira, sendo aconselhável a consulta do tema dos Fundos Comunitários para identificar a dimensão de alguns dos investimentos já executados, como sejam as propostas que tiveram financiamento aprovado nos domínios da Competitividade e Internacionalização /Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

- Indústria / Economia

PROPOSTA	Grau de concretização		Concretização financeira		Ano de execução		Responsabilidade da execução
	Executado	Não executado	Valor definido	Valor real	Definido	Até ao ano de 2019	
Conclusão das infraestruturas da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	---		4.000.000,00 €	---	2023	Candidatura em fase de análise	MMC
Reabilitação do Mercado Municipal de Macedo de Cavaleiros	---		1.000.000,00 €	---	2024	Candidatura aprovada (Iniciar em 2020)	MMC
Reabilitação das naus da Feira de São Pedro, com vista à melhoria da eficiência energética	X		600.000,00 €	---	2020	---	MMC
Central Meleira de Macedo de Cavaleiros	X		50.000,00 €	---	2017	---	PRIV
Infraestruturas da Zona Oficial de Travanca	X		500.000,00 €	---	2021	Foram executadas algumas infraestruturas em 2020	MMC
Criação de uma Zona Empresarial Responsável	X		250.000,00 €	---	2023	---	MMC/PRIV
Modernização do parque de exposições municipal	X		500.000,00 €	---	2022	---	MMC
Substituição da iluminação pública na cidade de Macedo de Cavaleiros, por lâmpadas LED de baixo consumo energético	X		600.000,00 €	Valor de 551.000,00€	2021	---	MMC
Construção de infraestruturas para a implementação de acessos à internet sem fios (Wireless), no centro da cidade de Macedo de Cavaleiros nas praias fluviais do Azibo	X		75.000,00 €	Valor de 33.000,00€	2017	---	MMC/PRIV
Construção do Posto de abastecimento de combustíveis da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	X		1.000.000,00 €	---	2023	---	PRIV
Construção da Unidade Hoteliera de 3 *** na Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	X		1.000.000,00 €	---	2023	---	PRIV
Construção do Bar/Restaurante de apoio à Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	X		100.000,00 €	---	2023	---	MMC
Construção do Centro de Escritórios da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	X		200.000,00 €	---	2024	---	MMC

Tópicos de análise:

- Coincidindo com um período de recuperação económica, a publicação do PDMMC procurou melhorar a atratividade do concelho para atividades económicas e industriais, facilmente identificado com a execução em curso de 6 das 13 ações, num espaço de 5 anos;
- O foco é melhorar e dotar de infraestruturas e equipamentos a principal área de acolhimento empresarial de Macedo de Cavaleiros, bem como os principais polos de atividades económicas, como a Albufeira do Azibo, com a potenciação assente no turismo e da cidade de Macedo de Cavaleiros como centro polarizador;
- Regista-se uma execução dentro dos horizontes temporais estabelecidos, bem como uma execução financeira (quando é possível obter informação) que não difere substancialmente do que foi previsto no Plano;
- O apoio dos fundos comunitários tem sido crucial para a execução, não só desta, como das demais temáticas em análise – recomenda-se a consulta do subtópico em análise **Fundos Comunitários no domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.**



- Rede Viária/Infraestruturas

PROPOSTA	Grau de concretização		Concretização financeira	Valor	Definido	Ano de execução	Até ao ano de 2019	Responsabilidade da execução
	Executado	Não executado						
Caminho Rural de ligação do Vale de Prados à Albufeira do Azulho	X		200.000,00 €	real	2020	***	***	MMC
Resabilitação da rotunda e arruamentos de ligação entre a EN 216 e o Lugar do Padão	X		220.000,00 €	***	2020	***	***	MMC
Construção da rotunda e arruamentos em Castelãos	X		280.000,00 €	***	2019	***	***	PRIV
Resabilitação de arruamentos e infraestruturação do arruamento de ligação entre a Rua das Oliveiras e a Rua dos Castanhais, na cidade de Macedo de Cavaleiros	X		150.000,00 €	***	2020	***	***	MMC
Construção e infraestruturação do arruamento de ligação entre a Rua das Oliveiras e a Rua dos Castanhais, na cidade de Macedo de Cavaleiros	X		200.000,00 €	***	2018	***	***	MMC
Construção da circular à cidade de Macedo de Cavaleiros – Troço Nascente (Ligaçao da ER216 à EN 102)	X		790.000,00 €	***	2025	***	***	MMC
Construção da circular à cidade de Macedo de Cavaleiros – Troço Norte (Ligaçao da EN 102 à EN 216)	X		577.000,00 €	***	2025	***	***	MMC
Construção da circular à cidade de Macedo de Cavaleiros – Troço Poente (Ligaçao da EN 216 à EN 102)	X		505.000,00 €	***	2025	***	***	MMC
Construção da circular à cidade de Macedo de Cavaleiros – Troço Sul (Ligaçao da EN 102 à EN 216)	X		600.000,00 €	***	2025	***	***	MMC
Projeto de melhoria de toda a sinalética de trânsito e direcional no município de Macedo de Cavaleiros	X		300.000,00 €	***	2019	***	***	MMC
Arruamentos na Cidade de Macedo de Cavaleiros	X		500.000,00 €	***	2020	***	***	MMC
Embelezamento de diversas rotundas, no município	X		500.000,00 €	***	2021	***	***	MMC
Introdução de soluções de acalmação de tráfego nos aglomerados atravessados por vias da rede nacional	X		200.000,00 €	***	2021	***	***	MMC
Integrarão dos sistemas individuais de abastecimento de água, no sistema multimunicipal das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	X		1.000.000,00 €	***	2020	***	***	ATMDA
Implementação (progressiva), das redes de drenagem de águas pluviais	X		500.000,00 €	***	2021	***	***	MMC
Eletrificação da ligação de Macedo de Cavaleiros a Vale de Frades	X		180.000,00 €	***	2019	***	***	MMC
Ampliação do Parque Eólico de Hornes	X		395.000,00 €	***	2020	***	***	PRIV
Implementação de soluções de transporte público de passageiros, alternativas ao transporte convencional	X		- €	***	2021	***	***	MMC/ET/IMTT
Conclusão das ligações verticais entre os arruamentos da urbanização dos Meroucos	X		35.000,00 €	***	2017	***	***	MMC
Construção do Local de Paragem para Autocarros, na cidade de Macedo de Cavaleiros	X		150.000,00 €	***	2017	***	***	MMC
Construção do novo parque de máquinas e viaturas e armazém municipal	X		3.190.000,00 €	***	2021	***	***	MMC

Tópicos de análise:

- Destaca-se o grau de execução positivo, atendendo ao facto de todas as ações propostas terem sido realizadas no horizonte temporal previsto, sendo a exceção a construção da rotunda e arruamentos de ligação entre a EN 216 e o Lugar do Padão e a construção e infraestruturação do arruamento de ligação entre a Rua das Oliveiras e a Rua dos Castanhais, na cidade de Macedo de Cavaleiros;
- A impossibilidade de obter a execução financeira não permite obter outras ilações sobre esta temática.

- Requalificação urbana e urbanismo/Modernização administrativa/Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos

Tema	Proposta	Grau de concretização		Concretização financeira		Ano de execução		Responsabilidade da execução
		Executado	Não executado	Valor definido	Valor real	Definido	Até ao ano de 2019	
Área de Reabilitação Urbana (ARU), de Travarana		---	---	---	---	2025	---	MMC
Área de Reabilitação Urbana (ARU), do Prado de Cavaleiros		---	---	---	---	2025	---	MMC
Área de Reabilitação Urbana (ARU), da Rua Sá Carneiro, Almeida Pessanha, Alexandre Herculano, Mercado Municipal, e Aguedo de Oliveira		---	---	---	---	2025	---	MMC
Resolução das carências habitacionais existentes/início da oferta de habitação social e/ou a custos controlados		---	---	150.000,00 €	---	2022	---	MMC/JRHU
Reabilitação das coberturas dos edifícios de habitação social do Bairro de São Francisco, navea do parque de exposições, com vista à remotização das coberturas de amianto e melhoria da eficiência energética		---	---	117.000,00 €	---	2019	---	MMC
Arranjo Urbanístico do largo de Castelhos		---	---	70.000,00 €	---	2022	---	MMC
Implementação da Toponímia e numeracão de polícia em todo o município		X	X	100.000,00 €	---	2021	---	MMC/JF
Unidade móvel de apoio ao cidadão		X	X	450.000,00 €	---	2021	---	MMC/AMA
Modernização administrativa dos serviços municipais		X	X	150.000,00 €	---	2021	---	MMC/AMQT
Macedo de Cavaleiros - Passadiços		---	---	4.818.656,77 €	---	2024	---	MMC
Macedo de Cavaleiros - Rebaixamentos para piões		---	---	5.449.715,03 €	---	2024	---	MMC
Macedo de Cavaleiros – Elementos urbanos		---	---	487.484,66 €	---	2024	---	MMC
Macedo de Cavaleiros – Mobilário Urbano		---	---	1.258.646,28 €	---	2024	---	MMC
Etapas 1 (Edifícios construídos após 31/12/2006)		---	---	612.345,00 €	---	2022	---	MMC
Etapas 2 (Edifícios construídos entre 22/08/1997 e 31/12/2006)		---	---	263.355,20 €	---	2024	---	MMC
Etapas 3		---	---	881.095,00 €	---	2025	---	MMC
Intervenções nas paragens de transportes Públicos		---	---	1.253.597,01 €	---	2023	---	MMC

Tópicos de análise:

- No que concerne à requalificação urbana e urbanismo, a execução está muito alavancada nas ações das Áreas de Reabilitação Urbana, enquanto áreas com um carácter excepcional em termos financeiros;
- Foi implementada a topónima e numeração de polícia em todo o município, indicador que facilita a dinâmica da gestão corrente;
- A execução ao nível da modernização administrativa é plena, tendo sido criadas ferramentas físicas e virtuais que permitem uma melhor gestão do município e proximidade aos cidadãos – facto alavancado com o investimento feito através de fundos comunitários (recomenda-se a consulta do tópico seguinte de análise);
- No que se refere ao Plano de Soluções Integradas de Acessibilidades para Todos, só está prevista a sua execução a partir de 2022.



- Fundos comunitários

Na tabela seguinte apresenta-se o inventário dos projetos que têm dimensão territorial e que usufruíram de fundos comunitários até outubro de 2019. Tal inventário reflete o suporte de algumas das ações propostas nas temáticas anteriores.

Apoios comunitários realizados pelo Norte 2020 no concelho de Macedo de Cavaleiros

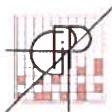
Domínio/Domain	Nome da Operação/Operation Name	Nome do Beneficiário/Beneficiary Name	Fundo Aprovado/Approved Fund	Ação do PDMMC
Competitividade e Internacionalização	ApartHotel Geo Nature ***	BRUNO COSTA FERNANDES - ATIVIDADES TURÍSTICAS, UNIPESSOAL LDA	539.551,24 €	SIM, no tema do Turismo
	"GEOPARK TERRAS DE CAVALEIROS" - INTERNACIONALIZAÇÃO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA DE MACEDO DE CAVALEIROS	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE MACEDO DE CAVALEIROS (ACISM)C	368.316,99 €	SIM, no tema do Turismo
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Reabilitação Energética do Edifício dos Paços do Concelho	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	196.270,94 €	SIM, no tema dos Equipamentos Coletivos
	Redução do Consumo de Energia na Iluminação Pública de Macedo de Cavaleiros - Instalação de Luminárias LED	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	555.613,43 €	SIM, no tema da Indústria/Economia
	Melhoria da Fruíção e Valorização do património natural do Geopark Terras de Cavaleiros	ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE TERRAS DE CAVALEIROS	283.781,40 €	SIM, no tema do Turismo
	Rua Eça de Queirós	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	213.176,52 €	SIM, no tema da Rede Viária e Infraestruturas
	BiCity - Fase 1	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	508.466,25 €	NÃO
	BiCity - Fase 2	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	128.391,00 €	NÃO
	Largo da Estação	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	348.701,54 €	SIM, no tema do Turismo
	Reabilitação da Estação Ferroviária de Macedo de Cavaleiros (Estação)	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	697.655,85 €	SIM, no tema do Turismo
	Envolvente ao Mercado	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	429.645,61 €	SIM, no tema da Indústria/Economia
Inclusão Social e Emprego	REABILITAÇÃO DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE S. FRANCISCO DE ASSIS	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	2.233.666,13 €	SIM, no tema da Requalificação Urbana e Urbanismo
	Casa de Campo da Arrifana	JOSE FERNANDO PASCOAL PIRES	101.815,26 €	NÃO
	Centro Hípico de Grijó - Macedo de Cavaleiros	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	200.000,00 €	NÃO
Capital Humano	Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros – Remodelação e Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	1.076.333,84 €	SIM, no tema dos Equipamentos coletivos
Assistência Técnica	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - AUTORIDADE URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	102.421,32 €	SIM, no tema da Modernização Administrativa
Total de investimento				7.983.807,32 €
				7.045.134,81 €

Fonte: CCDR-N

Apoios comunitários realizados pelo Norte 2020 no concelho de Macedo de Cavaleiros (síntese)

N.º de operações realizadas	Fundos comunitários aprovados	Fundos comunitários aprovados per capita	Fundos comunitários relacionados com o PDMMC	Peso dos Fundos comunitários relacionados com as ações do PDMMC
38	9.511.862,33 €	653,74 €	7.045.134,81 €	74%

Fonte: CCDR-N



NOTAS FINAIS DA ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO:

- Grau de execução positivo das ações executadas até ao ano de 2019 (50%);
- No total de 107 ações, 73 são para executar pós-2021;
- Nos temas em análise é de salientar a execução efetuada ao nível do turismo, da indústria/economia, bem como para a modernização administrativa por serem setores-chave para a resiliência do município;
- A execução dos espaços verdes de utilização pública está prevista só para o pós-2022;
- É em Macedo de Cavaleiros (cidade) onde se verifica o maior grau de concretização das ações propostas pelo Plano;
- Existem limitações na aferição da execução financeira das ações, embora não existam grandes divergências entre os valores propostos com o valor real, quando é possível analisar esse indicador. Havendo só a salientar a discrepância existente no valor proposto pelo valor real da intervenção realizada para a requalificação da antiga escola primária de Talhas, para instalação de um lar de apoio à 3.ª idade, e as obras de conservação da Igreja Matriz de Podence;
- Estão previstos ser investidos ao longo do período de execução 85.477.327,95 €, estando até à atualidade investidos 4.974.000,00 €, mediante a informação da execução financeira disponível;
- 7 milhões de € é o peso dos fundos comunitários em investimentos relacionados com a infraestruturação e ordenamento do território e nos investimentos previstos pelo Plano.



- **Gestão territorial**

No presente ponto monitoriza-se a evolução do número de processos entre 2010 e 2020, com o objetivo de caracterizar as dinâmicas de transformação do território, com base no PDMMC.

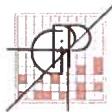
O PDMMC tem um conjunto de indicadores que importa ter em atenção, a saber:

- 3% da área do concelho está em solo urbano;
- 13% situa-se em área de RAN;
- 32% situa-se em área de REN.

Assim sendo, a partir do inventário desenvolvido pelos serviços da CMMC, registam-se 1065 processos, durante o período de 2010-2020, centrando-se em intervenções predominantemente urbanas e em tipologias maioritariamente associadas à construção nova e com destino de obra para habitação, sendo que os processos emitidos em áreas de salvaguarda de restrição pública são residuais – fazendo valer a função da existência deste tipo de restrições públicas.

A monitorização pormenorizada destes indicadores supramencionados, serão abordados nos seguintes subtópicos:

- Representação gráfica da localização dos processos
- Ano
- Tipologia
- Localização vs Ano
- Destino de obra
- Localização vs Destino de obra
- Operacionalização da execução do Plano
- Salvaguarda das áreas de restrição pública.



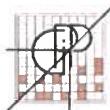
- Representação gráfica da localização dos processos

A informação disponibilizada pelo Setor de Planos Municipais de Ordenamento do Território, Sistemas de Informação Geográfica, Cartografia e Cadastro permite a reprodução do seguinte cartograma.

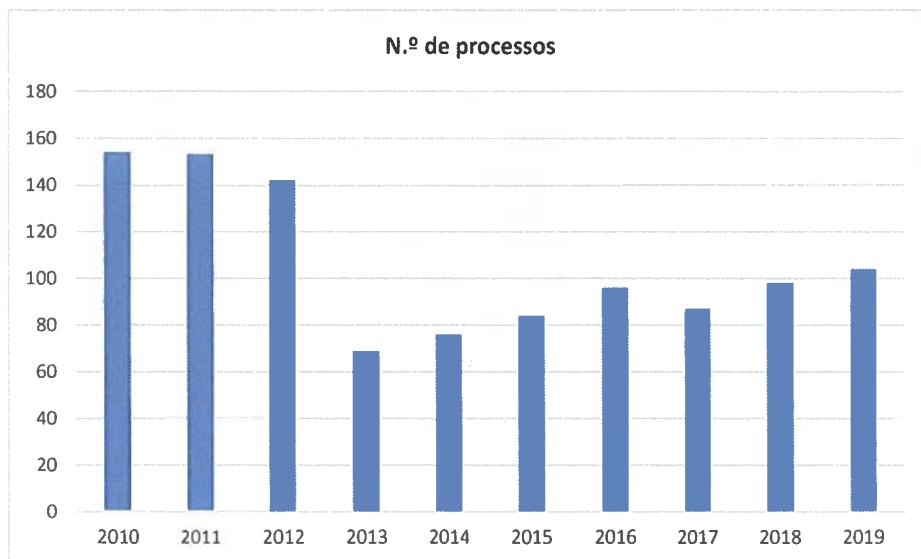


No total têm representação gráfica 1 065 processos, dos quais:

- 71% em solo urbanizado;
- 8% em solo urbanizável;
- 17% em Unidades Operativa de Planeamento e Gestão;
- 7% em Reserva Agrícola Nacional;
- 15% em Reserva Ecológica Nacional;
- 82% em áreas com infraestruturas de água (abastecimento e saneamento).



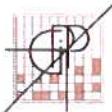
- Ano¹⁰



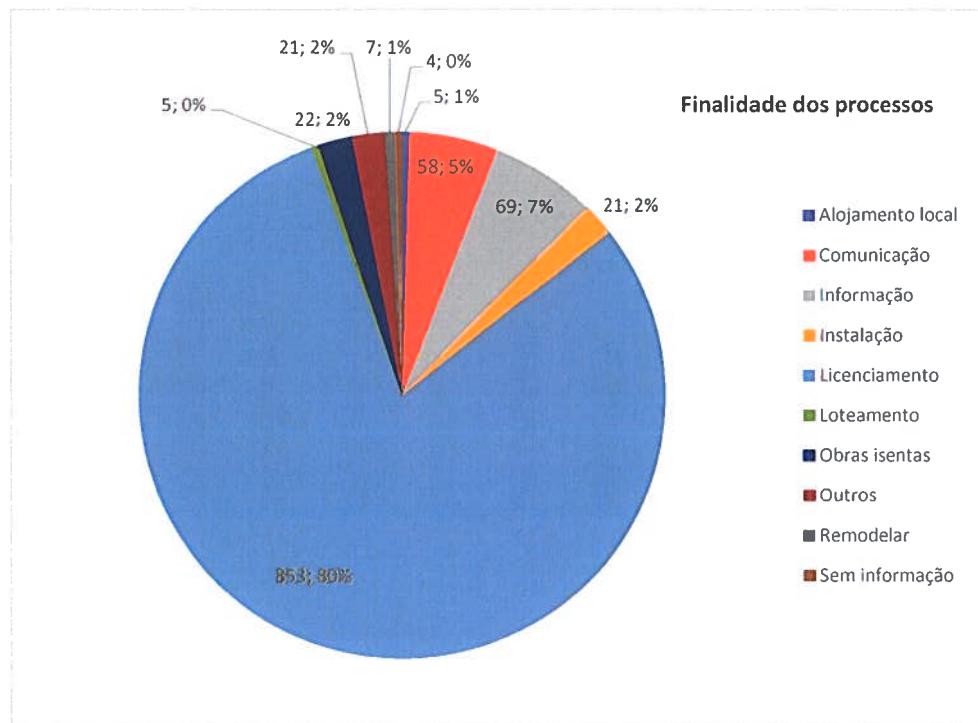
Tópicos de análise:

- A segregação da análise do n.º de processos em períodos de 5 anos evidencia uma realidade diferente entre eles. Por exemplo, entre 2010 e 2014, existe uma média de 119 processos/ano e entre 2015 e 2019 uma média de 94 processos/ano;
- Verifica-se o efeito da crise económica na dinâmica imobiliária, principalmente até ao ano de 2014 verificando-se posteriormente uma recuperação da dinâmica, embora ainda não tenha recuperado para os valores pré-crise;
- A tendência do volume de processos, atendendo à dinâmica demográfica, tenderá a diminuir, o que, por sua vez, permite inferir que o aumento de processos para habitação possa não ser uma realidade;
- Ainda assim, a evolução favorável da dinâmica económica, associada ao aumento do número de empresas, beneficia a manutenção de um ritmo de crescimento positivo do volume de processos, embora a um nível mais baixo.

¹⁰ Neste tópico de análise não foi tido em conta os processos de 2020, pois têm uma representatividade residual (2) e são destinados para a habitação.

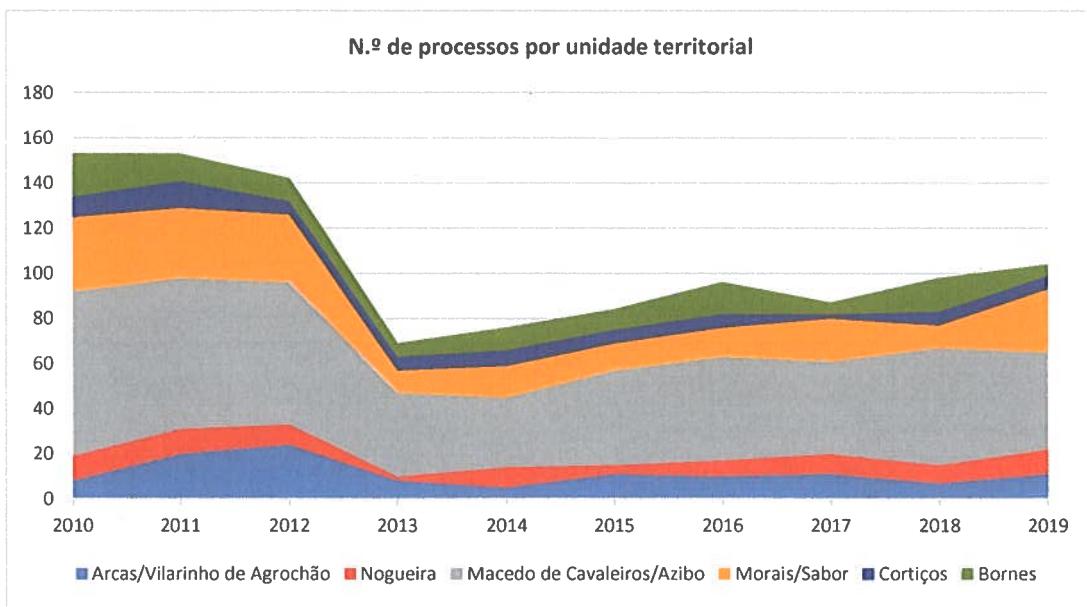


- Tipologia



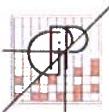
Tópicos de análise:

- Os processos que dão entrada nos serviços municipais são na sua maioria relacionados com o licenciamento;
- No que concerne ao processo de reabilitação verifica-se que não existe no município, tendo alguma dinâmica nos primeiros anos da amostra, nomeadamente, em 2011 e 2012;
- Nos dois últimos anos da amostra, verifica-se que o peso do número de processos de licenciamento tem consolidado a liderança dos processos que entram na gestão urbanística do município tendo, desde 2017, uma proporção superior a 80%;
- Curiosamente, no período pós-crise verifica-se que o registo de processos referentes à solicitação de informação aumenta bastante. Tal situação ocorreu entre 2011 e 2017, tendo sempre uma proporção superior a 5% no total dos processos entrados;
- Os processos com isenção de obra nos últimos 5 anos são nulos.

**- Localização vs ano¹¹****Tópicos de análise:**

- É claro que é na unidade territorial de Macedo de Cavaleiros/Azibo onde existe a maior dinâmica de processos com, aproximadamente, 47% do total, no período de 2009 e 2019;
- A tendência entre 2015/2019 é para o reforço desta unidade territorial;
- Nos anos mais recentes verifica-se que a unidade territorial Morais/Sabor tem uma representatividade igual a 1/5 dos processos do município tendo, inclusive, no ano de 2019, ¼ dessa dinâmica;
- As restantes unidades territoriais têm, em média, uma representatividade no volume de processos do concelho inferior a 10%.

¹¹ Neste tópico de análise não foi tido em conta os processos de 2020, pois têm uma representatividade residual (2) e são ambos na unidade territorial de Macedo de Cavaleiros/Azibo.


- Destino de obra

Destino de obra	N.º de processos	% no total de processos
Sem informação	67	6%
Anexos/Muros	104	10%
Armazém agrícola	200	19%
Comércio/Indústria/Serviços	30	3%
Equipamentos	9	1%
Habitação	488	46%
Indústria	66	6%
Pecuária	24	2%
Serviços	15	1%
Turismo	62	6%
Total	1065	100%

Proporção por destino de obra em cada ano	SI	AM	AA	CIS	E	H	I	P	S	T
2010	14%	10%	10%	3%	1%	51%	5%	0%	1%	5%
2011	12%	10%	22%	1%	1%	46%	3%	0%	1%	3%
2012	7%	7%	29%	1%	2%	40%	4%	0%	2%	7%
2013	7%	10%	23%	7%	0%	39%	6%	0%	3%	4%
2014	4%	9%	22%	1%	1%	51%	8%	0%	3%	0%
2015	2%	11%	15%	7%	0%	46%	13%	0%	1%	4%
2016	0%	7%	21%	1%	0%	43%	15%	0%	2%	11%
2017	0%	13%	16%	2%	1%	45%	11%	2%	1%	8%
2018	2%	8%	15%	4%	1%	52%	4%	3%	1%	9%
2019	5%	13%	13%	3%	0%	42%	0%	18%	1%	5%
2020	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%

SI_Sem informação/AM_Anexos e Muros/AA_Armazém agrícola/CIS_Comércio, Indústria e Serviços/E_Equipamento/H_Habitação/I_Indústria/P_Pecuária/S_Serviços/T_Turismo

Tópicos de análise:

- O destino de obra dominante é o habitacional, tendo em média 46% dos processos/ano;
- A dinâmica agrícola é relevante neste contexto. Os destinos de obra relacionados com a atividade têm, em média, por ano, 21% dos processos;
- Verifica-se também, o recente aumento do volume de processos destinados à pecuária. Tal situação decorre do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, que estabelece como carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com IGT e ou condicionantes ao uso do solo. Esta compatibilização ocorreu com a primeira alteração do PDMMC, publicada pelo Aviso n.º 2729/2019, de 19 de fevereiro;
- A seguir à habitação verifica-se que 6% dos processos estão relacionados com a atividade turística, por força do *boom* do turismo dos últimos anos;
- Também os processos relacionados com outras atividades económicas têm aumentado a sua representatividade desde 2015 verificando-se uma representatividade superior a 50% no destino de obra dos processos que entram nos serviços municipais.

**- Operacionalização da execução do Plano****Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) – execução**

UOPG U1 - Macedo de Cavaleiros	Número/Informações
Execução Global:	
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	1
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	1
Propostas de Plano (40%);	1
Concertação Interna e Externa (5%);	1
Discussão Pública (5%);	1
Versão Final (5%);	1
Nº. De Pedidos de Informações	51
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	138
Desenvolvimento de um Plano de Urbanização	0

UOPG U2 - Macedo de Cavaleiros - expansão oeste	Número/Informações
Execução Global:	
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0
Propostas de Plano (40%);	0
Concertação Interna e Externa (5%);	0
Discussão Pública (5%);	0
Versão Final (5%);	0
Nº. De Pedidos de Informações	4
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	7
Desenvolvimento de um Plano de Urbanização	0

UOPG U3 - Macedo de Cavaleiros - expansão norte	Número/Informações
Execução Global:	
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0
Propostas de Plano (40%);	0
Concertação Interna e Externa (5%);	0
Discussão Pública (5%);	0
Versão Final (5%);	0
Nº. De Pedidos de Informações	2
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	2
Desenvolvimento de um Plano de Urbanização	0

UOPG U4 - Macedo de Cavaleiros - expansão nordeste	Número/Informações
Execução Global:	
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0
Propostas de Plano (40%);	0
Concertação Interna e Externa (5%);	0
Discussão Pública (5%);	0
Versão Final (5%);	0
Nº. De Pedidos de Informações	0
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	1
Desenvolvimento de um Plano de Urbanização	0



UOPG U5 - Parque verde de Macedo de Cavaleiros		Número/Informações
Execução Global:		
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0	
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0	
Propostas de Plano (40%);	0	
Concertação Interna e Externa (5%);	0	
Discussão Pública (5%);	0	
Versão Final (5%);	0	
Nº. De Pedidos de Informações	3	
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	7	
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	0	

UOPG U6 - Cortiços		Número/Informações
Execução Global:		
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0	
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0	
Propostas de Plano (40%);	0	
Concertação Interna e Externa (5%);	0	
Discussão Pública (5%);	0	
Versão Final (5%);	0	
Nº. De Pedidos de Informações	0	
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	1	
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	0	

UOPG U7 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - ampliação do núcleo I		Número/Informações
Execução Global:		
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	2	
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	2	
Propostas de Plano (40%);	1	
Concertação Interna e Externa (5%);	1	
Discussão Pública (5%);	1	
Versão Final (5%);	1	
Nº. De Pedidos de Informações	23	
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	26	
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	2	

UOPG U8 - Zona industrial de Macedo de Cavaleiros - núcleo II		Número/Informações
Execução Global:		
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0	
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0	
Propostas de Plano (40%);	0	
Concertação Interna e Externa (5%);	0	
Discussão Pública (5%);	0	
Versão Final (5%);	0	
Nº. De Pedidos de Informações	1	
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	2	
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	0	

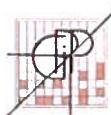
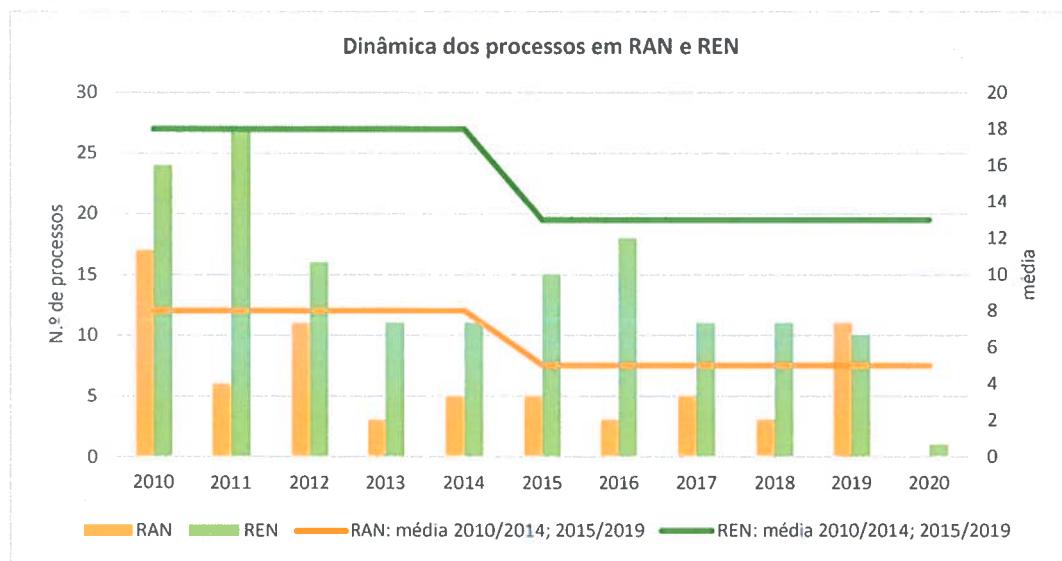
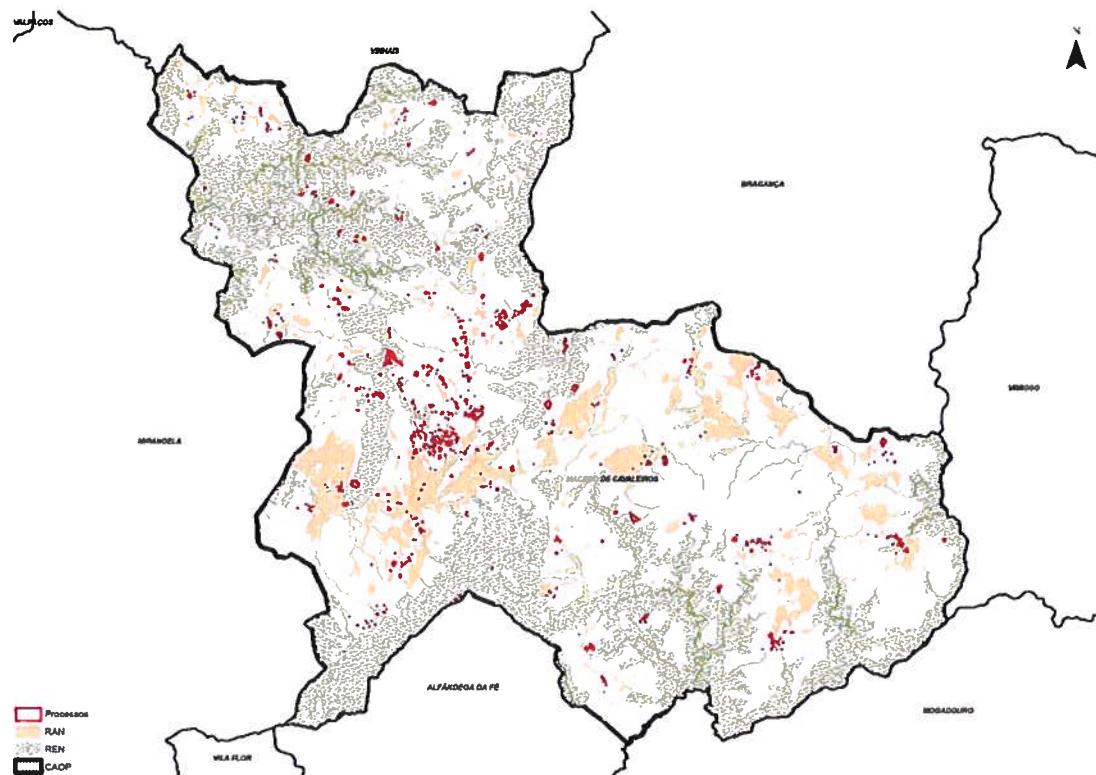


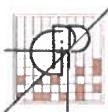
UOPG U9 - Núcleo turístico da PPAA	Número/Informações
Execução Global:	
Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0
Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0
Propostas de Plano (40%);	0
Concertação Interna e Externa (5%);	0
Discussão Pública (5%);	0
Versão Final (5%);	0
Nº. De Pedidos de Informações	0
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	0
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	0

UOPG U10 - EcoPark do Azibo	Número/Informações
Execução Global:	0
o Diagnóstico, Estudos Setoriais, Termos de Referência (30%);	0
o Termos de Referência Aprovados/ Participação Preventiva (10%);	0
o Propostas de Plano (40%);	0
o Concertação Interna e Externa (5%);	0
o Discussão Pública (5%);	0
o Versão Final (5%);	0
Nº. De Pedidos de Informações	1
Nº. de Licenciamentos dentro das UOPG	0
Desenvolvimento de um Plano de Pormenor	0

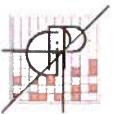
Tópicos de análise:

- Destaca-se a dinâmica de processos na UOPG 1 (cidade);
- Execução das restantes UOPG tem um volume de processos avulsos e residuais;
- Áreas com potencial ambiental, económico e paisagístico, como é o caso das UOPG 9 e 10, ainda têm potencial de desenvolvimento, atendendo à melhoria dos indicadores estatísticos relacionados com o turismo de natureza que se verificou nos últimos anos – embora ambas, até ao momento, tenham apenas 1 processo desde a sua formalização com o PDMMC em vigor;
- Evidente esforço para consolidar e potenciar a área industrial, não só pela execução via planos de pormenor, mas também pela dinâmica de licenciamento sendo, inclusivamente, a 2.ª UOPG, a seguir à da Cidade, com maior número de processos.

**- Salvaguarda das áreas de restrição pública**

**Tópicos de análise:**

- A dinâmica de processos inseridos em RAN é substancialmente diferente após a publicação do PDM. 61% dos processos que ocorreram entre 2010 e 2020 tiveram maior incidência antes de 2014;
- Por destino de obra constata-se uma dinâmica de processos associada à atividade agrícola de 48%, sendo que as restantes estão associadas a destinos de obra enquadráveis no disposto no art. 22.º do DL n.º 199/2015, de 16 de setembro;
- 52% dos processos que ocorrem em área de REN são relativos a atividades económicas, sendo os restantes, maioritariamente associados a habitação;
- Salienta-se também, ao nível da REN, a existência de um período pós-PDM em que existe uma dinâmica de processos inferior à verificada antes de 2014, cifrando-se estes em 57%;
- Ambas as servidões de restrição pública procuram salvaguardar ativos naturais e económicos que, como se tem verificado pela interpretação dos tópicos anteriores, nos últimos anos não tem sofrido um aumento da pressão construtiva.



• Objetivos do PDMMC

No presente ponto efetua-se uma abordagem aos objetivos estabelecidos no PDMMC recomendando, sempre que estes estejam ultrapassados pela dinâmica do sistema real, a revisão ou adaptação dos mesmos.

Análise da situação atual		
Objetivos	O que acontece no sistema real	Necessidade de revisão/adaptação
<i>Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, atendendo à sua diversidade territorial e às mudanças operadas nos últimos anos</i>	<ul style="list-style-type: none">- O presente objetivo, mediante o disposto no art. 8.º do RJIGT, é uma obrigação intrínseca de todos os IGT- A atualização e aprovação anual das Grandes Opções do Plano, com um horizonte temporal de 3 anos, é um exemplo da estratégia, que zela pelos pressupostos de Equilíbrio do concelho- O desenvolvimento do presente REOT é um exemplo de garantir a supervisão do Equilíbrio do estado do ordenamento do território, através da demonstração de resultados de indicadores simples	SIM
<i>Constituir um instrumento de planeamento ajustado à realidade do concelho, e às necessidades e anseios da população</i>	<ul style="list-style-type: none">- O presente objetivo, mediante o disposto no art. 8.º do RJIGT, é uma obrigação intrínseca de todos os IGT- Em curso está a decorrer um processo de diminuição e envelhecimento demográfico- Existência de espaços de atividades económicas em expansão- Retomar da atividade agrícola, enquanto atividade económica sustentável e resiliente- Aumento da habitação de uso sazonal- Questões ambientais entram na ordem do dia, em termos político-programáticos- Aumento das áreas artificializadas- Existência de equipamentos com um grau de polarização sub-regional, ao nível da administração e proteção civil, da educação e da saúde- Dinâmica imobiliária ainda não recuperou o volume de construção e de licenciamento que existia à data da crise- PDM em vigor está em concordância com os objetivos estratégicos do atual paradigma do ordenamento do território e do urbanismo	SIM
<i>Agilizar os mecanismos de operacionalização do PDM, por forma a garantir uma gestão urbanística rápida e eficaz</i>	<ul style="list-style-type: none">- A existência de diversos IGT ajuda a criar diferentes mecanismos de gestão urbanística- PDM em vigor está em concordância com os objetivos estratégicos do atual paradigma do ordenamento do território e do urbanismo- Dinâmica de processos em recuperação pós-crise- Grau de execução da programação efetuada no âmbito do PDMMC é positivo	NÃO
<i>Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1.ª revisão, com os IGT hierarquicamente superiores que abrangem o concelho</i>	<ul style="list-style-type: none">- O presente objetivo tem de ser acautelado, ao abrigo do art. 121.º do RJIGT- A 1.ª Revisão do PDMMC já contempla os IGT hierarquicamente superiores- Alteração dos IGT, ao nível das florestas, motiva a atualização desta temática, em termos regulamentares e programáticos- Novos PPPT procuram incutir novos objetivos aos IGT, tal como é o caso da habitação, mobilidade suave e das alterações climáticas	SIM
<i>Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando incentivar o crescimento à custa do preenchimento de áreas intersticiais</i>	<ul style="list-style-type: none">- Decore um processo de diminuição e envelhecimento demográfico- Aumento do número de empresas e do volume de exportações- Aumento das áreas artificializadas e volume de processos relacionados com as atividades económicas- Aumento da área agrícola e da dinâmica económica do mundo rural no volume de processos de licenciamento	NÃO
<i>Promover a requalificação de alguns aglomerados, propondo, sempre que se justifique, a criação de espaços verdes e de novas áreas de equipamentos de utilização coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none">- Construção nova domina na tipologia de obra dos edifícios concluídos e licenciados- Grau de execução da programação efetuada no âmbito do PDMMC é positivo (Não foi possível avaliar o grau de execução da programação do Plano de Urbanização e Planos de Pormenor face à ausência de informação)	NÃO
<i>Avaliar a necessidade de implementação de novos polos</i>	<ul style="list-style-type: none">- Aumento do número de empresas e do volume de exportações- Aumento das áreas artificializadas e volume de processos relacionados com as atividades económicas	NÃO



Análise da situação atual		
Objetivos	O que acontece no sistema real	Necessidade de revisão/adaptação
<i>industriais e promover a requalificação dos existentes</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da área agrícola e da dinâmica económica do mundo rural no volume de processos de licenciamento - Existência de infraestruturas rodoviárias que permitem a relação com o País e a Europa 	
<i>Assegurar a defesa do património edificado, cultural e arqueológico do concelho, e promover a proteção e valorização dos núcleos antigos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto litológico, natural e paisagístico único no País - Processo de divulgação/promoção do território em prol do turismo de natureza e desportivo - Estado de conservação do imenso património classificado encontra-se por monitorizar 	NÃO
<i>Assegurar a preservação dos valores naturais e paisagísticos do concelho</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento recente das áreas agrícolas - Estabilização das áreas florestais e matos - Aumento da área ardida e da perigosidade dos incêndios rurais - Apostas nos recursos endógenos para a promoção do território - Áreas de salvaguarda ambiental encontram-se estabilizadas, desde a publicação dos Sítios da Rede Natura 2000 	NÃO
<i>Repensar a estratégia de ordenamento das áreas florestais e agroflorestais do concelho</i>		NÃO
<i>Adequar e enquadrar alguns investimentos programados, quer pela Administração Local, quer por entidades privadas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O presente objetivo é imperativo ser acautelado, ao abrigo do Capítulo V, secção 1, do RJIGT - A atualização e publicação anual das Grandes Opções do Plano, com um horizonte temporal de 3 anos, é um exemplo de integração dos investimentos programados a nível municipal e das estratégias que definem o <i>modus operandi</i> da gestão territorial no momento 	SIM
<i>Diversificar a base económica do concelho e promover o desenvolvimento de atividades preferenciais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da influência do setor do turismo no tecido económico do concelho - Revitalização da atividade agrícola, enquanto setor económico dominante - Diversidade paisagística 	NÃO
<i>Definir novos critérios de localização e distribuição de atividades turísticas</i>		NÃO
<i>Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos, adequados ao desenvolvimento do concelho</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O presente objetivo é imperativo ser acautelado, ao abrigo do Capítulo V, secção 1, do RJIGT - A atualização e aprovação anual das Grandes Opções do Plano, com um horizonte temporal de 3 anos, é um exemplo de integração dos investimentos programados a nível municipal 	SIM
<i>Proceder à hierarquização da rede viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O presente objetivo, mediante o disposto no art. 20.º do RJIGT, é uma obrigação intrínseca de todos os IGT - Novo cenário legislativo-programático da rede rodoviária nacional, com a Lei n.º 34/2015, 27 de abril - O grau de execução da programação efetuada no âmbito do PDMMC é positivo 	SIM
<i>Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O presente objetivo, mediante o disposto no art. 22.º do RJIGT, é uma obrigação intrínseca de todos os IGT - Processo de revisão dos IGT, imposto pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, motiva a possibilidade de compatibilizar IGT com a envolvente 	SIM

Deste modo, face a esta abordagem do processo de monitorização ter um carácter subjetivo, importa salientar que:

- Os objetivos enquadram-se perfeitamente na atual estratégia de ordenamento do território;
- Alguns desses objetivos podem ser alterados ou adaptados, atendendo aos pressupostos dos novos PPPT e à finalidade a que se propõem;
- Atendendo ao disposto no novo quadro jurídico-legislativo do ordenamento do território e urbanismo, os objetivos devem centrar-se na mais-valia dos recursos territoriais definidos no art. 10.º do RJIGT, em vez do *modus operandi* do IGT.



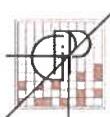
5.9.4 Carta Educativa

Em vigor desde 2006, ao abrigo do DL n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a Carta Educativa de Macedo de Cavaleiros não tem programa de execução e nenhum processo de monitorização, desde a sua aprovação.

Contudo, à data de 2006, a conjuntura que influenciaria o futuro deste documento era bastante diferente da existente na atualidade. Isto porque, entretanto:

- O DL que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais, foi revogado pelo DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
- É definido por este novo quadro legislativo que a revisão deste instrumento deve ser desenvolvida de 10 em 10 anos (art. 15.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro);
- E, por fim, entre 2006 e 2018 existem:
 - Menos 1221 residentes entre os 0 e os 24 anos, cifrando-se na atualidade nos 2740;
 - Menos 490 alunos matriculados no ensino não superior, cifrando-se na atualidade nos 1815;
 - Menos 57 estabelecimentos escolares, cifrando-se na atualidade nos 11;
 - Menos 99 docentes do ensino não superior, cifrando-se na atualidade nos 231;
 - Alterações na dinâmica do ensino superior provocaram o encerramento dos dois estabelecimentos, onde existiam em 2006: 147 docentes, 498 diplomados e 1512 alunos matriculados;
 - Taxas de transição entre níveis de ensino em crescimento, designadamente no ensino secundário, que passou dos 67% para os 79%.

Assim sendo, reconhece-se como necessária a revisão deste documento, de forma a integrá-lo no novo enquadramento legislativo, bem como em colocá-lo em conformidade com a realidade demográfica e económica atual.



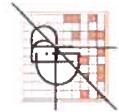
5.9.5 PMDFCI

O PMDFCI aprovado para o quadriénio de 2015-2019, abrange cinco eixos estratégicos: Eixo 1: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; Eixo 2: Redução da incidência dos incêndios; Eixo 3: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; Eixo 4: Recuperar e reabilitar os ecossistemas; Eixo 5: Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Para cada eixo é definido um conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes de compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturação, vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal.

Nas páginas seguintes é então reportado o que até agora foi realizado, no âmbito deste plano, identificando as medidas a implementar pela autarquia e entidades responsáveis pela gestão da floresta, percorrendo os 5 Eixos do PMDFCI.

Contudo, importa dar nota que o horizonte temporal de vigência deste plano está ultrapassado, sendo aconselhável a revisão do mesmo, integrando aquilo que são as novas missivas do espaço florestal dispostas pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e DL n.º 14/2019, de 21 de janeiro (Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios), bem como pelo novo PROF de Trás-os-Montes e Alto Douro.



1º EIXO ESTRATÉGICO – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCENDIOS FLORESTAIS

QUADRO 1 – Rede de faixas de gestão de combustível

Pg. 94 - Rede de Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (FGC) e (MPGC) para o concelho de Macedo de Cavaleiros

Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Área total [ha]	Área [ha] com necessidade de intervenção	Área [ha] com necessidade de intervenção / Percentagem de concretização [%]				2019
				2015	2016	2017	2018	
1	Edificações	1.273,67	359,35	**	914,32	4,81	0,00	--
2	Aglomerados populacionais	2.226,79	832,79	**	1.394,00	32,30	0,00	--
3	Parques e polígonos industriais	36,83	36,83	**	0,00	--	0,00	--
4	Rede viária florestal	966,78	407,76	**	559,02	7,27	0,00	--
7	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão (MAT)	74,66	74,66	**	46,88	30,98	0,00	--
10	Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média e alta tensão (MT e AT)	390,68	131,85	**	258,83	22,81	0,00	--
11	Mosaico de parcelas de Gestão de combustível	260,03	0,00	--	260,03	8,00	0,00	--
12	Pontos de água	12,34	12,34	3,20	**	9,14	0,00	--
							3,20	0,00
								9,14
								0,00

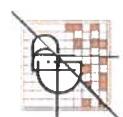
** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores

QUADRO 2 – Rede viária florestal

Pg. 97 - Rede Viária Florestal (RVF) para o concelho de Macedo de Cavaleiros

Classes das vias RVF	Comp. Total [km]	Comp. [km] com necessidade de intervenção	Área [ha] com necessidade de intervenção / Percentagem de concretização [%]				2019
			2015	2016	2017	2018	
1º Ordem	168	0	--	0	--	0	--
2º Ordem	188	0	--	0	--	0	--
Complementar	579	579	**	347	17,03	0	--
TOTAIS	935	579	232	** 347	17,03	0	--

** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores



QUADRO 3 – Rede de pontos de água

Pg. 98-99 - Rede de Pontos de Água (RPA) do concelho de Macedo de Cavaleiros

Classes dos Pontos de Água	N.º Total (Unid.)	N.º de PA com necessidade de intervenção (Unid.)	N.º de PA com necessidade de intervenção/Percentagem de Concretização (%)					
			2015	2016	2017	2018	2019	
Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	
Aéreos	2	0	--	2	0,00	0	--	
Mistos	28	6	**	22	9,09	0	--	
Terrestres	27	14	**	13	0,00	0	--	
TOTAIS	57	20	**	37	5,40	0	--	

** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores

QUADRO 4 – Metas e Indicadores

Pg. 100

			2015 %					
			2016	2017	2018	2019	2019	%
		Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	
1	360	914	4,81	0	--	360	80,00	914
2	833	1394	32,30	0	--	833	83,67	1394
3	37	0	--	0	--	37	35,13	0
4	408	559	7,27	0	--	408	49,26	559
7	28	47	30,98	0	--	28	100,00	47
10	132	259	22,81	0	--	132	100,00	259
11	0	260	8,00	0	--	0	--	260
12	3	9	0,00	0	--	3	0,00	9
13	232	347	17,03	0	--	232	18,97	347
Operação Mecânica (km)	A	0	--	2	0,00	0	--	2
Operações mecânicas e manuais (ha)	C	6	**	22	9,09	0	--	6
Manutenção da rede viária florestal	CLAS	4	**	13	0,00	0	--	14
Manutenção da rede de pontos de água	T	14	**	0	--	0	--	12

** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores

Na página 101, referente aos Orçamentos e Responsáveis, a estimativa dos valores apresentados neste quadro tiveram como base a tabela da Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais. No entanto, não foi possível apurar os valores executados nas operações, uma vez que a maioria das entidades responsáveis não fornecem esses dados. No caso do município, não se consegue apurar com precisão o valor, uma vez que algumas das operações, ou parte delas, são realizadas por meios próprios.



2º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

Pg. 104

QUADRO 5 – Sensibilização (Planeamento)

Pg. 104

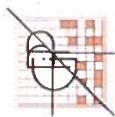
Proposta de Ação	Objetivos	Grupo alvo	Ações por ano / Percentagem de concretização (%)							
			2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Realização de ações de sensibilização e Sports Rádio	Dissuasão para atos de Incendiarismo - vandalismo	População em geral	7 Ações e Spot Radio durante o Período crítico	**	-	--	7 Ações e Spot Radio durante o Período crítico	100,00	-	--
Realização de ações de sensibilização	Sensibilizar para a importância da floresta	Crianças em idade escolar	2 Agricultor e pastores	**	2	(2) 100,00	2	(2) 100,00	2	(2) 100,00
Realização de ações de sensibilização e panfletos	Diminuir as ocorrências com queimadas para alteração do uso do solo e para renovação das pastagens	Agricultor e pastores	7 Informar as sobre o uso de foguetes e outras formas de fogo	**	--	7 Comissão de festas	--	(12) 100,00	--	(1) n/ap.
Reunião								7 0,00	-	7 0,00

** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores

**QUADRO 6 – Metas e Indicadores – sensibilização****Pg. 105**

Realização de ações de sensibilização e Spot's de rádio para a população geral	Em sessões, site do Município e spot's de rádio com divulgação da legislação em vigor	Redução, no próximo quinquénio, da percentagem das ocorrências com o COD 448 - Incendiarismo - Imputáveis – Vandalismo (2015-2019) com 5,92 % das ocorrências com o COD 448 - Incendiarismo - Imputáveis – Vandalismo
Realização de ações de sensibilização nas escolas do Concelho	Sessões de sensibilização nas escolas do concelho com projeções ou visita de estudo.	Toda a população do ensino básico e preparatório participou em campanhas de sensibilização. Estavam planeadas para o quinquénio 10 ações. Foram realizadas 24 ações (240%)
Realização de ações de sensibilização nas escolas do Concelho	Sessões de sensibilização nas escolas do concelho com projeções ou visita de estudo.	Realização de ações de sensibilização nas escolas do Concelho
Realização de ações de sensibilização e entrega de panfletos a pastores e agricultores	Sessões de sensibilização, editais nas juntas de freguesia e entrega de panfletos	Realização de ações de sensibilização e entrega de panfletos a pastores e agricultores
Reunião com as comissões de festas	Todas as comissões de festas foram contactadas pela CMDFCI	Reunião com as comissões de festas

Na página 106, referente aos **Orgamentos e Responsáveis**, não foi possível apurar os valores executados nas operações, uma vez que a maioria das entidades responsáveis não fornecem esses dados. No caso do município, não se consegue apurar com precisão o valor uma vez que algumas das operações, ou parte delas, são realizadas por meios próprios.



QUADRO 6 – Metas e Indicadores – fiscalização

Pg. 108

Ação	Metas	Indicadores – Ano/Percentagem (%)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados urbanos e casas isoladas e avaliar os locais onde as necessárias intervenções não foram realizadas.	O programa operacional definido para as faixas secundárias de gestão de combustíveis	Diminuir a percentagem de FGC em incumprimento (de acordo com a calendarização definida)				
Destacar elementos da GNR/SEPRNA para os locais em festa, por forma a garantir que não são lançados foguetes nem balões com medida aceita.	Neste quinquénio o uso de foguetes durante a época crítica é banido.	10% Em incumprimento: 80,0%**	10% Em incumprimento: 62,03%	10% Não há planeamento para 2017 Meta Superada	10% Em incumprimento: 20,16% Meta Superada	10% Em incumprimento: 38,72% Meta Não Superada
Percorrer os espaços florestais durante a época crítica de modo a verificar se agricultores, proprietários florestais ou pastores se encontram a cumprir a lei.	Durante a época crítica, os espaços rurais são percorridos diariamente pelas brigadas de vigilância móvel.	N.º de festas em que se verifica o lançamento de foguetes > 10 Meta Superada	> 5 Meta Superada	0 Meta Superada	0 Meta Superada	0 Meta Superada
** Pelo facto do PMDFCI ter sido aprovado em dezembro de 2015, a informação existente não permitiu processar elementos suficientes referentes à execução destes indicadores						

3º EIXO ESTRATÉGICO-MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

Na página 119, referente aos Orçamentos e Responsáveis, não foi possível apurar os valores executados nas operações, uma vez que a maioria das entidades responsáveis não fornecem esses dados. No caso do município, não se consegue apurar com precisão o valor, uma vez que algumas das operações, ou parte delas, são realizadas por meios próprios.

4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

Sem informação.

5º EIXO ESTRATÉGICO-ADOPÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Na página 128 e 130, referente ao orçamento e nº participantes da Formação DFCI e a estimativa de orçamento para a implementação do PMFCI, não foi possível apurar se as várias entidades envolvidas na DFCI tiveram formação nem os custos associados a formação, como também não foi possível apurar os custos que as várias entidades com responsabilidades na execução das operações e ações no PMDFCI tiveram ao longo do quinquénio 2015-2019, respetivamente.



5.9.6 SÍNTES

Pontos positivos

- Rede de infraestruturas que conecta com a rede nacional e internacional está completa
- Preocupação com o setor florestal, através de iniciativas de florestação, prevenção e sensibilização, no âmbito do PROF e do PMDFCI
- PDM em vigor mantém os seus objetivos estratégicos atuais e condizentes com o atual paradigma do ordenamento do território e urbanismo
- Grau de execução da programação efetuada no âmbito do PDMMC, mediante o que foi definido enquanto horizonte temporal da execução das propostas
- Dinâmica económica positiva faz-se sentir com o aumento da representatividade do número de processos relacionados com o setor agrícola e industrial
- % de processos emitidos em áreas com infraestruturas de água e em solo urbanizado

Pontos negativos

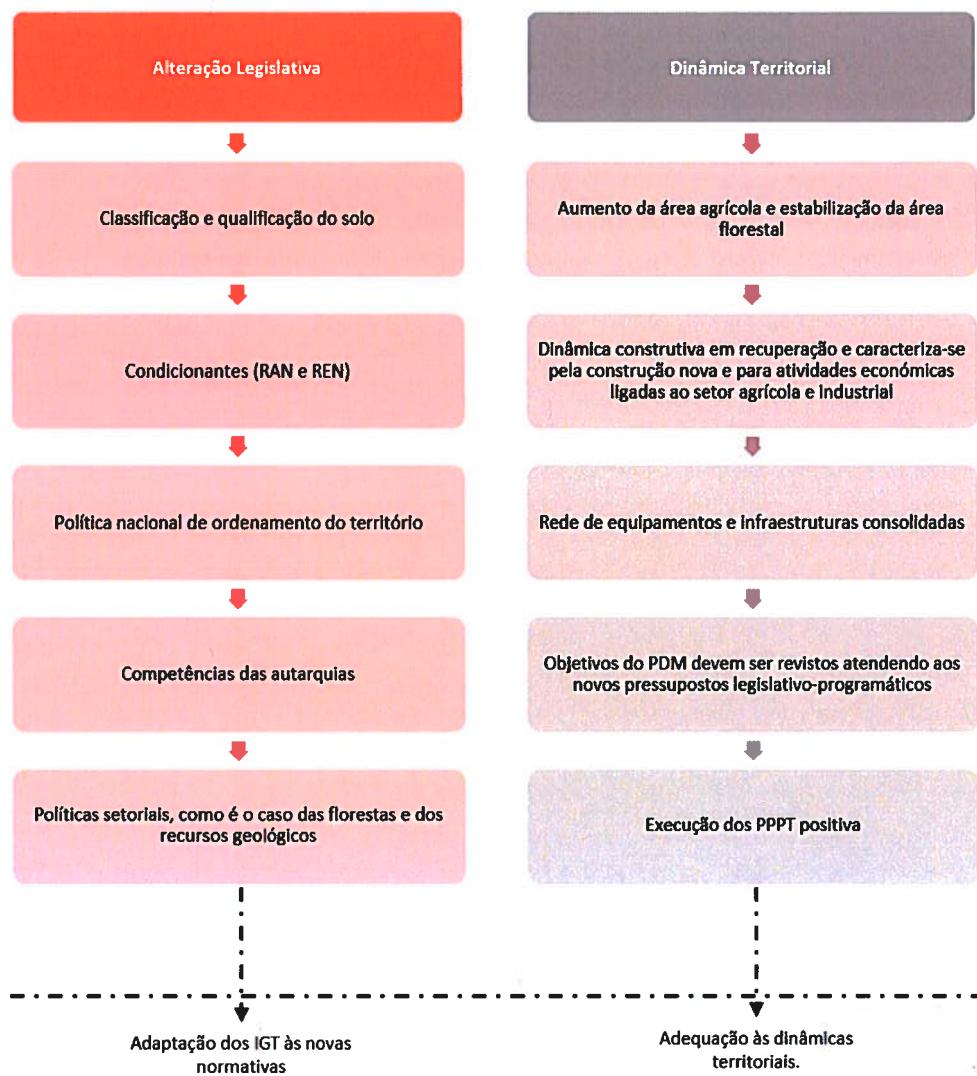
- Predomínio da construção para habitação num período de perda demográfica
- Baixa execução das UOPG
- Carta Educativa sem qualquer procedimento de revisão, apesar das alterações profundas na organização escolar

6 Considerações Finais

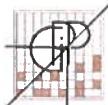
O REOT, enquanto instrumento de apoio à decisão procurou avaliar diferentes PPPT, caracterizou mais de 80 indicadores referentes à dinâmica social, económica e ambiental, com a intenção de identificar as dificuldades de implementação da estratégia estabelecida.

Assim sendo, é necessário ter em consideração novas realidades (sintetizadas na figura seguinte).

Figura 6: Fatores de mudança



Resultando do anteriormente indicado, concluiu-se da necessidade de compatibilizar os PPPT, em particular o PDMMC, aos novos cenários legislativo-programáticos, em particular, ao do RJIGT, integrando as seguintes disposições:



- Estabelecer uma classificação e qualificação do solo no sentido da contenção dos perímetros urbanos e da rentabilização das infraestruturas;
- Definir uma programação criteriosa e realista de ações estruturantes para a promoção do desenvolvimento socioeconómico do território, tendo por base as linhas orientadoras propostas pelo novo quadro comunitário Portugal 2030;
- Reforçar mecanismos de promoção da reabilitação urbana e da qualificação do espaço público;
- Fixar indicadores que permitam a monitorização e avaliação da execução do Plano;
- Fomentar o esforço de investimento nas vertentes ambientais, nomeadamente na valorização e salvaguarda dos corredores ecológicos à escala sub-regional e concelhia.

Tais alterações e o atual enquadramento legislativo-programático motivam que procedimentos futuros tenham como objetivos:

- Adaptar o PDMMC ao novo quadro legislativo dos IGT, designadamente a LBGPPSOTU, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e do RJIGT, publicado pelo DL n.º 80/2015 de 14 de maio;
- Ajustar o Plano à atual conjuntura económico-social, considerando ainda os seus níveis de execução, e ajustando-o à evolução da dinâmica demográfica, socioeconómica e urbanísticas recentes;
- Promover a sustentabilidade ambiental e económico-financeira do território, assente na valorização do capital natural, no reforço da cooperação rural-urbana, na otimização das infraestruturas ambientais e de conetividade e, por fim, no reforço da cooperação intersectorial e multinível;
- Dar resposta ao desafio das Alterações Climáticas através das medidas a ser definidas no seguimento do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Quente Transmontana;
- Atualizar e iniciar o desenvolvimento de planos/programas municipais estratégicos, como a Carta Educativa e a Carta Municipal da Habitação;
- Promover uma participação cidadã ativa, visando a adoção de uma metodologia claramente mais participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano;
- Ultrapassar dificuldades na gestão urbanística operativa, observadas durante a implementação do Plano.

Estas orientações são também pertinentes para outros PPPT que estão ou entrarão em revisão, como é caso do PMDFCI, da Carta Educativa, da Carta da Habitação ou de IGT de escala local, como o Plano de Urbanização e os Planos de Pormenor.

Macedo de Cavaleiros, junho de 2020